

Sumário

Número de notícias: 56 | Número de veículos: 28

PNB ONLINE - CUIABÁ - MT - GERAL
ANFIP

Proposta busca fim de contribuição previdenciária sobre aposentadorias de servidores públicos5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Tebet diz que vai "dormir" no Senado para aprovar reforma.....6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Jabutis" no projeto de lei do Carf podem limitar ganho de receitas8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo precisa de R\$ 162 bi a mais para zerar déficit em 2024.....10

FOLHA DE S. PAULO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Lula utiliza máquina para afagar agronegócio, evangélicos e militares.....12

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Entenda o que é o Carf e o que projeto pode mudar em suas regras.....14

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Bolsonaro admite reunião, mas nega plano de golpe.....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita precisa crescer 1,7 ponto do PIB até 2026.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad promete liberar dados necessários à reforma.....20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça adia aplicação de norma da Receita.....22

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: Lula busca atenuar interesses do Planalto e dos partidos.....24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Congresso adota recesso branco em julho sem votar diretrizes para Orçamento de 2024
.....26

VALOR ONLINE - FIO DA MEADA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Na pauta fiscal, mentiras sinceras nos interessam.....28

G1 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

É #FAKE que governo Lula acabou com as aposentadorias (Fato ou Fake).....30

Quinta-Feira, 13 de Julho de 2023

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

País subsidia pouco o agro, mas setor público foi chave para salto 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Tebet "torce" por permanência de mulheres na Esplanada 34

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para "alinhar o trabalho" 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há um cadáver no armário" 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Revisão em agosto no Congresso 37

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Não está no meu radar", diz Zema sobre Planalto em 2026 38

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brecha para novo imposto pode elevar preço de alimentos 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributo não prejudica a reforma, diz presidente da CNI 43

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Indústria, agro e construção veem espaço para juros caírem em agosto 45

O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula pede descontos na linha branca e governo estuda nova rodada de ginástica tributária -
COLUNA DO ESTADÃO 47

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Centrão como ele é (Editorial) 49

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
REFORMA TRIBUTÁRIA

O imperativo da produtividade (Editorial) 50

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Fantasia de uma reforma tributária (Artigo) 52

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária e ilusão 54

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Prefiro apoiar alguém", afirma Zema sobre 2026 55

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Abrir exceções põe por terra ganhos da reforma"	56
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
O fígado da reforma tributária - ADRIANA FERNANDES	58
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
O bom cenário e as perspectivas - MÍRIAM LEITÃO	59
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad defende redução de exceções no Senado	61
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Braga quer simulação para criar teto para alíquota de CBS e IBS	63
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Isonções fiscais e exceções da reforma têm que ser discutidas, afirma Bacha	64
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Senado vai aprimorar contribuição estadual, diz Alckmin	65
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tarcísio enfrentará resistência da ala bolsonarista após embate com PL	66
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Precatórios podem virar calote contra setor privado, diz Barroso	67
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
CNI eleva previsão de crescimento do PIB deste ano de 1,2% para 2,1%	69
O GLOBO - ON LINE - RJ - BLOGS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Jabuti fora de hora e na árvore errada é ameaça a avanços da reforma tributária	71
O GLOBO - ON LINE - RJ - POLITICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
União Brasil dá novos passos na relação com o Planalto, que avalia ceder mais espaço para o Centrão	72
O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Renúncias fiscais somam um terço das receitas da União, diz TCU	74
O GLOBO - ON LINE - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma Tributária vai alterar o imposto sobre herança? Veja o que diz o texto e saiba se é melhor doar os bens em vida	75
PORTAL R7 - NACIONAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad demonstra confiança na aprovação da reforma tributária após reunião (Boletim JR 24H)	77

PORTAL UOL - COLUNA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presente involuntário do MEC a reações e farsa das escolas cívico-militares..... 78

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Leilões já previstos podem levantar R\$ 126 bi até 2024..... 80

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Isenção para compra internacional de até US\$ 50 é alvo do varejo brasileiro..... 82

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais de 130 países aprovam acordo para imposto global..... 84

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Simplex terá duas opções de adesão após a reforma..... 85

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Países prorrogam moratória sobre imposto digital até 2025..... 86

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Fundos não são para fazer superávit, afirma Lula..... 88

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Petróleo supera US\$ 80, atinge o maior patamar desde abril e pressiona Petrobras..... 89

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Deflação abaixo do esperado (Editorial)..... 90

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação desacelera nos EUA e analistas esperam última alta de juros este mês..... 91

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Serviços reagem e crescem acima das previsões em maio..... 93

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A fome continuou a aumentar em 2022, segundo a FAO (Artigo)..... 95

Proposta busca fim de contribuição previdenciária sobre aposentadorias de servidores públicos

Está em votação, na plataforma Brasil Participativo, até esta sexta-feira (14.07) a proposta para acabar com a contribuição previdenciária incidente sobre as aposentadorias de **servidores públicos** e seus pensionistas. A proposta, que já recebeu mais de 6 mil votos favoráveis, busca pôr fim à cobrança que incide sobre os proventos dos servidores aposentados, garantindo a isenção dessa contribuição.

A Reforma da Previdência, EC 103/2019, aprovada no governo de Michel **Temer** estabelece a incidência da contribuição previdenciária sobre as aposentadorias dos **servidores públicos** e pensões, sendo que essas alíquotas são muito superiores ao regime geral do **INSS**. Conforme destaca o texto da proposta em votação, os **servidores públicos** contribuem mensalmente por um período de 30 anos, no caso das mulheres, e 35 anos, no caso dos homens, a fim de terem direito a uma aposentadoria integral. No entanto, mesmo após se aposentarem, eles são obrigados a continuar pagando a contribuição previdenciária.

A participação na plataforma Brasil Participativo está aberta a toda a sociedade e seguirá disponível até o dia 14 de julho. A proposta tem recebido amplo apoio da população, com milhares de cidadãos brasileiros votando a favor do fim da cobrança da contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões. Para participar é necessário fazer login pelo gov.br, neste link .

Representações sindicais como Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União), Sindifisco Nacional (entidade sindical representativa dos Auditores-Fiscais da **Receita Federal**) e **ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil)**, defendem que este é o momento oportuno para criar uma pressão social pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555/2006. O texto também visa eliminar a cobrança da contribuição previdenciária sobre os proventos dos **servidores públicos** aposentados, conhecida como contribuição de inativos. Brasil Participativo

governo federal que permite à população contribuir para a criação e melhoria das políticas públicas. Através dessa plataforma, cada pessoa pode votar em três programas de governo considerados prioritários, apresentar três propostas e apoiar outras três. As propostas mais votadas serão discutidas para integrar o Plano Plurianual (PPA), documento previsto na Constituição de 1988, que define metas, diretrizes e programas do governo.

O PPA é uma das três leis orçamentárias do Brasil, ao lado da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ele é elaborado sempre no primeiro ano do mandato presidencial e indica quais serão as prioridades para investimentos de recursos e para criação de políticas públicas. Através dele, são definidos os eixos, as diretrizes e os objetivos estratégicos do governo, bem como são apontados os programas e metas que permitirão atingir esses objetivos. O novo PPA irá valer para o período 2024-2027.

Site: <https://www.pnbonline.com.br/geral//proposta-busca-fim-de-contribuicao-a-o-previdencia-ria-sobre-aposentadorias-de-servidores-pa-blicos/92764>

A Brasil Participativo é uma nova plataforma digital do

Tebet diz que vai "dormir" no Senado para aprovar reforma

Igor Passarini e Alessandra Mello

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), afirmou ontem, em Belo Horizonte, que vai participar ativamente da articulação para aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, que trata da **reforma tributária**, em tramitação no Senado. A declaração foi dada antes da plenária do Plano Plurianual (PPA) e ao lado dos ministros de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), e da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo (PT). "Eu vou dormir no Senado. Como fiz durante oito anos, vou estar à disposição dos senadores para tirar qualquer dúvida em relação a esta reforma que para mim vai realmente transformar o Brasil em um país verdadeiramente menos desigual. Não há crescimento sustentável duradouro sem **reforma tributária**", disse a ministra. A PEC que simplifica o sistema tributário brasileiro já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Simone Tebet disse que acompanha os debates sobre uma **reforma tributária** há 30 anos, desde que estava na universidade ministrando aula de direito público e que continuou debatendo o tema como prefeita, deputada estadual, vice-governadora e senadora. Questionada pela imprensa sobre a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que unifica **tributos**, ela disse que todo requerimento será analisado pelos setores técnicos.

"Vamos colocar todas as exceções no papel e fazer as projeções com os melhores especialistas e economistas para fazer este levantamento. Qual alíquota depende do quanto de exceção nós teremos na estrutura básica da reforma. A espinha dorsal é muito simples: vou transformar cinco **impostos** em dois, com uma transição longa para que nenhum estado perca, com um fundo de compensação e desenvolvimento", explicou. Segundo a ministra, se for mantido o texto aprovado na Câmara dos Deputados, a alíquota deve ficar entre 26% e 27%.

PETROBRAS Presente também na plenária do Plano Plurianual, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), falou sobre a mudança na política de preços da Petrobras. "A Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom) apresentou representação contra uma das nossas maiores conquistas no primeiro semestre, que foi romper com o

preço de paridade de importação (PPI) dos combustíveis e derivados. Portanto, eu fui ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) defender o rompimento da PPI e a nova política de preços, que barateia o preço da gasolina, do diesel e em especial do gás de cozinha, que depois de muito tempo está abaixo de R\$ 100 no Brasil", explicou Silveira.

Questionado pelos jornalistas sobre um eventual retorno do PPI, o ministro ressaltou que a política de preço é uma questão interna da Petrobras, que tem uma governança independente, mas disse que "não há nenhum risco de voltar".

Silveira disse ainda que o país voltou a ter governo, "mas, mais do que isso, um governo voltado para a participação popular, voltado a restabelecer os programas sociais". "Nós já voltamos com o Minha casa, minha vida, com o Mais Médicos, estamos robustecendo o Bolsa Família, o Farmácia Popular já é uma realidade no Brasil. E vamos relançar, no próximo mês, no Amazonas, o Luz para Todos", afirmou o ministro, que também garantiu que o governo vai retomar a duplicação da BR-381, abandonada, segundo ele, no governo Bolsonaro.

Já o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo, disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva virá a Minas Gerais, mas sem dizer quando. Desde que assumiu o cargo, em janeiro, o chefe do Executivo não viajou ao estado em que esteve de forma constante durante as eleições de 2022.

"O presidente virá a Minas. Lula tem uma relação muito forte com o estado e Minas nunca faltou com as disputas dele. Ele voltará aqui e tem alguns anúncios e obras a serem feitas. A equipe da Casa Civil está preparando isso e tem prioridades como a questão da BR, que está sendo conduzindo", declarou Macêdo.

Relator promete parecer para outubro

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45, da **reforma tributária**, prometeu para outubro a votação do seu parecer final na Casa, com promulgação até dezembro. O parlamentar e o relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB),

estiveram ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para discutir o calendário de votação.

Assim como Pacheco, Braga descartou fatiar a proposta para acelerar a votação. "A percepção que nós temos é que é quase impossível fatiar uma PEC sobre uma matéria sistêmica como a **reforma tributária**. A **reforma tributária** terá que ser tratada como um todo.

Precisa ser vista de forma global", afirmou o congressista", disse.

Haddad disse que o encontro teve o objetivo de "alinhar o trabalho" entre o governo e o Parlamento, para que possa passar por um amplo debate e ser aprovado o mais rapidamente possível. "Quanto mais esclarecedor for o debate, quanto mais transparente for a discussão e quanto mais a **Receita Federal** e a secretaria Extraordinária (da **reforma tributária**) estiver a serviço dos senadores, mais rápida será a tramitação", disse Haddad.

O senador Rodrigo Pacheco já informou que **reforma tributária** será votada, primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

No plenário, o relatório passará por votação em dois turnos. Para ser aprovada, precisará de, no mínimo, o aval de 49 senadores. "Esse alinhamento certamente contribuirá para que a reforma avance no Congresso Nacional e que o Brasil tenha, o mais rápido possível, um modelo tributário simplificado e moderno", postou Rodrigo Pacheco em sua conta no Twitter após o encontro na residência oficial da presidência do Senado com os dois relatores.

Sítio:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/07/2023/p1>

"Jabutis" no projeto de lei do Carf podem limitar ganho de receitas

Idiana Tomazelli e Nathalia Garcia

Brasília

A Câmara dos Deputados incluiu diversos "jabutis" no projeto de lei do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fazendários) que podem limitar os ganhos previstos pela União com a volta do chamado voto de qualidade e com as novas modalidades de acordo envolvendo dívidas de contribuintes.

No jargão político, um jabuti é o trecho inserido para tratar de matéria estranha ao objetivo inicial da proposta. No Legislativo, o termo costuma ser usado para descrever dispositivos criados de última hora à revelia dos desejos do governo.

As manobras inseridas no texto incluem a possibilidade de uso ilimitado de créditos de prejuízo fiscal para quitar dívidas com a União -o que permitiria aos devedores limparem seus nomes sem desembolsar um centavo sequer- e a vedação à cobrança de multas superiores a 100% do débito em caso de sonegação, fraude ou conluio (hoje, a aplicação é de 150%).

Um dos artigos ainda prevê que a PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) providencie cancelamento de inscrições em dívida ativa que tenham tido aplicação de multa superiora 100%. Para o órgão, haverá grande risco de judicialização se o dispositivo for mantido no Senado.

Há ainda permissão para contribuintes derrotados no **Carf** pelo voto de qualidade de janeiro a 1º de junho (período em que a regra de desempate voltou a funcionar sob a vigência da medida provisória 1.160) pedirem anulação do julgamento. A medida poderia resultar no cancelamento de R\$ 16 bilhões em inscrições de dívidas feitas no período.

O governo ainda mapeia os possíveis prejuízos com as mudanças inseridas pelo relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS), e vai buscar mudanças junto aos senadores.

Apermanência dos "jabutis" pode minar a arrecadação esperada pelo Ministério da Fazenda com o projeto que muda as regras do **Carf**, tidas como essenciais pela equipe econômica para ajudar a fechar as contas

do Orçamento de 2024 e cumprir a promessa de zerar o déficit no ano que vem.

A volta do voto de qualidade, que dá à Fazenda poder de desempate em julgamentos de conflitos tributários no **Carf**, dá uma contribuição favorável. No início do ano, a pasta do ministro Fernando Haddad estimou o ganho permanente em R\$ 15 bilhões, embora os detalhes das condições tenham mudado desde então.

Nem todas as inovações do texto foram negativas para a arrecadação. O relator acatou um pedido da própria PGFN para incluir em seu parecer um artigo que pode impulsionar a arrecadação federal em R\$ 34 bilhões adicionais.

O dispositivo aprimora a transação tributária, negociação entre contribuintes e União para saldar débitos pendentes, em busca de melhorias nas condições de acordo para casos alvo de disputa judicial.

Hoje, essas transações só podem ter desconto equivalente a 50% do valor do crédito e parcelamento em até 84 meses. O texto amplia o abatimento a 65%, e o número de prestações, a 120 meses -podendo ir a 70% e 145 meses, respectivamente, em caso de micro ou pequena empresa.

O novo texto ainda diz que o ganho das empresas com os descontos não sofrerá incidência de PIS/Cofins, IRPJ e CSLL, um benefício já concedido em outros tipos de transação.

"Foram essas três mudanças que nós fizemos para destravar [a transação do contencioso judicial]" diz à Folha a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas de Almeida. "Em vez de a gente ficar brigando em relação a isso mais cinco anos no Judiciário, vamos resolver esse processo, encerra o processo judicial, põe dinheiro no caixa, dá desconto", diz.

Segundo ela, a negociação é vantajosa para as empresas não só pelos descontos envolvidos, mas também porque o fim da disputa libera ativos empenhados hoje como garantia financeira nesses processos. Destruar essas garantias melhora as condições de obtenção de crédito dessas companhias.

Outro ponto favorável é que, para aderir à negociação, o contribuinte não vai mais precisar desistir da tese jurídica de forma definitiva, apenas do processo em curso. "O contribuinte tinha que desistir da tese para frente e para trás. É muito arriscado, você não sabe o que o Supremo vai decidir amanhã. Quando diz que tem que desistir daquele processo [apenas], é muito mais fácil", diz.

Segundo Almeida, o aprimoramento da transação já vinha sendo discutido pela PGFN, mas acabou entrando no bojo das mudanças no **Carf** como forma de ampliar o potencial de receitas para a União.

A estimativa de R\$ 34 bilhões de receita extra já inclui a possibilidade de contribuintes negociarem débitos envolvendo o julgamento no STJ (Superior Tribunal de Justiça) sobre a cobrança de **tributos** federais sobre benefícios do ICMS.

A Fazenda tem falado em um potencial de R\$ 70 bilhões em arrecadação ao ano só com esse julgamento. A arrecadação sobre o passivo, contudo, pode variar em função da adesão dos contribuintes sobre as condições oferecidas.

Outras disputas poderão ser resolvidas por meio da transação. Segundo Almeida, os parcelamentos especiais e extraordinários feitos desde 2000 geraram um contencioso enorme, diante de exclusões de contribuintes por não pagamento ou parcela inferior ao valor mínimo.

A PGFN não tem um cálculo preciso dos valores envolvidos, mas tem identificado que as teses do Judiciário nesses casos favorecem os contribuintes. Nesse caso, não se trata de livrá-los da cobrança, mas sim permitir seu retorno aos programas de renegociação mediante os benefícios. O objetivo da PGFN é fazer um edital da transação para solucionar esses processos.

A procuradora-geral, porém, nega que seja um "Refis do Refis". Para ela, os acordos buscam atender a decisões judiciais e, ao mesmo tempo, facilitar o ingresso desses recursos no caixa da União.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Governo precisa de R\$ 162 bi a mais para zerar déficit em 2024

Idiana Tomazelli

Brasília

O governo federal precisa arrecadar R\$ 162,4 bilhões adicionais no ano que vem para assegurar o cumprimento da meta de zerar o déficit em 2024, mostra relatório divulgado nesta quarta (12) pelo Tesouro Nacional.

O valor representa um esforço extra em relação aos R\$ 104,4 bilhões esperados para 2024 a partir de iniciativas do Ministério da Fazenda que já entraram em vigor, como a incorporação de recursos parados no Fundo PIS/Pasep e a retomada da cobrança de PIS/Cofins sobre receitas financeiras de empresas.

O tamanho do desafio é retratado no Relatório de Projeções Fiscais do 1º semestre de 2023. A publicação traça um amplo diagnóstico da situação das contas públicas e projeções para a próxima década.

Na prática, o governo depende de medidas equivalentes a 2,2% do **PIB** (Produto Interno Bruto), dos quais 0,9% do **PIB** corresponde a ações vigentes e outro 1,4% ainda precisa ser colocado em prática.

As estimativas do documento já levam em consideração a aprovação do novo arcabouço fiscal, regra proposta pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) que mantém um limite de gastos, mas menos rígido do que o teto criado no governo Michel **Temer** (MDB).

A proposta, que dependente de nova votação na Câmara dos Deputados, prevê o aumento do limite de despesas pela **inflação** mais um percentual real atrelado ao comportamento das receitas, que pode variar de 0,6% a 2,5% ao ano.

O novo regime ainda obriga o governo a seguir metas de resultado primário, observadas da diferença entre receitas e despesas. No início do ano, Haddad fixou a meta de zerar o déficit já em 2024 - alvo considerado ambicioso por economistas e que exigirá forte elevação da arrecadação.

O relatório do Tesouro Nacional traz também elementos detalhados para uma comparação dos

cenários.

Sem as ações adicionais, o governo descumpriria todas as metas fiscais sinalizadas até 2026, último ano de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), quando se pretende alcançar superávit de 1% do **PIB**. Não só essa promessa seria frustrada, mas também o país acumularia rombos nas contas até 2028.

Já no cenário com a implementação das medidas, as metas até 2026 seriam cumpridas integralmente. Em 2027, a quitação do passivo de precatórios -dívidas judiciais após sentença definitiva que tiveram pagamento parcelado até 2026- provoca um novo déficit, mas as contas voltariam ao azul já no ano seguinte.

O Tesouro afirma que o relatório não tem a pretensão de recomendar medidas a serem adotadas pelo governo, embora liste opções.

Entre os exemplos, o documento cita a decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça) de validar a cobrança de **tributos** federais sobre benefícios obtidos por empresas no ICMS, com impacto potencial de R\$ 70 bilhões ao ano. Outras iniciativas são ganhos de arrecadação com regulação de apostas esportivas, o aprimoramento da fiscalização de importações e ganhos coma reforma do Imposto de Renda.

As medidas elencadas já estão na agenda do Ministério da Fazenda, embora algumas ainda dependam de atos legais para surtirem efeito nos cofres públicos.

No fim de junho, a Folha mostrou a pressão nos bastidores do governo para que a **Receita Federal** apresente as estimativas de arrecadação para o governo atingir a meta traçada para 2024.

Em outro trecho, o Tesouro ressalta que o ganho adicional de receitas precisa ser "permanente", para ajudar no cumprimento das metas também em 2025 e 2026 -anos em que o buraco é ainda maior.

Mesmo com o esforço de arrecadação, o governo precisará contingenciar despesas para cumprir as metas. Isso significa que, embora o limite do arcabouço autorize um gasto maior, será preciso fre-ar

os repasses para evitar uma frustração nos objetivos traçados -ou arranjar um valor ainda maior de receitas para destravá-los.

Em 2024, o contingenciamento necessário seria de R\$ 56,5 bilhões, valor que chegaria a R\$ 63,9 bilhões em 2025 e R\$ 76,2 bilhões em 2026.

O valor pode ser menor caso o índice de empoçamento seja elevado -isso acontece quando os recursos estão liberados para os ministérios, mas ficam parados por travas burocráticas como problemas de projeto.

O sucesso ou não do governo na adoção das medidas terá reflexo direto na trajetória da dívida pública. Sem as iniciativas, a dívida bruta do governo geral continuará subindo até 2029, quando alcançaria 82,1% do **PIB**, para só então começar a cair lentamente. No início da próxima década, em 2032, o indicador ainda estaria em 81,3% do **PIB**.

Com a implementação das ações de arrecadação, a dívida adotaria uma tendência mais benigna, chegando a 76% do **PIB** em 2024 e caindo já a partir de 2025 -com um solúço em 2027 devido à obrigação prevista de pagamento de precatórios acumulados nos anos anteriores.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Lula utiliza máquina para afagar agronegócio, evangélicos e militares

Matheus Teixeira e Marianna Holanda

O presidente Lula (PT) fez gestos políticos e liberou verbas bilionárias nos seis primeiros meses de gestão para tentar afagar integrantes do agronegócio, militares e evangélicos, os três setores que representam os pilares de sustentação de Jair Bolsonaro (PL).

O ex-presidente foi eleito em 2018 e concorreu à reeleição com discurso voltado para esses segmentos da sociedade, que em sua maioria se opuseram ao petista durante toda a campanha.

Após essa oposição, Lula tem feito articulações e utilizado a máquina pública para avançar no eleitorado bolsonarista e esvaziar a força política de seu principal opositor -o que se soma à negociação de cargos com partidos do centrão para ampliar a base de apoio no Congresso.

Em uma frente, Lula lançou, no fim de junho, o Plano Safra 2023/2024 com R\$ 364,22 bilhões para o financiamento da atividade agropecuária de médio e grandes produtores. O valor, conforme antecipou a Folha, é recorde.

A expectativa, segundo integrantes do governo, é que o total fique entre R\$ 420 bilhões e R\$ 430 bilhões ao somar os valores da agricultura familiar -o que representaria forte aumento em relação ao pacote anterior, os R\$ 340,9 bilhões lançados por Bolsonaro para a safra 2022/2023.

O presidente da bancada ruralista, deputado Pedro Lupion (PP-PR), afirma que há entendimento com o Executivo quando o assunto é técnico.

"O governo faz sua parte. Safra foi bom, claro, assim como outras coisas que estamos negociando. No **Carf** [o órgão administrativo final de análise de litígios tributários], conseguimos colocar algumas demandas da agricultura, como royalties para sementes, tudo com negociação e conversa. Se a gente não tivesse 380 membros na bancada, ninguém falava com a gente", diz.

Lupion, entretanto, rechaça se tratar de gestos do governo. "Não são. Faz porque é Executivo, governo, é obrigação. Vai falar que Bolsonaro quando atendeu

a um assentamento foi gesto para a esquerda?", afirma.

Lula sempre diz que sua obrigação é dialogar com todos os setores da sociedade, inclusive os que fazem oposição ao seu governo. Se por um lado há essa busca por atuação pragmática, por outro o petista por vezes derrapa nas palavras e repete discurso de campanha.

Líderes ruralistas lembram que, na campanha eleitoral, Lula se referiu a parte do setor como "fascista e direitista".

Em junho, Lula disse que o problema do agronegócio com sua gestão é "ideológico", e não ligado a pautas econômicas.

"Tenho noção do que nós fizemos [para o agronegócio]. O problema deles conosco é ideológico, não é problema de dinheiro a mais no Plano Safra. Não quero saber se produtor rural gosta de mim ou não", afirmou na época.

Importantes setores do agronegócio apoiaram Bolsonaro em peso. No desfile de 7 de Setembro do ano passado, por exemplo, em que foram convocadas manifestações de teor golpista, Bolsonaro determinou a inclusão de tratores no desfile militar, como um gesto ao setor.

Em meio ao esforço para equilibrar as contas públicas, o governo Lula também abriu mão de dinheiro para agradar os evangélicos, apoiando na negociação da **reforma tributária** a ampliação da imunidade tributária das igrejas contra a cobrança de **impostos** federais, estaduais e municipais (incluindo IPTU).

O deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), que já foi líder da bancada evangélica e vinha fazendo críticas à postura do presidente em relação aos fiéis, diz que o apoio do governo à emenda da reforma é uma sinalização importante.

"Eu tenho que ser justo. De fato, o governo não parecia querer aproximação conosco, mas fez demonstração muito grande nesta semana e estamos na expectativa de que o Executivo de fato faça ações para que o Brasil entenda que o Lula está voltando a ser o Lula paz e amor", afirma.

A redação atual da Constituição fala em "templos de qualquer culto". A Câmara aprovou uma alteração no texto para incluir também entidades religiosas e organizações assistenciais e beneficentes ligadas a essas entidades.

Segundo explicação de técnicos, a imunidade atual só alcança o templo em si, e a mudança estende o benefício "para além dos muros da igreja".

Lula ainda avalia nos bastidores se faz outro aceno importante aos evangélicos com a indicação do advogado-geral da União, Jorge Messias, para o STF (Supremo Tribunal Federal) em outubro, na vaga da ministra Rosa Weber. Lula o enviou como representante para a Marcha para Jesus, no início de junho.

No caso dos militares, a relação, que já era ruim na campanha, teve uma piora com o 8 de janeiro, quando bolsonaristas que estavam reunidos em frente ao quartel de Brasília depredaram prédios dos três Poderes.

O petista afirmou que não aceitou editar um decreto de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) porque disse que não teria o poder de volta.

Lula afirmou que seu compromisso com as Forças Armadas era de despolitizá-las e buscou restringi-las à atuação institucional, o que acabou agradando importantes setores da caserna, depois de anos de desgaste com a politização bolsonarista.

O primeiro gesto de Lula às Forças Armadas foi a escolha de um nome de fora do PT e sem histórico de militância na esquerda para o Ministério da Defesa, José Múcio.

Além disso, quando demitiu o então ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), general Gonçalves Dias, Lula resistiu à pressão de aliados para que acabasse de vez com o órgão da forma como é hoje -a pasta, por décadas, foi chamada de Casa Militar.

Outra demanda era para que, ao menos, o órgão fosse comandado por um militar, o que acabou ocorrendo.

Assumiu o general Marco Antônio Amaro dos Santos, que ganhou a queda de braço com a PF (Polícia Federal) na disputa sobre quem ficaria com o comando da segurança presidencial.

Além disso, o governo tem trabalhado para garantir recursos para a indústria de defesa. No Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que deve

ser lançado neste mês, o Planalto incluiu investimentos na defesa como um dos eixos do programa, que é uma das vitrines do Lula 3.

A implementação dos projetos prioritários de Exército, Marinha e Aeronáutica ficaram a cargo do vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), e de Múcio.

ACENOS DE LULA AO AGRO, MILITARES E EVANGÉLICOS

AGRO

Plano Safra 2023/2024, com valor recorde de R\$364 bilhões para médios e grandes produtores, e total que deve chegar a R\$ 420 bilhões somando os valores da agricultura familiar

EVANGÉLICOS

apoio a imunidade tributária de igrejas e órgãos ligados a cultos religiosos na **reforma tributária**, e possível indicação de Jorge Messias, evangélico, ao STF

MILITARES

nomeação de ministro da Defesa de fora do PT, manutenção do comando da segurança presidencial sob o GSI e indicação de militar para chefiar o órgão; investimentos em defesa como eixo do novo PAC

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Entenda o que é o Carf e o que projeto pode mudar em suas regras

Douglas Gravas

São Paulo Na semana passada, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que muda as regras do **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), última instância de julgamento de questões tributárias na administração federal.

O resultado representou uma vitória parcial para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foi preciso chegar a um meio-termo com os deputados para fazer a proposta avançar e ela ainda passará pelo Senado.

Veja alguns dos principais pontos da mudança: * o que é o **Carf**?

O **Carf** funciona como um tribunal da Receita, que julga causas tributárias na esfera administrativa (sem envolver o Judiciário) - a União e as empresas têm disputas bilionárias em tomo do pagamento de **tributos**. Ele reúne representantes da Fazenda e dos contribuintes, e as empresas têm indicados por entidades patronais.

O **Carf** surgiu em 2009, da junção de três conselhos. Para ter uma dimensão, de janeiro a abril, foram concluídos 5.000 processos pelo conselho, envolvendo R\$ 139 bilhões.

Quem participou da negociação?

Esse era um dos principais pontos do pacote de ajuste fiscal da equipe econômica, e a negociação envolveu o ministro Fernando Haddad, representantes do setor privado, congressistas, o relator da proposta, Beto Pereira (PSDB--MS) e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

O andamento da proposta também era importante para "destravar" a pauta econômica na Câmara, que inclui questões consideradas fundamentais pelo governo, como o novo arcabouço fiscal e a **Reforma Tributária**.

O que estava em jogo?

O governo queria voltar a ter o chamado voto de qualidade, em que poderia definir o resultado de uma disputa em caso de empate, mas que foi extinto pelo Congresso em 2020. As empresas reclamavam que

essa ferramenta fazia com que o governo ganhasse sempre.

A União, por sua vez, argumentava que o fim do voto de qualidade gerou uma perda de arrecadação de R\$ 59 bilhões, e o retomo dele era importante para ajudar no resultado primário (esse é o saldo entre despesas e arrecadação do governo, sem contar os juros da dívida pública).

O voto de qualidade chegou a ser recriado via MP (medida provisória) enviada ao Congresso em janeiro deste ano, logo no início do governo do presidente Lula (PT), com efeito imediato, mas que perdeu validade.

O governo também defendia que, caso o contribuinte perdesse a disputa no desempate, poderia recorrer à Justiça, mas se o desempate fosse a favor do contribuinte, o crédito tributário se extinguiria definitivamente e a Receita não poderia brigar na justiça.

E quem pode acionar o **Carf**? O valor mínimo em disputa para recorrer ao **Carf** é de 60 salários mínimos (R\$ 79,2 mil). Haddad também tentava elevar esse valor para mil salários mínimos (R\$ 1,32 milhão), para reduzir o número de processos. A MP do governo, antes de perder a validade, já fazia isso, mas o relator manteve a regra atual, de 60 salários.

"Houve um apelo do setor produtivo, frentes parlamentares e diversas confederações, um questionamento muito grande sobre cercear o direito do contribuinte", justificou o relator.

O governo ganhou ou perdeu? A aprovação é considerada uma vitória para o governo, sobretudo para o ministro da Fazenda, mas o texto que passou na Câmara na semana passada colocou condições para a volta do voto de qualidade.

Em caso de empate, a cobrança do valor principal do débito continua valendo, mas são perdoados juros e multas, caso a dívida seja quitada na esfera administrativa. O fisco também não pode representar o contribuinte ao Ministério Público por crime tributário.

Também ficou definido que, em até 90 dias do julgamento definitivo a favor da Fazenda, o contribuinte poderá pagar o débito sem juros de mora

(por atraso) acumulados. Esses juros são calculados pela taxa Selic (os juros básicos, hoje em 13,75% a^o ano), desde o momento de lançamento do crédito devido. E como colocar um prêmio para que ele pague sem precisar levar o processo ao Judiciário.

A mudança é boa ou ruim?

Os analistas têm divergido sobre as mudanças no tribunal da Receita.

Para Livio Ribeiro, sócio da consultoria econômica BRCG e pesquisador associado do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), trata-se de um ganho para o governo -ainda que não seja uma vitória completa.

"Era uma estratégia de receita de curto prazo. Se, por um lado, essa estratégia deu certo, diversos atenuantes foram colocados pelo relator. Não vejo como positivo ou negativo, mas essas mudanças podem nos levar a uma instabilidade de regras, o que é algo muito nocivo", diz.

"Se a solução seguir como foi aprovada pela Câmara, é um meio -termo, em que governo e contribuintes ganham e perdem. Os contribuintes perdem a possibilidade anterior, de desempate favorável a eles. Por outro lado, ganham pelo voto de qualidade derrubar todas as multas e a representação fiscal para fins penais", afirma o tributarista Breno Vasconcelos, também da FGV e ex-conselheiro do **Carf**.

"Já a União ganhou em dois pontos: volta a ter o voto de qualidade e aumentam as chances de recuperar valores devidos -hoje, a recuperabilidade dos processos que se encerram no **Carf** e são levados ao Judiciário é menor que 5%." Já o consultor econômico e especialista em contas públicas Raul Velloso não é favorável a passos como esse, que em sua visão procuram meios de resolver a questão fiscal arrecadando mais, especialmente quando se trata de disputas na órbita tributária.

"Tenho dito e repetido que a questão é atacar o crescimento excessivo do gasto previdenciário, algo que a própria Constituição hoje comanda. E temos um caminho bem conhecido para fazer isso sem atingir indevidamente ninguém. Porque não seguir por essa rota?" Em coluna publicada na Folha no início de junho, o economista Samuel Pessoa avaliou que o retorno à situação que vigorava antes da lei que acabou com o voto de qualidade tornava os incentivos desequilibrados.

"A solução estrutural do problema envolve dois passos. Primeiro, é necessário que avancemos muito na agenda de simplificação para que nos tomemos um

país um pouco mais normal em matéria tributária (...) e, segundo, que o **Carf** tenha independência da Receita."

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Bolsonaro admite reunião, mas nega plano de golpe

Em depoimento à Polícia Federal, na tarde de ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro admitiu ter participado em dezembro de uma reunião com o senador Marcos do Val (Podemos- ES) e com o ex-deputado federal Daniel Silveira, mas negou que o encontro tenha sido para articular um plano golpista que incluísse a discussão de uma estratégia para gravar clandestinamente o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O ex-presidente afirmou que a reunião, de aproximadamente 20 minutos, foi a primeira e única com Do Val, com quem não tinha intimidade e que, como chefe do Executivo federal, recebia "a todos que solicitassem uma audiência". Após o depoimento, a jornalistas, Bolsonaro respondeu que "nada aconteceu no dia 8 de dezembro": -Até porque não tinha nenhum vínculo com o senhor Marcos Do Val. Talvez uma fotografia, o que é comum entre nós. Nada foi tratado, não tinha nenhum plano para alguém gravar o ministro Alexandre de Moraes. Por que eu ia articular alguma coisa com o senador? O que tratou a reunião?

Nada. Minha transição (com Lula) foi pacífica. Ninguém do PT questionou que não foi bem recebido. Tudo foi passado. Ele (Do Val) que responda pelos atos dele -disse o ex-chefe do Planalto, acrescentando que recebia muitas pessoas e algumas delas "falavam absurdos".

O advogado Fabio Wajngarten, ex-secretário de Comunicação Social da gestão Bolsonaro e que acompanhou o ex-presidente ao depoimento, disse que Moraes sequer foi citado na conversa entre Bolsonaro e Do Val: - Não foi discutido nenhum ato preparatório ou plano nessa reunião rápida no Palácio da Alvorada. Ao contrário do que foi dito, nenhum ato preparatório, nenhum golpe... O nome do ministro Alexandre de Moraes jamais foi citado.

VERSÕES CONTRADITÓRIAS Bolsonaro chegou à sede da Polícia Federal, em Brasília, no início da tarde, para depor no inquérito que investiga o senador Marcos do Val. O parlamentar é acusado de articular uma suposta trama golpista com o ex-deputado Daniel Silveira. A conspiração consistia em tentar gravar de maneira escondida o ministro Alexandre de Moraes e induzi-lo a falar algo que pudesse comprometer a validade do processo eleitoral de 2022.

No início de fevereiro, Moraes determinou a abertura de um inquérito contra o senador depois que o próprio parlamentar deu entrevistas a respeito da suposta articulação de golpe de estado contra a posse de Lula, então presidente eleito.

A orquestração, segundo Do Val, contaria com a participação de Silveira e Bolsonaro.

Na ocasião, Do Val denunciou à revista Veja que teria participado de uma reunião com ambos em que teria sido dito, inclusive, que equipamentos do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) seriam disponibilizados para gravar conversas com o ministro. Posteriormente, a outros veículos de imprensa, o senador deu versões contraditórias.

No depoimento de ontem, Bolsonaro negou que tivesse sido cogitada a participação de militares ou de integrantes GSI em qualquer ato, reafirmando que não foi discutido "nenhum plano, nenhum ato preparatório" de golpe.

Ao ser questionado por jornalistas sobre uma mensagem sua no celular do senador após o encontro no Alvorada, em que havia uma lista de aliados que estariam respondendo a ações no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - presidido por Moraes -, Bolsonaro disse que o texto fazia parte de uma lista de transmissão do aplicativo WhatsApp.

Já a respeito do print de uma mensagem de Do Val a Alexandre de Moraes que lhe foi encaminhada pelo senador, o ex-presidente disse acreditar que ele o tenha feito a fim de "mitigar desgaste político", por conta de declarações contraditórias que deu sobre o assunto.

Em abril, a Polícia Federal chegou a pedir a prisão do senador, em razão de uma tentativa de obstrução do inquérito que investiga os atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Seguindo parecer contrário da Procuradoria-Geral da República (PGR), Moraes, indeferiu a prisão, mas determinou busca e apreensão em endereços ligados ao parlamentar. Os mandados foram cumpridos no mês passado.

Do Val é investigado pelos crimes de divulgação de documentos sigilosos; tentativa, com emprego de violência ou grave ameaça, de abolir o Estado

Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais; tentativa de golpe de estado; e ainda por eventualmente integrar uma organização criminosa.

Ontem foi a quarta vez em que Bolsonaro prestou depoimento à PF neste ano. Ele já foi ouvido sobre os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, sobre as joias da Arábia Saudita que não foram declaradas e ainda sobre as fraudes nos cartões de vacina dele, de seus familiares e assessores.

SALÁRIO NO PL Outro tema que pode desgastar Bolsonaro é o salário que recebe como presidente de honra do PL. O procurador Lucas Furtado, do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), pediu à Corte para apurar irregularidades na remuneração que o partido paga ao ex-presidente, já que ele foi declarado inelegível, informou o portal g1. Em março, a legenda afirmou que o soldo seria de R\$ 41 mil.

Furtado destaca que um partido pagar um político condenado pelo TSE é a seu ver "violação direta e mortal do princípio da moralidade administrativa".

Ele pede ao TCU que, se houver o entendimento de irregularidades pelo plenário ou relator, que os pagamentos sejam suspensos.

SÉRIE DE DEPOIMENTOS À POLÍCIA FEDERAL

5/4 - JOIAS SAUDITAS Bolsonaro precisou depor sobre as joias dadas de presente ao governo durante a sua gestão. As peças entraram no país ilegalmente, e um dos kits, avaliado com valor milionário, ficou retido na **Receita Federal**. Antes de Bolsonaro deixar o cargo, emissários tentaram reavê-las para, segundo o ex-presidente, evitar um vexame diplomático sob o risco de o presente ir a leilão.

26/4 - ATOS GOLPITAS Na investigação para identificar os autores intelectuais dos atos de 8 de janeiro - praticados por bolsonaristas radicais que não aceitavam o resultado da eleições -, o ex-presidente foi ouvido porque dois dias após os ataques, ele compartilhou um vídeo que sugeriu, sem provas, que a vitória de Lula foi fraudada pelo TSE e pelo STF. Ele disse aos agentes que estava sob efeito de remédios e postou sem querer.

16/5 - FRAUDES NOS CARTÕES VACINAIS O ex-presidente negou participação no suposto esquema de fraude nos cartões de vacinação dele e de sua filha caçula que levou o seu exajudante de ordens, Mauro Cid, à prisão. Cid teria atuado para inserir dados falsos nos documentos para que o ex-presidente pudesse comprovar a imunização contra a Covid-19, caso fosse

necessário, já que viajaria para os Estados Unidos.

12/7 - TRAMACOM DO VAL Em seu quarto depoimento à PF este ano, Bolsonaro admitiu que recebeu o senador Marcos do Val (Podemos-ES) no Palácio da Alvorada, mas negou ter tramado com ele uma tentativa de golpe envolvendo o ministro Alexandre de Moraes. O parlamentar é acusado de querer grampear o magistrado, presidente do TSE, e fazê-lo falar algo que comprometesse a lisura do processo eleitoral de 2022.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Receita precisa crescer 1,7 ponto do PIB até 2026

O Tesouro Nacional aponta que o governo precisa de um aumento permanente da arrecadação, por meio de fontes ainda não conhecidas, de até 1,7 ponto percentual do **PIB** até 2026 para conseguir cumprir as ambiciosas metas de resultado primário previstas no novo arcabouço fiscal.

O Ministério da Fazenda quer zerar o déficit das contas públicas em 2024 e passar a produzir superávits consistentes a partir de 2025. No "Relatório de Projeções Fiscais", divulgado ontem, o órgão aponta que, para isso, seria necessário um esforço adicional do lado da arrecadação de 1,4 p.p. em 2024, 1,5 p.p. em 2025 e 1,7 p.p. em 2026, bem como a adoção de medidas do lado das despesas, como contingenciamento.

Os técnicos estimam que algumas medidas lançadas pelo ministro Fernando Haddad em janeiro deste ano, bem como a posterior reoneração dos combustíveis e o aproveitamento de créditos de ICMS no PIS/Pasep e na Cofins, já geraram efeitos do lado da arrecadação de 0,5 p.p. em 2023, 0,9 p.p. para 2024 e 2025 e 0,8 p.p. em 2026, mas ainda são insuficientes para alcançar os resultados fiscais pretendidos.

Quando apresentou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, a equipe econômica já apontava para a necessidade de uma arrecadação de R\$ 155,7 bilhões (1,3% do **PIB**) para zerar o déficit em 2024. Sem essas medidas adicionais do lado da arrecadação, o Tesouro aponta que o governo só zeraria o déficit das contas públicas em 2029 e alcançaria superávit em 2030.

"Mesmo incorporando a arrecadação potencial prevista no PLDO 2024, identificou-se a necessidade de mais medidas de receita para atingir as metas de resultado primário", reconheceu o Tesouro no relatório.

O documento pontua alguns caminhos para atingir as metas de resultado primário a partir da implementação de medidas que ainda estão no papel, como a regulação de apostas de quota fixa, o aprimoramento dos mecanismos de fiscalização de importações de varejistas internacionais e ganhos provenientes da reforma da tributação sobre a renda.

Os técnicos também citam a decisão do Superior Tribunal de Justiça, quanto à tributação de IRPJ e

CSLL de incentivos fiscais do ICMS, com impacto potencial de R\$ 70 bilhões ao ano, segundo a Fazenda, que também pode gerar efeitos 2023. Também são listadas para fins de potencial arrecadatório as alterações na regulação de preços de transferências, que pode render R\$ 23 bilhões por ano à União.

Apesar de não listadas no relatório, outras medidas também podem auxiliar para o desafio de zerar o déficit em 2024, como o retorno do voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, já aprovado pela Câmara e que agora será analisado pelo Senado. A equipe econômica estima ganhos entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões com o voto de desempate pró-Fisco - há mais de R\$ 1 trilhão em estoque no **Carf** de processos a serem julgados. Além disso, o Valor revelou esta semana que um novo modelo de transação tributária, desenhado pela Fazenda, pode gerar uma receita não recorrente de R\$ 34 bilhões à União.

Membros da equipe econômica também ponderam que a **Receita Federal** pode estar utilizando projeções de arrecadação subestimadas com essas medidas, que poderiam surpreender com a retomada da atividade econômica.

"O Tesouro reconheceu que as metas são ambiciosas e demandam extraordinário e adicional aumento de arrecadação para o seu atingimento", analisou Gabriel Leal de Barros, economista chefe da Ryo Asset e ex-diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Apesar da incorporação de 0,5% e quase 1% do **PIB** de arrecadação em 2023 e entre 2024 e 2026, o Tesouro incorporou o que temos insistido desde o início do debate do arcabouço fiscal: só fica de pé se houver choque ainda mais positivo de arrecadação, o que demandará medidas adicionais da ordem de 1,5% do **PIB** nos próximos anos", complementou.

O órgão também faz considerações de medidas necessárias a serem tomadas pelo lado da despesa.

Além do limite previsto no novo arcabouço (os gastos só podem crescer até 2,5% acima da **inflação**), é apontada a necessidade de contingenciamentos anuais de 0,5% do **PIB** para cumprir as metas fiscais. "O nível de contingenciamento aplicado às despesas discricionárias com o propósito de alcance das metas

de resultado primário é elevado: parte de R\$ 56 bilhões em 2024 e aumenta nos anos seguintes", escrevem os técnicos.

O Tesouro também fez projeções em relação à Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG). Em um cenário no qual o governo conseguirá entregar as metas de resultado primário, o indicador fecharia o ano de 2026 em 74,7% do **PIB**, com uma trajetória de queda tendo início a partir de 2027. Do contrário, o último ano do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) fecharia com uma dívida bruta de 79,7% do **PIB**, iniciando trajetória de queda a partir de 2029.

No mesmo documento, o órgão também defende a revisão das despesas vinculadas à arrecadação: gastos mínimos constitucionais com saúde e educação, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), e a vinculação de emendas parlamentares obrigatórias.

O Tesouro observa que as vinculações atuais à receita corrente líquida, embora tenham como objetivo a priorização dessas políticas públicas no orçamento, acabam dificultando o planejamento e a execução orçamentária.

"Essa vinculação pode se mostrar ineficiente, caso haja uma desassociação entre o valor gasto e a real necessidade dos recursos a serem utilizados, quando os recursos financiam despesas majoritariamente obrigatórias cuja execução independe dos níveis de arrecadação e em situações nas quais as despesas custeadas requerem planejamento prévio, como é o caso dos investimentos", assinala o documento. O secretário Rogério Ceron já havia dito que o governo pode enviar uma revisão da correção de gastos com saúde e educação.

O órgão lembra que os gastos vinculados às receitas podem levar à redução do espaço fiscal de outras despesas "igualmente meritórias".

Por isso, o Tesouro sugere que os atuais indexadores sejam substituídos pela mesma regra de variação real do limite de despesa do novo arcabouço fiscal, o que implicaria um crescimento mínimo de 0,6% e máximo de 2,5% ao ano, ou por uma proporção da variação real do limite de despesa.

"O uso de um indexador consistente com o mecanismo de correção da despesa global aumentaria a previsibilidade destas despesas e reduziria a rigidez orçamentária", defendem os técnicos.

"O Tesouro reconheceu que as metas são ambiciosas"

GabrielLealdeBarros

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Receita precisa crescer 1,7 ponto do **PIB** até 2026

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

Haddad promete liberar dados necessários à reforma

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prometeu abrir todos os dados necessários sobre a **reforma tributária** ao Senado. A promessa foi feita nessa quarta-feira, após a primeira reunião entre a equipe econômica e o senador Eduardo Braga (MDB-AM), anunciado relator da proposta nesta semana. Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator na Câmara, também participou da agenda.

Logo após ter seu nome confirmado na relatoria, Braga deu declarações dizendo que cobraria da Fazenda dados que simulem as alíquotas e o impacto do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que será dual (um para a DIOGO ZACARIAS/MINISTÉRIO DA FAZENDA União e outro para os Estados e municípios). Até o momento, o ministério tem dito que a alíquota deve ficar entre 25% e 30%, mas não tem aberto os dados.

"No que diz respeito à área econômica, nós vamos abrir todos os dados necessários para dar conforto para o Senado Federal, que é a Casa revisora", afirmou Haddad.

O ministro também disse que o Senado terá seu tempo para "digerir e se debruçar" sobre o texto.

E que a Fazenda, através da secretária extraordinária da **Reforma Tributária** e da **Receita Federal**, estará à disposição para contato "direto e franco".

"Quanto mais esclarecedor for o debate, quanto mais transparente for a discussão, quanto mais a **Receita Federal** e a secretaria extraordinária tiverem à disposição dos senadores, mais rápida vai ser a tramitação", relatou o ministro.

O deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) disse que os autógrafos da **reforma tributária**, ou seja, a versão final do texto aprovado e assinado deve ser encaminhado ao Senado no retorno do presidente Arthur Lira (PP-AL), que está no exterior. Já o senador Eduardo Braga (MDB-AM) reforçou que seu objetivo é, até o final de outubro, aprovar o texto em plenário.

A reforma passará pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois será levada para o plenário.

"O Brasil quer e precisa da reforma para gerar emprego e voltar a crescer. Faremos isso a múltiplas

mãos", resumiu Braga.

Para conseguir abrir caminho para apreciação da **reforma tributária**, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e Haddad estabeleceram um calendário para tentar aprovar o quanto antes o projeto que prevê a retomada do voto de qualidade no Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (**Carf**). A intenção é aprovar o texto do **Carf** em 15 dias, a partir do fim do recesso parlamentar. Com isso, os senadores ficariam concentrados na reforma. Nessa quarta-feira, o senador Otto Alencar (PSDBA) foi escolhido para relatar o projeto do **Carf**.

Em evento no Planalto, nessa quarta-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que está "convicta" de que a **reforma tributária** será aprovada no segundo semestre no Senado, mas admitiu a necessidade de negociações com o setor de serviços.

"Nós tínhamos dois problemas [nos debates da tributária no Senado]. Por ser a Casa da Federação, um problema era com os governadores: Estados que produzem versus Estados que consome. Isso, pela transição longa e gradual [da reforma], resolve praticamente 80% dos conflitos.

Ficam alguns pontos menores.

O segundo ponto conflitante que, este sim, vai requerer muito diálogo é com o setor de serviços", explicou.

Lula também comemorou a aprovação da **reforma tributária** e do projeto do **Carf**. Segundo o presidente, o Brasil vive um momento de "muito otimismo" e, por isso, a "política" conseguiu fazer coisas impossíveis acontecerem.

"As coisas acontecem, a política é exatamente isso: é a gente fazer com que as coisas impossíveis aconteçam para que as pessoas possam acreditar na política", afirmou.

Além disso, Lula disse que "nenhum deputado ou senador" fez um favor para o governo. "O projeto não é do governo, é da sociedade brasileira, e senadores e deputados fizeram um favor pra quem? Para a própria imagem do Congresso Nacional e do povo brasileiro",

argumentou.

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Haddad promete liberar dados necessários à reforma

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

Justiça adia aplicação de norma da Receita

Joice Bacelo De São Paulo

Uma empresa obteve liminar na Justiça de Santa Catarina para atrasar para 2024 a aplicação de uma norma da **Receita Federal** que provocou aumento de carga tributária sobre a comercialização de software.

O juiz determinou o cumprimento do princípio da anterioridade.

A decisão é inédita em relação ao tema em si - a tributação de software - e pouco comum em se tratando de Solução de Consulta.

O princípio da anterioridade está previsto na Constituição Federal e se aplica sempre que uma nova lei aumenta ou cria **tributos**. Se tratar de contribuição social, a nova regra só pode começar a valer 90 dias depois da publicação. Para imposto o prazo é maior. A nova lei só produz efeitos no ano seguinte.

A Receita, e mregra, não tem competência para aumentar ou criar **tributos**.

Soluções de consulta têm como função esclarecer dúvidas de contribuintes e uniformizar a interpretação do órgão sobre a **legislação tributária**. Por isso, nessas hipóteses, não é comum exigir a anterioridade.

"Não houve, nesse caso, instituição ou majoração de **tributos**, mas nós tivemos uma nova interpretação da **Receita Federal** que culminou em aumento de carga tributária", diz o advogado Rodrigo Schwartz Holanda, sócio do escritório Menezes Niebuhr, que representa a empresa.

O caso levado à Justiça de Santa Catarina trata da Solução de Consulta nº 36, publicada em fevereiro pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) - com efeito vinculante para todos os auditores fiscais do país.

Essa norma atinge as empresas que comercializam software e recolhem Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL pelo regime do lucro presumido.

São todas aquelas com faturamento de até R\$ 78 milhões por ano, que, segundo especialistas, representa a maioria do setor.

Veio na esteira de um julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021, em que os ministros alteraram jurisprudência de mais de duas décadas.

Equiparam os softwares "por encomenda" e "de prateleira" e estabeleceram que ambos deveriam ser tributados pelo ISS.

Até então, essa orientação valia somente para o software sob encomenda.

O "de prateleira", comercializado em larga escala, era tratado como mercadoria e tributado pelo ICMS, o imposto estadual.

A **Receita Federal** também classificava o chamado software "de prateleira" como mercadoria para fins de tributação federal e está, desde o começo do ano, fazendo uma revisão de suas normas internas com base na nova jurisprudência do STF.

Foram publicadas, até agora, três soluções de consulta sobre esse tema. A de nº 36 foi a primeira.

Antes, cada software tinha uma classificação para fins de Imposto de Renda e CSLL. Um era mercadoria, o outro serviço. Agora, ambos são considerados serviço.

Essa diferença de classificação - serviço ou mercadoria - tem impacto direto no caixa das empresas e pode, por consequência, afetar os preços dos produtos para os consumidores finais.

As empresas que estão no regime do lucro presumido fazem a apuração do IRPJ e da CSLL de forma simplificada.

Aplicam um percentual previsto em lei sobre o faturamento bruto e o resultado - chamado de lucro presumido - serve de base para a incidência dos dois **tributos**.

Esse percentual que define os valores que serão tributados varia conforme os setores. O comércio aplica 8% para calcular o IRPJ e 12% para calcular a CSLL. Já para prestadores de serviços o percentual é de 32% para IRPJ e CSLL.

Em outras palavras: quem antes da solução de consulta utilizava os percentuais de 8% e 12% será obrigado a aplicar 32%, ampliando, portanto, a base de cálculo dos **tributos**.

"A mudança foi muito significativa.

Acabou correndo quase toda a margem de lucro da empresa que representamos", diz o advogado Rodrigo

Schwartz Holanda.

"Por isso o prazo é importante. Para poder readequar os preços e não ter uma mudança de carga tributária de forma super abrupta." A **Receita Federal** estabeleceu, na solução de consulta, que o novo entendimento teria validade da publicação em diante. A empresa, com a liminar, obteve o direito à anterioridade nonagesimal e anual. Ou seja: ganhou mais 90 dias de prazo para a CSLL e só vai alterar os pagamentos de IRPJ em 2024.

Essa decisão foi proferida pelo juiz Diógenes Tarcísio Marcelino Teixeira, da 3ª Vara Federal de Florianópolis.

Ele utilizou o trecho da Constituição que estabelece o princípio da anterioridade tributária como base para a concessão da liminar (processo nº 5017743-14.2023.4.04.7200).

"No caso em exame, a referida solução de consulta, tem como efeito a majoração dos **tributos** devidos, o que viola a garantia fundamental do contribuinte à não surpresa, na medida em que não observou os interregnos mínimos estipulados no texto constitucional", afirma.

Para Daniel Franco Clarke, do escritório Mannrich e Vasconcelos, a decisão, apesar de incomum, faz sentido. "Apesar de não termos aqui uma lei propriamente, em sentido estrito, temos um ato normativo da Receita que tem generalidade e abstração tal qual uma lei tem. E é fato que essa nova posição ocasionou majoração de carga tributária." Os advogados Alexandre Chut e Elias Magon, do escritório Vinhas e Redenschi, também concordam com a tese. Citam que o STF já entendeu, por exemplo que a anterioridade tributária vale também para os decretos - ampliando o sentido de lei propriamente dita.

Mas avaliam que não será fácil para o contribuinte mantê-la de pé.

Uma das dificuldades, dizem, é o fato de a Receita ter uma regra própria, interna, para casos de mudança de entendimento em soluções de consulta. A nova posição só vale da publicação para frente (não atinge, portanto, fatos geradores passados).

Em relação à tributação de software, acrescentam os advogados, houve aumento de carga tributária, mas de forma indireta, e isso certamente será alegado pelo Fisco no processo.

Pode pesar contra, além disso, o fato de a Receita afirmar que está apenas se adequando ao novo

entendimento do Supremo e que, por conta disso, os contribuintes não foram surpreendidos. "Tem discussão e os contribuintes têm argumentos.

Tanto que estamos vendo, agora, essa decisão", frisa Chut.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) foi procurada pelo Valor, mas não deu retorno até o fechamento da edição.

"Interpretação da Receita culminou em aumento de carga tributária" Rodrigo Schwartz

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

Reforma tributária: Lula busca atenuar interesses do Planalto e dos partidos

Raphael Felice, Victor Correia

Após uma semana de sucesso e intensa articulação política no Congresso Nacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou ontem que nenhum parlamentar "fez favor" para ele ou para o governo, durante a votação da **reforma tributária** e o voto de qualidade do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. Porém, para aprovar as matérias no curto espaço de tempo disponível, o governo federal teve que liberar bilhões em emendas parlamentares e negociar espaços na Esplanada dos Ministérios.

"Quem é que acreditava que a gente fosse aprovar a **reforma tributária** com a pressa que a gente aprovou na Câmara? Quem imaginava que a gente fosse aprovar o **Carf**?", questionou Lula, citando o projeto que prevê o voto de desempate a favor do governo para disputas tributárias, que sofreu forte resistência no Legislativo. Uma Medida Provisória (MP) com o mesmo tema chegou a caducar.

Às vezes, depois de dois não, acontece um sim. A política é isso. É a gente fazer com que as coisas impossíveis aconteçam. Nenhum deputado, nenhum senador fez favor para mim e nenhum favor para o governo, porque o projeto é da sociedade brasileira. Os senadores e deputados fizeram favor para quem? Para a própria imagem do Congresso Nacional, e do povo brasileiro, acrescentou o presidente.

Apesar do comentário, na semana passada Lula recebeu diversos parlamentares para agradecer a aprovação da **reforma tributária**, entre eles, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e diversos deputados líderes de partidos do centrão. Mas o convite para a celebração no Alvorada não foi o único gesto do presidente. Lula ainda sinalizou estar disposto a ceder espaço a PP e Republicanos em ministérios e na presidência de órgãos públicos. Até o momento, estão na mira do centrão os ministérios do Desenvolvimento Social e do Esporte e as presidências da Caixa Econômica Federal e da Funasa.

Segundo o presidente do Republicanos, o deputado Marcos Pereira (SP), concorda que a **reforma tributária** foi importante para o país, mas ressaltou que o protagonismo da aprovação da proposta é do Congresso. Ele ainda ressaltou que os gestos de Lula

são mais para pavimentar o futuro do governo do que um agradecimento pela reforma.

"Foi uma reforma do país e do Congresso. Não fosse a atuação do Congresso ela não teria sido aprovada. Acho que os gestos tratam menos de gratidão pela reforma, mas sim de pensar no futuro do governo, de pavimentar governabilidade", disse Marcos Pereira.

Já o deputado Duarte (PSB-MA), entende que Lula é sim grato ao Congresso e que as conversas do governo com os partidos de centro e até de oposição estão evoluindo.

"Acho que ele está grato sim, a palavra foi mal empregada. Não à toa que teve esse acordo com líderes parlamentares de centro, de direita e até de extrema direita. Mesmo que o foco tenha sido dizer que o projeto era importante para o Brasil algumas palavras podem gerar algum comentário. Talvez a palavra tenha sido mal empregada, mas não fosse o esforço do governo e do Congresso a reforma não tinha sido aprovada", disse o deputado governista.

O início da relação da gestão Lula III com o Congresso foi conturbada. Os parlamentares chegaram a ameaçar deixar a MP que reestruturou os ministérios caducar, algo inédito, o que retomaria a configuração do governo passado. À época, parlamentares reclamaram da falta de liberação de emendas por parte dos ministérios e da falta de diálogo com o Executivo. Nos bastidores, partidos do Centrão também começaram a reivindicar postos no governo. Até o União Brasil, dono de três ministérios, pressionou Lula e chegou a dar menos votos do que legendas de oposição. Após intensas articulações, o governo conseguiu aprovar a MP e escapar de uma intensa crise.

Durante o esforço concentrado convocado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na semana passada para aprovar a reforma e o voto de qualidade do **Carf**, Lula desembolsou níveis recordes de emendas. Apenas no dia anterior à aprovação foram R\$ 5,3 bilhões reservados no Orçamento. O total, durante a semana, superou R\$ 8 bilhões, mais do que o dobro do que o valor expedido de janeiro a junho de 2023.

Apesar de Lula e do ministro da Secretaria de

Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, negarem que a liberação dos recursos esteja relacionada à aprovação das medidas, é inegável a mudança de humor dos parlamentares após receberem as verbas. Por sinal, 20 integrantes do PL, legenda mais ferrenha da oposição, votaram a favor da reforma, abrindo um racha no partido. Parlamentares de diversos partidos de centro, sejam os aliados como MDB e PSD e neutros como União Brasil, PP e Republicanos também reforçam a melhoria na relação entre governo e parlamento.

Lula também negocia cargos e já sinaliza uma **reforma ministerial** para acomodar o Centrão. A expectativa é que, com uma base mais ampla integrando o governo, o presidente não dependerá tanto da liberação de emendas para ter resultados positivos no Congresso. Além do Ministério do Turismo, que continuará com o União Brasil, apesar da troca de chefia, o Ministério dos Esportes, e do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome já estão na mira, além da Caixa Econômica Federal e da Fundação Nacional da Saúde (Funasa) - essa última um conhecido "cabide de empregos" por indicações políticas do Centrão, que Lula até tentou extinguir.

A expectativa é que a **reforma ministerial** ocorra no início do segundo semestre, talvez em agosto. Ontem, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, deu um recado sobre a mudança, em conversa com jornalistas do Planalto. "Se tiver uma mudança ministerial, vamos torcer para que sejam colocadas mulheres. Se não nesses postos, em outros cargos", frisou a ministra. Dois dos alvos de fritura pelo Centrão até o momento são mulheres: Nísia Trindade, da Saúde, e Ana Moser, do Esporte. Por enquanto, a troca na Saúde parece estar descartada pelo próprio Lula.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5108702-lula-entre-o-discurso-e-a-realidade.html>

Congresso adota recesso branco em julho sem votar diretrizes para Orçamento de 2024

Levy Teles

BRASÍLIA - O Congresso adotará, a partir da próxima semana, o chamado recesso branco, a partir de um acordo informal entre os parlamentares. Deputados e senadores terão duas semanas de férias, sem sessão nas duas Casas. O período será extraoficial, já que os congressistas não votaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), condição estabelecida na Constituição para o início do recesso do meio do ano. A análise não foi realizada por consenso com o governo Lula.

O recesso começará na terça-feira, 18, e vai até o dia 31 de julho. Isso significa que Câmara e Senado não votarão mais nenhum projeto relevante até o final do mês. Os parlamentares continuarão recebendo o salário mensal bruto de R\$ 41.650.

A votação do projeto de lei do arcabouço fiscal ficará para agosto. Esse atraso acabou influenciando a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, segundo o relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

Vamos começar (a votação da LDO) depois do arcabouço. Quem atrasou a LDO foi a votação do arcabouço. Porque a LDO materializa o arcabouço e ele vai ter reflexos na economia que não vão estar na LDO. Nós vamos ter que ter um tempo para fazer a LDO, não pode ser açodado. E a culpa não é minha. Desde abril, eu digo que a gente só pode votar a LDO depois que ver o arcabouço. O culpado é o Senado, disse.

A pausa vem após um esforço concentrado por parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em aprovar pautas prioritárias ao governo, como a **reforma tributária** e o projeto de lei que retoma o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. No Senado, a votação da **reforma tributária** e a proposta do **Carf** também ficarão para o próximo mês.

O período pode afetar o trabalhos das comissões de inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, por exemplo, só terão sessões na volta do recesso.

Para o cientista político Rafael Cortez, o recesso branco auxilia deputados e senadores a exercerem outro papel relevante de suas funções: se aproximar das bases políticas estaduais.

Os parlamentares têm de lidar com essa dualidade: o exercício do mandato em Brasília e o diálogo com as bases, a quem eles estão ligados no Estado. A atividade legislativa não pode ser valorizada por processo legislativo ordinário, mas também pela maneira em como esse parlamentar participa na relação com suas bases, disse.

Muitos parlamentares, porém, utilizam o recesso como férias. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, viajou, inclusive, antes do início do período estabelecido de pausa para o cruzeiro do cantor Wesley Safadão, nos Estados Unidos.

Até o momento, a Câmara apreciou 95 propostas, aprovou 87 e rejeitou oito em 469 horas de atividade. No Senado, foram 394 apreciadas, 166 aprovadas, três rejeitadas e 225 prejudicadas, retiradas ou eram medidas provisórias com perda de eficácia. Foram realizadas 88 sessões plenárias desde o começo do ano.

A Casa revisora ainda aprovou 38 indicações - a de Cristiano Zanin ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi a principal delas.

Em um começo turbulento pela falta de articulação política com o Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a ajuda no repasse de emendas, garantiu a aprovação das principais medidas provisórias (MPs) que retomam programas de governos caros ao PT, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Mais Médicos, e aprovou a **reforma tributária**.

Em alguns casos, a vitória veio a duras penas, como no caso da MP dos Ministérios, e exigiu que o governo abrisse diálogo para remanejar espaços para partidos do Centrão em ministérios e em estatais.

Me parece que a gente encerra a atividade legislativa no primeiro semestre com o grupo político respondendo aos principais dilemas da agenda nesse primeiro semestre, o que não deixa de ser surpreendente, porque o ambiente político nas fileiras

do Congresso é bastante turbulento , avaliou Cortez.

O recesso começará na terça-feira, 18, e vai até o dia 31 de julho. Isso significa que Câmara e Senado não votarão mais nenhum projeto relevante até o final do mês. Os parlamentares continuarão recebendo o salário mensal bruto de R\$ 41.650.

A votação do projeto de lei do arcabouço fiscal ficará para agosto. Esse atraso acabou influenciando a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, segundo o relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

Vamos começar (a votação da LDO) depois do arcabouço. Quem atrasou a LDO foi a votação do arcabouço. Porque a LDO materializa o arcabouço e ele vai ter reflexos na economia que não vão estar na LDO. Nós vamos ter que ter um tempo para fazer a LDO, não pode ser açodado. E a culpa não é minha. Desde abril, eu digo que a gente só pode votar a LDO depois que ver o arcabouço. O culpado é o Senado , disse.

A pausa vem após um esforço concentrado por parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em aprovar pautas prioritárias ao governo, como a **reforma tributária** e o projeto de lei que retoma o chamado voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. No Senado, a votação da **reforma tributária** e a proposta do **Carf** também ficarão para o próximo mês.

O período pode afetar o trabalhos das comissões de inquérito. A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do MST e a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, por exemplo, só terão sessões na volta do recesso.

Para o cientista político Rafael Cortez, o recesso branco auxiliam deputados e senadores a exercerem outro papel relevante de suas funções: se aproximar das bases políticas estaduais.

Os parlamentares têm de lidar com essa dualidade: o exercício do mandato em Brasília e o diálogo com as bases, a quem eles estão ligados no Estado. A atividade legislativa não pode ser valorizada por processo legislativo ordinário, mas também pela maneira em como esse parlamentar participa na relação com suas bases , disse.

Muitos parlamentares, porém, utilizam o recesso como férias . O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), por exemplo, viajou, inclusive, antes do início do período estabelecido de pausa para o cruzeiro do cantor Wesley Safadão, nos Estados Unidos.

Até o momento, a Câmara apreciou 95 propostas, aprovou 87 e rejeitou oito em 469 horas de atividade. No Senado, foram 394 apreciadas, 166 aprovadas, três rejeitadas e 225 prejudicadas, retiradas ou eram medidas provisórias com perda de eficácia. Foram realizadas 88 sessões plenárias desde o começo do ano.

A Casa revisora ainda aprovou 38 indicações - a de Cristiano Zanin ao Supremo Tribunal Federal (STF) foi a principal delas.

Em um começo turbulento pela falta de articulação política com o Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com a ajuda no repasse de emendas, garantiu a aprovação das principais medidas provisórias (MPs) que retomam programas de governos caros ao PT, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida e o Mais Médicos, e aprovou a **reforma tributária**.

Em alguns casos, a vitória veio a duras penas, como no caso da MP dos Ministérios, e exigiu que o governo abrisse diálogo para remanejar espaços para partidos do Centrão em ministérios e em estatais.

Me parece que a gente encerra a atividade legislativa no primeiro semestre com o grupo político respondendo aos principais dilemas da agenda nesse primeiro semestre, o que não deixa de ser surpreendente, porque o ambiente político nas fileiras do Congresso é bastante turbulento , avaliou Cortez.

Site:

<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/congresso-adota-recesso-branco-em-julho-sem-votar-diretrizes-para-orcamento-de-2024,27681320aee533b0d5b05251f2a4272esqn5r5ps.html>

Na pauta fiscal, mentiras sinceras nos interessam

Por Eduardo Salusse

O período de turbulência legislativa está rodeado de narrativas (para usar a expressão da moda).

É um clássico conflito entre os que apresentam fundamentos bem construídos para defender uma posição ou outra, costurando articulados argumentos jurídicos ou econômicos para sustentar a sua vontade.

Não faço nenhuma acusação, mas levanto hipóteses que parecem revelar, ao menos em tese, incentivos à construção de narrativas para lá de suspeitas.

É preciso muita cautela nos debates e na aprovação de temas tão sensíveis.

Começemos pelas alterações no **Carf**.

De um lado, os contribuintes com um recheado conteúdo argumentativo focado na necessidade de um órgão administrativo que exerça jurisdição, que não seja manipulado pelo órgão arrecadador, com julgadores imparciais e independentes, pregando que o empate é expressão da dúvida e deveria beneficiar o acusado.

De outro lado, entidades sindicais e associações de auditores, além do próprio quadro do funcionalismo fazendário, defendendo a volta do voto de qualidade, vez que a entidade não é jurisdicional e que é injusto que somente o contribuinte vencido possa ir ao Judiciário, tecendo argumentos sombrios relacionados à suspeição e a supostos ilícitos por parte dos representantes dos contribuintes.

Não fosse o desejo de vencer a lide por parte de ambos, cancelando uma dívida ou aumentando a arrecadação, respectivamente, poderíamos acreditar na tecnicidade pura dos argumentos.

Outro exemplo. A Procuradoria da Fazenda Nacional insurge-se contra o artigo 8º do projeto de lei do **Carf** que regulamenta nova hipótese de transação.

Na perspectiva da PFN, argui-se que apenas a ela cabe tal competência outorgada pela Constituição Federal.

De outro lado, a **Receita Federal do Brasil** pretende

avocar tal competência a pretexto de ajudar por fim aos litígios e permitir o aumento da arrecadação.

Não fossem os componentes do bônus de eficiência, de um lado, e dos encargos (honorários sucumbenciais), de outro, poderíamos até acreditar na franqueza dos argumentos.

Mais um. A **reforma tributária** é muito ruim, a pior que já se viu. A **reforma tributária** é muito boa, com potencial de ser a melhor do mundo.

Será que são mesmo estas as verdadeiras razões verbalizadas por diversos grupos? Poderiam até ser, não fosse o apoio patrocinado da indústria em campanhas de TV, que não coincidentemente verá os seus produtos desonerados ou, de outro lado, as críticas jurídicas dos serviços que serão significativamente onerados. O mesmo raciocínio para Estados e Municípios, ganhadores e perdedores, que gritam problemas legais na proposta aprovada na Câmara dos Deputados.

É por tal razão que os parlamentares, representantes do povo, munidos de experiência e de grande assessoria deveriam discutir de maneira absolutamente técnica. Mas será que o fazem? Não fosse a liberação de alguns bilhões em emendas para contaminar a análise fria do tema, poderíamos até acreditar.

A grande verdade é que todos os envolvidos agem racionalmente em busca dos seus próprios ganhos.

Cada um maximiza os ganhos que lhes interessam. Os empresários visam o próprio lucro. A Fazenda apenas a arrecadação. O contribuinte quer a utilidade dos bens e serviços. Os políticos querem maximizar os seus votos. O Direito mira a legalidade.

Tudo isso faz parte da natural racionalidade do ser humano que, egoisticamente, age em interesse próprio.

Mas é fato que, ao tecer narrativas por vezes dissimuladas em interesses próprios, acabam por provocar debates, reflexões e melhorias a todos. Todas estas mentiras sinceras nos interessam.

E diferentemente do que completa a música

interpretada por Cazuzza, não podemos esperar pequenas poções de ilusão.

Os novos rumos legislativos fiscais devem pautar-se na ciência e na experiência, com a devida isenção. Ao menos esta ilusão parece ser real.

Graduado e doutor em direito pela PUC/SP, mestre em direito tributário e responsável executivo de pesquisa do Núcleo de Estudos Fiscais na FGV Direito SP

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/fio-da-meada/post/2023/07/na-pauta-fiscal-mentiras-sinceras-nos-interessam.shtml>

É #FAKE que governo Lula acabou com as aposentadorias (Fato ou Fake)

Por Roney Domingos, g1

Circula nas redes sociais um vídeo em que um homem diz governo anuncia o fim das aposentadorias . É #FAKE.

No video, o homem mostra uma foto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao lado do ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta. Uma legenda diz: Fim das aposentadorias e outra diz Exclusivo . No áudio, uma voz diz: Essa notícia acabou se ser anunciada (...). A aposentadoria por tempo de contribuição chegou ao fim. Foi batido o martelo e não pode mais voltar atrás. Você que começou a contribuir de 14 de novembro de 2019 para cá, você não tem mais direito a aposentar por tempo de contribuição. Somente os que começaram a contribuir antes desta data. Infelizmente, notícia triste que abalou milhões de brasileiros, principalmente os trabalhadores, os que começaram a trabalhar com carteira assinada recentemente ou os que começaram a contribuir com o **INSS** recentemente foram afetados, impactados por essa notícia, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição .

Não é verdade que uma decisão do governo Lula em 2023 tenha definido o fim das aposentadorias. Foi a reforma da Previdência aprovada durante o governo Bolsonaro, em 2019, que modificou as regras e acabou com a aposentadoria por tempo de contribuição. Aos segurados que já contribuía para o **INSS** antes da promulgação da reforma, no entanto, foram aplicadas regras de transição para a concessão da aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

Com a reforma previdenciária de 2019, ainda no governo Bolsonaro, as pessoas que passaram a contribuir a partir daquela reforma, que é de novembro de 2019, elas não têm mais aposentadoria por tempo de contribuição porque essa modalidade acabou ali , diz o advogado José Soderro, membro da comissão de direito previdenciário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo.

O que resta é a possibilidade de as pessoas que já estavam contribuindo antes da reforma do Bolsonaro, de, cumprindo algumas modalidades (são quatro modalidades de regras de transição) conseguirem se aposentar por tempo de contribuição , complementa.

O **INSS** afirma que com a Reforma da Previdência, em vigor desde novembro de 2019 (Emenda Constitucional 103), uma das novas regras se refere à aposentadoria por contribuição ou programada. Ela é concedida ao homem que tiver 20 anos de tempo de contribuição e 65 anos de idade ou à mulher que possuir 15 anos de contribuição e 62 anos de idade.

Essa regra só é aplicada ao trabalhador ou trabalhadora que se filiar ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS) após a publicação da Emenda Constitucional nº 103. Ou seja, a aposentadoria só será concedida aos segurados que começaram a contribuir para o **INSS** a partir de 14 de novembro de 2019.

Para os segurados que já contribuía para o **INSS** antes da promulgação da reforma serão aplicadas regras de transição para a concessão da aposentadoria por idade ou por tempo de contribuição.

Saiba o que muda com a reforma da Previdência

Fato ou Fake Explica:

VEJA outras checagens feitas pela equipe do FATO ou FAKE Adicione nosso número de WhatsApp +55 (21) 97305-9827 (após adicionar o número, mande uma saudação para ser inscrito)

Site: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2023/07/13/e-fake-que-governo-lula-acabou-com-as-aposentadorias.ghtml>

País subsidia pouco o agro, mas setor público foi chave para salto

Folha de S.Paulo 13 Jul 2023 Fernando Canzian

O total de subsídios públicos destinados ao agronegócio no Brasil despencou nas últimas décadas, na contramão do aumento vertiginoso da produção e da produtividade.

Na comparação com outros países fortes na área, o Brasil é o que hoje menos subsidia o setor, levando em conta a razão entre o total produzido e o dinheiro público empregado na atividade.

Especialistas apontam a escassez de subsídios diretos nos últimos anos, o fato de não ter sido muito protegido por tarifas e de ter ficado relativamente livre de ingerência política como chaves para o sucesso do agronegócio.

No passado, no entanto, o setor público foi fundamental para gerar as condições para o desempenho atual, sobretudo por meio da criação, há 50 anos, da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Nos governos João Figueiredo (1979-1985) e José Sarney (1985-1990), o Brasil despendia cerca de 5,6% do Orçamento na função Agricultura, de acordo com o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Com Itamar Franco (1992-1995) e FHC (1995-2003), os dispêndios caíram à metade, para cerca de 2,2% do Orçamento.

Foi a partir desse período, porém, que o agronegócio deslançou. No início dos anos 1990, o Brasil ocupava 39 milhões de hectares para produzir 58,3 milhões de toneladas de grãos. Hoje, utiliza 78 milhões de hectares (+100% em relação a 1990) e produz 316 milhões de toneladas (+445%), de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária.

Nos últimos 20 anos, a produtividade total dos fatores da agricultura brasileira cresceu 3,2% ao ano, em média. Na China, a alta foi de 2%; nos Estados Unidos, de 0,5%.

Entre os grandes produtores globais, o Brasil é o que menos emprega recursos públicos proporcionalmente ao volume produzido, na razão de 1,3%. A campeã em subsídios é a União Europeia, com 19,3%, seguida por China (12,2%), Estados Unidos (11%) e Rússia

(6,7%).

No final de junho, o governo Lula anunciou recursos de R\$ 364,2 bilhões para o Plano Safra, de apoio à produção de médios e grandes produtores rurais até junho de 2024. Outros R\$ 77,7 bilhões serão investidos na agricultura familiar. Desse total, no entanto, só pequena parcela terá juros subsidiados, sobretudo para a agricultura familiar e de baixo carbono.

Na safra 2022/2023, segundo cálculos de Xico Graziano, engenheiro-agrônomo e professor da FGV, mesmo que somando o valor destinado à equalização dos juros aos orçamentos dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, o gasto público com o setor ficou próximo de 2% em relação ao valor bruto da produção.

"Criou-se um mito baseado na economia do passado [de que o agro seja subsidiado], quando realmente o setor rural recebia vultosos benefícios do Estado", diz Graziano. "Hoje, o agro segura a economia com suas próprias pernas."

Para Sérgio Vale, economista-chefe da MB Associados, o fato de o agronegócio não ter contado com tanta ajuda e interferência estatais explica sua trajetória de sucesso.

"O agro surgiu antes do [presidente] Getúlio Vargas [1934-1945 e 1951-1954] e, por isso, já era independente. Tem raízes históricas para ter conseguido, com força política, evitar uma interferência mais forte de governos", diz Vale.

"Na época do Getúlio, houve um entendimento de que quem faz crescer a economia não é o agro, mas a indústria, e todos os incentivos, subsídios e proteções acabaram sendo criados para a indústria. Era aquela ideia desenvolvimentista de que teríamos de proteger a indústria para depois virar uma potência exportadora. A indústria acabou sendo vítima dessas ideias do passado."

Vale destaca que uma das grandes contribuições do Estado para o agro foi a criação da Embrapa, em 1973, durante o regime militar.

"Ao longo da história, o Brasil tinha uma vocação para

o café, mas estava crescendo e não havia sentido em importar produtos agrícolas. Daí nasce o movimento para fazer crescer a produção interna, a partir dos anos 1970."

Um dos responsáveis pela criação da Embrapa é o economista José Pastore, professor aposentado da Faculdade de Economia e Administração da USP. A convite do então ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, no governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) ele teve a incumbência de preparar pesquisadores de alta qualidade na área.

"A proposta apresentada ao Cirne incluía a formação de uns mil doutores e uns mil mestres nas várias áreas da pesquisa agrícola, nas melhores universidades do mundo", conta Pastore.

Com experiência anterior na formação de pesquisadores na área econômica e tendo estudado em universidade nos EUA, Pastore e demais idealizadores da Embrapa foram atrás de dinheiro em organismos internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, além de fundações, como Ford e Rockefeller.

"As primeiras levas de estudantes bolsistas começaram entre 1974 e 1976. Depois de uns dez anos, a Embrapa já tinha um time de primeira qualidade para pesquisar produtos, solos e climas", afirma.

"Antes, a pesquisa agrícola no Brasil era feita por funcionários públicos, que pesquisavam o que queriam."

Segundo Pastore, o fato de os pesquisadores estudarem em universidades de ponta, sobretudo nos EUA, incutiu no corpo técnico da Embrapa "uma ética de trabalho e zelo". "Além das pesquisas que traziam, vinham também muitos livros que ajudaram no desenvolvimento da Embrapa."

Ao comemorar 50 anos de existência neste ano, a Embrapa contabilizou a formação de 2.000 doutores dedicados ao setor agrícola, o dobro do que almejavam seus idealizadores.

Mas o grande boom do agronegócio só ocorreria com a ascensão da renda chinesa a partir de 2000, quando o **PIB** do país era de US\$ 1,2 trilhão e saltou a US\$ 6 trilhões em 2010, crescendo entre 8% e 14% ao ano. O **PIB** per capita foi de US\$ 1.053 para US\$ 4.550. Mais ricos, os chineses passaram a comer mais e melhor.

"Quando a China chegou, o Brasil estava preparado. Primeiro foi a soja, e agora temos pela frente carnes e

milho, que será a nova soja. A China vai ter de importar milho como importava soja, e o único país com escala para abastecê-la é o Brasil", diz Vale.

O fato de o setor também ser politicamente forte (a bancada ruralista no Congresso tem hoje 302 deputados e 45 senadores) blindou o setor de taxações, como na Argentina.

No país vizinho, o governo tributa exportações agrícolas com alíquotas de 7% a 33% e impede a venda ao exterior de alguns cortes de carne para garantir o abastecimento.

No passado, Brasil e Argentina competiam de perto na área de grãos. Hoje, o Brasil produz mais que o dobro na comparação com o país vizinho (316 milhões de toneladas, ante 140 milhões).

Segundo a Sociedade Rural Argentina, o Estado retirou cerca de US\$ 175 bilhões em **impostos** da exportação argentina em 21 anos, **reduzindo** a capacidade de investimentos do setor.

Série "O Poder do Agro", mostra força do agronegócio na economia

A Folha publica nos próximos dias a série "O Poder do Agro", reportagens sobre a força do setor na economia seus desdobramentos na política e na cultura. Veja o calendário

14.JUL

"Fora da porteira", apagão logístico ameaça agronegócio

Indígenas plantam e cobram pedágio em reserva

15.JUL

Céu é o limite para o agro, e sem desmate, diz Roberto Rodrigues

27.JUL

Grãos redesenham economia de Goiás e em 40 anos impulsionam desenvolvimento das cidades

8.AGO

Café ultrapassa gerações e gera distribuição de riqueza para pequenos produtores em cidades mineiras

24.AGO

Laranja avança no Triângulo Mineiro, que já produz

mais que a Flórida, e projeta entrada em MS

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Tebet "torce" por permanência de mulheres na Esplanada

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse nessa quarta-feira que irá "torcer" para que uma eventual **reforma ministerial** mantenha a proporcionalidade das mulheres no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Tebet falou sobre o assunto ao ser questionada sobre a possível demissão de três mulheres do governo: as ministras Daniela Carneiro (Turismo), Ana Moser (Esporte), e a presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano.

Essas mudanças estão sendo debatidas como parte de um acordo para que o Centrão passe a integrar a base aliada no Congresso.

"Não falo sobre núcleo político, mas se por ventura estiver acontecendo isso e tiver uma mudança ministerial, vamos torcer para que sejam colocadas mulheres. Se não for nesses postos, que mulheres possam assumir outros cargos. O importante é a proporcionalidade, e a representação de mulheres", disse a ministra do Planejamento.

Tebet falou sobre o assunto ao chegar ao Palácio do Planalto para a cerimônia de reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. Na avaliação dela, Lula estaria "antenado" com a importância de se ter mulheres na Esplanada.

"Acho que o presidente está antenado com isso. Se não for nesses ministérios, que as mulheres sejam contempladas em secretarias- executivas", ponderou.

O Centrão deve indicar nas próximas semanas os nomes que representarão o grupo na Esplanada dos Ministérios. Apesar de o grupo ser heterogêneo e ter, inclusive, bolsonaristas em suas fileiras, os indicados que começam a ganhar força nos bastidores são velhos conhecidos dos petistas.

A lista de desejos do bloco político inclui, por exemplo, o comando da Caixa Econômica Federal, que hoje está sob o comando da presidente Rita Serrano.

Para o lugar dela, no entanto, quem está despontando nos bastidores é Gilberto Occhi (PP).

Ele é conhecido por ter sido ministro da Integração Nacional durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Pesa a favor de Occhi o fato de ele também já ter sido presidente da Caixa, na gestão do ex-presidente Michel **Temer**. A substituição do comando do banco não se deve apenas por conta do acordo entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Centrão.

O Valor apurou que um dos motivos para o Palácio do Planalto considerar a demissão de Rita é que ela não estaria agradando.

Há algumas semanas, o governo teve de desmentir que a Caixa passaria a cobrar por transações do Pix Pessoa Física. O anúncio gerou mal-estar, já que, segundo interlocutores, a medida teria sido tomada sem nenhum tipo de consulta à Presidência e ao Ministério da Fazenda.

Um dos possíveis quadros do Centrão que também ganhou força nos últimos dias é o deputado Silvio Costa Filho (Republicanos- PE). O parlamentar está sendo cogitado para assumir o Ministério dos Esportes, no lugar de Ana Moser. O deputado é filho de um antigo aliado do PT, o ex-deputado Silvio Costa, que se notabilizou por trabalhar contra o impeachment de Dilma, em 2016.

Na terça-feira, Moser esteve reunida com o presidente da República no Palácio do Planalto, mas ela negou que o assunto do encontro tenha sido sua eventual demissão do ministério. (RT e FM)

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187601>

Para "alinhar o trabalho"

Edla Lula

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da **reforma tributária**, prometeu para outubro a votação do seu parecer final no Senado, com promulgação até dezembro.

Braga, juntamente com o relator da matéria na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), reuniram-se ontem com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o ministro, o encontro teve o objetivo de "alinhar o trabalho" entre o governo e o Parlamento, para que possa passar por um amplo debate e a matéria ser aprovada o mais rapidamente possível.

"Quanto mais esclarecedor for o debate, quanto mais transparente for a discussão e quanto mais a **Receita Federal** e a secretaria Extraordinária (da **Reforma Tributária**) estiverem a serviço dos senadores, mais rápida será a tramitação".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD - MG), já informou que a reforma será votada, primeiro, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. No plenário, passará por votação em dois turnos, precisando de, no mínimo, 49 votos favoráveis para ser aprovada.

Após a votação no Senado - casa revisora -, o texto retornará para nova apreciação na Câmara. "O nosso objetivo é, até o final de outubro, poder entregar à Câmara uma contribuição do Senado para que, até o final do ano, o Brasil possa ter o compromisso realizado, aprovado e promulgado pelo Congresso Nacional", disse o relator da matéria no Senado.

Braga afirmou estar confiante na aprovação no Senado porque "essa é uma reforma que o Brasil quer e que o Brasil precisa para gerar emprego, voltar a crescer e fazer com que a economia tenha um crescimento sustentável".

Os três evitaram comentar detalhes do encaminhamento da proposta no Senado.

Segundo Ribeiro, desde a aprovação na Câmara, na última sexta-feira, "houve muita especulação", por isso eles aguardam a volta do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quando ocorrerá a assinatura do texto definitivo, para comentar possíveis alterações.

Braga foi indicado na terça-feira por Pacheco para ser relator da **reforma tributária** na Casa. A tramitação da matéria, no entanto, só começará em agosto, após o recesso parlamentar, já que o texto final aprovado pela Câmara ainda não foi encaminhado formalmente para o Senado.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/13/all.pdf>

"Há um cadáver no armário"

Samanta Sallum

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso adiantou que, ao assumir a presidência da Corte, a questão dos precatórios devidos pela União será um tema prioritário. Comparou a postergação do pagamento a um "cadáver" que o governo federal está "guardando no armário". Segundo ele, a situação vai gerar "uma bomba fiscal." O magistrado frisou que o atual procedimento é uma forma de "calote" que está "sendo armado" contra o setor privado.

"Há um problema que precisa ser equacionado pelo governo e pela Justiça, no que diz respeito aos precatórios federais. Como se estabeleceu na legislação, ainda no governo passado, um teto máximo a ser pago, vem ficando um resíduo não pago de um ano para o outro. No ano seguinte, se acumula ainda mais, gerando mais dívida", explicou o ministro ao Correio. O volume dos precatórios do governo federal chega, atualmente, a R\$ 50 bilhões.

A previsão é de que o ministro Luís Roberto Barroso seja o próximo presidente do STF, quando terminar, em outubro, a gestão da ministra Rosa Weber. Ele foi painelistas de um evento organizado ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. O encontro reuniu 1,3 mil representantes de federações e sindicatos empresariais de todo país.

Reforma Tributária

Barroso afirmou que o atual sistema tributário do Brasil é "perversamente injusto", por dar ênfase à cobrança de **impostos** sobre o consumo e não sobre capital e renda. Avaliou que, apesar da **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados não ter "enfrentado" a tributação sobre o capital, o texto é um avanço. "Só a simplificação já é grande coisa, porque precisamos diminuir a litigiosidade tributária no Brasil, que é fonte de imensa insegurança para as empresas e para o governo", afirmou.

Litígios

O magistrado enfatizou também a importância de se acabar com os litígios trabalhistas: há mais de cinco milhões de reclamações em trâmite no Judiciário brasileiro. Segundo ele, é preciso diagnosticar o problema, pois o arcabouço legal do setor é muito difícil de ser cumprido.

O ministro apontou os direitos que devem ser assegurados aos trabalhadores, como pagamento do salário mínimo, férias remuneradas e direito à aposentadoria. Mas avaliou que "proteção" ao trabalhador não pode virar "paternalismo".

Ele argumentou que "excesso de proteção" acaba provocando efeito contrário, "desprotegendo", pois leva à informalidade da relação de trabalho. "Isso é ruim para todos, empregadores e empregados", reforçou.

Barroso defendeu a desoneração da folha de pagamento para gerar mais fôlego à empregabilidade.

E reafirmou que, na relação trabalhista, "o negociado entre ambas as partes deve prevalecer ao legislado", citando decisões que ele mesmo já proferiu judicialmente.

Diálogo

O anfitrião do evento, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, lembrou, em seu discurso de abertura, a atuação da entidade nos temas de relevância para o país e para o setor. "Contribuímos de forma significativa para aperfeiçoar a **reforma tributária**."

Se não é a reforma ideal, tenham a certeza de que trouxemos avanços significativos, que beneficiam o setor terciário. E precisamos mostrar isso para as empresas. Também estamos convictos de que prestigiar o diálogo no ambiente negocial é a melhor solução para alcançar a paz social no âmbito das relações de trabalho", frisou.

Leia mais na página 16

"Como se estabeleceu na legislação, ainda no governo passado, um teto máximo a ser pago, vem ficando um resíduo não pago de um ano para o outro.

No ano seguinte, se acumula ainda mais, gerando mais dívida" Luís Roberto Barroso, ministro do STF

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/07/13/all.pdf>

Revisão em agosto no Congresso

Samanta Sallum

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que uma proposta de a revisão da reforma trabalhista aprovada em 2017, durante o governo Michel **Temer**, será encaminhada ao Legislativo em agosto, "sem canetaço". Pregando a construção de um entendimento entre empresas e trabalhadores, o ministro fez participação especial na abertura do Sicomercio 2023, evento que reúne 2 mil representantes de sindicatos patronais, em Brasília.

Marinho afirmou que não há intenção de revogar a reforma, mas que são necessários ajustes pontuais.

"Será uma revisão pontual.

Vamos encaminhar o texto em agosto", disse. Perguntado sobre o foco dos ajustes, ele apontou para a estruturação dos sindicatos.

"Temos de ver a questão das finanças, como poderão se sustentar" afirmou. O ministro esclareceu, no entanto, que não o assunto não está relacionado à volta da cobrança do imposto sindical dos trabalhadores.

As revisões, explicou o ministro, estão sendo discutidas em grupos de trabalho tripartites, com participação de governo, trabalhadores e empregadores.

"Chega de ódio"

No discurso, Marinho pregou fim ao "ódio" e foi aplaudido. "A democracia voltou. É importante ressaltar o papel do Supremo.

Chega de rancor e de preconceitos", destacou.

A participação do ministro do Trabalho não estava prevista, oficialmente, no evento, organizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O presidente da entidade, Jose Roberto Tadros, tem boa relação com o ministro e fez a convite. Marinho discursou para uma plateia de empresários.

O presidente da CNC também fez a defesa dos trabalhadores em seu discurso defendendo "salário mínimo mais justo". Disse que é ultrapassado falar em "luta de classes".

"Prestigiar o diálogo no ambiente negocial é a melhor solução para alcançar a paz social no âmbito das relações de trabalho", destacou Tadros. "Entendemos que o negociado tem mais valor do que o legislado", acrescentou.

Os empresários participam do GT da Reforma Trabalhista.

Tributos

Para Luiz Marinho, o texto aprovado da **Reforma Tributária** não é "exatamente" o que o governo gostaria, mas é a "possível para o Brasil crescer economicamente.

Reconheceu a importância do suporte a empresas.

"Para gerar empregos, precisamos cuidar bem das pequenas e médias empresas, precisamos dar uma atenção ao comércio e serviços", destacou.

José Roberto Tadros, avaliou que a **reforma tributária** não é a "ideal", mas a versão do texto aprovado pela Câmara dos Deputados trouxe avanços. "Se não é a reforma ideal, tenham a certeza de que trouxemos avanços significativos, que beneficiam o setor terciário. E precisamos mostrar isso para as empresas", apontou.

(SS)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/07/13/all.pdf>

"Não está no meu radar", diz Zema sobre Planalto em 2026

O governador Romeu Zema (Novo) afirmou ontem que não pensa na eleição presidencial de 2026 e que sua prioridade agora é "resolver os problemas" de Minas Gerais. Ele é um dos nomes cotados para assumir o espólio político deixado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até 2030. "Meu foco total nos próximos três anos e meio é fazer um bom trabalho à frente de Minas Gerais. Esse projeto definitivamente é algo que não está no meu radar", disse Zema em entrevista à Globo-News. Zema afirmou também que sua intenção é dar apoio a um candidato e não ter seu nome no pleito em 2026. "Eu prefiro apoiar alguém do que ser candidato", declarou.

O chefe do Executivo mineiro afirmou também que o assumiu um estado "arrasado" e que ainda está em recuperação. Ele citou, como exemplo, a malha viária que precisa de reparos e que somente no ano passado conseguiu iniciar esses reparos. "O futuro tem que ser visto lá na frente. Quem começa a se preocupar muito com o futuro, deixa de olhar os problemas deste semestre e do ano que vem. Estou aqui para resolver o problema dos mineiros e tem muita água para rolar ainda", completou.

O governador afirmou também que não aposta em posições extremas, quando indagado novamente sobre ser um dos nomes que podem representar o campo na direita, nas próxima eleição presidencial. Sobre o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), evitou também falar sobre eleições, mas disse apoiar o projeto da direita no maior estado do país.

Apesar da declaração de ontem, o próprio Zema já admitiu anteriormente a possibilidade de se candidatar à Presidência da República. Na festa da vitória do segundo mandato em primeiro turno, em outubro de 2022, ao ouvir gritos de "presidente" o governador: "Se fizermos um bom governo, por que não?"

Agora, mesmo dizendo que não se articula para as eleições de 2026, Zema tem deixado o lado "tecnocrata" e assumido uma postura mais "política". Na terça-feira, ele deu posse ao novo secretário de Estado de Governo, Gustavo Valadares (PMN), o primeiro integrante da sua administração que é deputado estadual. O cargo é responsável por articular a relação entre o governo e a Assembleia Legislativa.

Durante a posse de Valadares, Zema disse que está "aprendendo" a fazer política, depois de um primeiro mandato de atritos com a legislatura anterior.

Na entrevista de ontem, Zema foi questionado também uma publicação que fez nas redes sociais citando frase do ditador fascista italiano Benito Mussolini. "Fomos os primeiros a afirmar que, quanto mais complexa se torna a civilização, mais se deve restringir a liberdade do indivíduo", postou o governador, no início do mês. A publicação ocorreu um dia depois do julgamento de Bolsonaro no Tribunal Superior Eleitoral. Os dois foram aliados na última campanha eleitoral.

O governador afirmou que a postagem se tratava de alerta. "Aquilo ali é mais um alerta porque me parece que nós temos, por parte de algumas pessoas, uma tendência aqui no Brasil de achar que o estado pode tudo e o estado resolve tudo. E, definitivamente, não é a minha opinião. Quem me acompanha nas redes sociais sabe que publico frases de manhã cedo e à noite. Gosto muito de frases e pensamentos. A publicação dessa frase foi muito mais um alerta que eu quis dar, porque quem conhece o meu posicionamento sabe que a única coisa que não sou é alguém do estilo do Mussolini", acrescentou o governador.

O chefe do Executivo mineiro afirmou ainda que é o contrário de Mussolini que, segundo ele, acreditava num estado onipotente. "Tenho enxugado o estado, a máquina, tornado o estado menor e mais eficiente. Na minha visão, todos sabem, o estado é um obstáculo ao desenvolvimento. Ele é necessário, mas ele pode, muitas vezes, dependendo do tamanho, mais atrapalhar do que ajudar". Perguntado se faria mea culpa pela declaração, o governador pediu desculpas caso tenha ofendido alguém. "A intenção não era essa."

Sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 49, que trata da **reforma tributária**, já aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, Zema disse: "Se não aumentar a carga tributária, sou a favor". Segundo ele, se fosse parlamentar, teria votado pela aprovação da matéria, com a ressalva de que os estados não podem perder receitas. Ele lembrou que, além de governador, é empresário, portanto, favorável aos avanços que a reforma vai trazer.

Zema se reuniu ontem à tarde com os secretários estaduais na Cidade Administrativa. O encontro extraordinário teve a presença do cientista político e fundador do Centro de Liderança Pública (CLP Brasil), Luiz Felipe D'Avila e do diretor-presidente do CLP Brasil, Tadeu Barros. Os convidados apresentaram ao governador e aos secretários projetos e indicadores que podem contribuir para melhoria nas políticas e indicadores de Minas Gerais. Na sequência, os representantes das pastas do Executivo mineiro detalharam planos focados em avanços para o desenvolvimento e saúde da população mineira.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/07/2023/p1>

Brecha para novo imposto pode elevar preço de alimentos

Alexa Salomão

Brasília

A contribuição estadual, novo tributo inserido de última hora no texto da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados, poderá elevar o preço de produtos no mercado interno, afetando o custo do transporte e de itens industriais, mas especialmente de alimentos, alertam especialistas em tributação.

Contraditoriamente, enquanto a reforma propõe tributação zero para a cesta básica, a contribuição pode elevar o preço de itens como arroz, feijão, café, tomate, frutas, carnes bovina, de frango e de suíno, além de soja e milho, fontes de óleos vegetais e ingredientes essenciais de diversos produtos, como ração.

Pela redação do texto, haverá permissão para taxar produtos primários e semiacabados como alternativa para manter o financiamento de fundos estaduais criados até 30 de abril deste ano. A contribuição poderia ser aplicada até 2043.

A possibilidade de criação desses fundos foi instituída em 2016 pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária). A forma de cobrança para o financiamento já é questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). Até o momento, sete ADIs (ações diretas de inconstitucionalidade) já foram ajuizadas.

Esses fundos estão espalhados pelo país, segundo levantamento realizado por três escritórios: Okuma Advogados, Silveira Athias Associados e Donas Guimarães Falek Advogados.

Esse estudo preliminar, realizado em janeiro e fevereiro, identificou 17 fundos do gênero -16 já em operação nos estados de Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Sergipe e Tocantins.

O do Paraná foi aprovado e está em fase de implantação. Há um fundo em discussão na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Na avaliação de tributaristas, pela redação do texto, não dá para saber o real alcance da contribuição, mas

a proposta sugere se tratar de um tributo adicional, uma espécie de novo ICMS, que vai se somar aos **tributos** propostos na reforma -o estadual IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e a federal CBS (Contribuição Social sobre Bens e Serviços).

Como cada estado teria autonomia para definir a cobrança, a contribuição poderia ser aplicada no mercado interno, mas também sobre exportação -o que está vetado para os outros **tributos** criados. Como o preço de muitas commodities é cotado em Bolsa, a tendência é que a alta da tributação se concentre no mercado interno.

"Essa contribuição será uma válvula de escape para estados fugirem das amarras do IBS", afirma o advogado Fernando Scaff, sócio do Silveira Athias e professor de direito financeiro da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo).

Tributos têm peso no preço final de qualquer produto, explica o economista André Braz, coordenador do índice de Preços ao Consumidor do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). "Todo aumento de imposto bate na gôndola, e bate rápido, porque dificilmente uma cadeia produtiva absorve aumento de **tributos**", afirma.

A pauta de produção e exportação de commodities dos estados com fundos dá uma ideia do que pode ser tributado a mais, caso a contribuição seja mantida no Senado.

O cultivo de soja e milho é forte em nove desses estados, com destaque para Mato Grosso, líder na produção não apenas desse grão mas também de milho e carne bovina. O estado tem o maior rebanho de gado do país.

Já o Paraná é responsável por um terço da produção de frango e tem a vice-liderança em suínos.

O Espírito Santo é o segundo maior produtor de café do Brasil, concentrando o plantio do tipo conilon -com maior produtividade- e vendendo especialmente para o mercado interno.

Pernambuco, Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte são os maiores produtores e exporta-dores de frutas. Na lista estão manga, uva e melão, apenas para citar

alguns exemplos.

Oito estados concentram a produção de feijão, sendo que seis deles têm fundos. Paraná, Mato Grosso, Goiás, Bahia, Ceará e Pernambuco respondem por quase 60% do total nacional.

Estimativas da próxima safra apontam que Goiás vai responder por um terço da produção de tomate. O estado tem avançado na agricultura, já disputando a quinta colocação no ranking nacional de grãos.

O maior produtor de arroz e trigo é o Rio Grande do Sul, que ainda não aprovou seu fundo. Também se destacam no cultivo desses itens Tocantins e Maranhão.

O advogado Thales Falek, que trabalhou no levantamento, diz que será preciso mapear o país para consolidar o número total de fundos. Para ele, independentemente do que está posto, todos os estados vão trabalhar para ter acesso à nova contribuição, caso ela seja validada.

Minas Gerais, por exemplo, não consta do levantamento inicial. Mas, em entrevista à Globo News nesta quarta-feira (12), o governador Romeu Zema disse ser contra o aumento da carga tributária, embora apoie alternativas para que os estados possam tributar recursos minerais e do agronegócio.

"Esses fundos fazem parte de um grupo que já tinha fonte de receita atrelada a algum benefício fiscal com ICMS", afirma Falek.

"Não é possível afirmar que apenas esses vão ser beneficiados. Será preciso passar um pente-fino para dimensionar o total que já existe e esperar a reação de outros estados." Na avaliação de tributaristas, a proposta da contribuição fere princípios da tributação e diretrizes da **Reforma Tributária**.

Um dos motivos é que a nova contribuição manteria a cobrança na origem, quando o país está mudando a cobrança para o destino. Além disso, ela seria um novo tributo, quando o esforço é reduzir os que já existem.

A Constituição hoje proíbe os estados de criar contribuições, que são **tributos** com destinação específica. Como a cobrança do fundo tem destinação específica, as ADIs no STF recorrem a esse dispositivo constitucional para pedir a suspensão da cobrança.

Okuma explica que a maioria dos estados determina que a empresa interessada em ter benefício fiscal de ICMS precisa pagar 10% desse benefício para o

fundo.

"Como esses fundos têm como base 0 mesmo convênio, a feição é parecida, mas sempre com particularidades, porque os estados entendem que têm competência para fazer a legislação como quiserem", explica a advogada Alessandra Okuma, especialista em tributação.

Goiás, por exemplo, cobra até 1,65% sobre o valor total da operação com as mercadorias discriminadas na legislação do ICMS ou por unidade de medida adotada na comercialização. Tocantins cobra sobre o valor da nota fiscal.

A leitura entre os advogados é que os estados aproveitaram a reforma para constitucionalizar o que estava sendo questionado.

"A discussão no STF pode mudar se esse dispositivo for aprovado, porque ele busca reconhecer a natureza tributária dessas contribuições que já existem e tenta convalidá-las" diz Okuma.

"Na minha opinião, os governadores assumiram textualmente que já estão cobrando tributo, o que não poderia."

Entenda o que diz o texto que passou na Câmara

A REDAÇÃO SOBRE O NOVO TRIBUTO DIZ QUE: "Os estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição sobre produtos primários e semielaborados, produzidos nos respectivos territórios, para investimento em obras de infraestrutura e habitação, em substituição a contribuição a fundos estaduais, estabelecida como condição à aplicação de diferimento, regime especial ou outro tratamento diferenciado, relacionados com o imposto de que trata o art. 155, II, da Constituição Federal, prevista na respectiva legislação estadual em 30 de abril de 2023. Parágrafo único.

O disposto neste artigo aplica-se até 31 de dezembro de 2043."

NA CONSTITUIÇÃO, O CITADO ARTIGO DETERMINA:

Art. 155. Compete aos estados e ao DF instituir **impostos** sobre: II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior

Em operação Acre

Fefac (Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do Acre)	Base institucional: Lei nº 10.803/2022
Base institucional: Lei nº 3.216/2016	Situação no STF: ADI 7.363 (CNI)
Situação no STF: Não há ação	Commodities: milho, soja, cobre, nióbio amianto, níquel, ouro, fosfato
Commodities: borracha, madeira, castanha	Maranhão
Alagoas	Fepro (Fundo Estadual para Rodovias do Estado do Maranhão) e FDI (Fundo Estadual do Desenvolvimento Industrial e da Infraestrutura do Estado do Maranhão)
Ffal (Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado de Alagoas)	Base institucional: Lei nº 11.867/2022 e Lei 8.246/2005
Base institucional: Base institucional: Lei nº 8.235/2020	Situação no STF: ADI 6.382 (Aprosoja) contra FDI
Situação no STF: Não há ação	Commodities: Soja, milho, arroz, calcário
Commodities: cana-de-açúcar, petróleo	Mato Grosso
Bahia	Feef/MT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal de Mato Grosso) e Fethab (Fundo Estadual de Transporte e Habitação)
Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza	Base institucional: Lei nº 10.630/2017, Lei nº 11.148/2020 e Leis 7.263/2000 e 10.818/2019
Base institucional: Lei nº 13.564/2016	Situação no STF: ADIs 6.420 (Aprosoja) e 7.367 (Partido Novo) contra 0 Fethab
Situação no STF: Não há ação	Commodities: soja, milho, carne bovina, algodão
Commodities: Soja, arroz, feijão, algodão, frutas (abacaxi, melancia, melão), petróleo	Mato Grosso do Sul
Ceará	Fadepe (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Equilíbrio Fiscal do Estado)
Feef (Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do Ceará)	Base institucional: Lei Complementar nº 241/2017 (arts. 27-A ao 27-C)
Base institucional: Lei nº 16.097/2016	Situação no STF: Não há ação
Situação no STF: Não há ação	Commodities; soja, milho, carne bovina, borracha, ferro
Commodities: castanha-de-caju, coco da baía, frutas (melão, maracujá, mamão), urânio, fosfato	Site: https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336
Espírito Santo	
Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	
Base institucional: Lei nº 10.630/2017 e Lei nº 11.148/2020	
Situação no STF: Não há ação	
Commodities: café, pelotas de minério de ferro, petróleo e gás	
Goiás	
Fundeinfra (Fundo Estadual de Infraestrutura)	

Tributo não prejudica a reforma, diz presidente da CNI

Joana Cunha

ENTREVISTA ROBSON ANDRADE

São Paulo

Apesar da tensão gerada pela emenda colocada de última hora na **Reforma Tributária**, que abre brecha para a criação de um novo tributo pelos estados, o presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Robson Andrade, afirma que não vê problemas, só soluções, após a aprovação pela Câmara.

A emenda inesperada, que autoriza governadores a cobrarem contribuição sobre produtos primários e semiacabados para financiar fundos estaduais, levou apreensão às indústrias de minério de ferro, petróleo e setores do agro, que temem aumento na carga tributária com impacto nas exportações. Associações setoriais como o Ibram (que reúne mineradoras) já se articulam para tentar derrubar o trecho no Senado.

"Entendo a posição do relator, o deputado Aguinaldo, que na última hora teve de fazer algumas concessões, alguns acordos, para poder ter a garantia da aprovação da reforma. Isso acaba não prejudicando muito", afirma Andrade.

A CNI apoiou muito a **Reforma Tributária**. Quais são os problemas que precisam ser resolvidos no Senado? Não vejo problemas. Eu só vejo soluções. A aprovação é um momento histórico. Todos os setores, governadores, presidentes que passaram pelo Senado e pela Câmara falavam em fazer a **Reforma Tributária**.

Você poderia perguntar a todos os governadores se eles estavam satisfeitos com a situação tributária no Brasil, e eles iriam dizer que não. E [se perguntasse] se eles queriam a reforma, eles iriam dizer que sim. Mas cada um tinha um olhar mais para essa ou aquela questão.

Não estou dizendo que a reforma aprovada tenha sido unanimidade, mas é o que poderia ter sido feito e foi muito bem-feito.

O que acharam da emenda que propõe a contribuição sobre os itens primários e semiacabados para

financiar fundos estaduais? É claro que, na última hora, alguns acordos tiveram de ser construídos. Entendo a posição do relator, do deputado Aguinaldo [Ribeiro (PP-PB)], que na última hora teve de fazer algumas concessões, alguns acordos, para poder ter a garantia da aprovação da reforma. Acho que isso acaba não prejudicando muito. São negociações que foram feitas de última hora. Acho que não vai trazer nenhum comprometimento para a reforma como um todo.

A CNI pretende combater isso de alguma maneira? Estamos na posição de trabalhar pela aprovação da reforma da forma como ela foi feita na Câmara. Inclusive, de maneira que ela não tenha que voltar para a Câmara. Que ela seja consolidada no Senado. Talvez, algumas mudanças possam ser feitas sem que comprometa a estrutura, o arcabouço da reforma.

Os críticos dizem que a reforma desloca a carga tributária, favorece alguns setores específicos. Essa discussão está superada? Na CNI, nós analisamos essa reforma não só do ponto de vista da indústria. Nós analisamos do ponto de vista de Brasil, porque o nosso sistema tributário penalizava não só a indústria.

Mesmo que outros setores tivessem um benefício tributário, no final, ele acabava prejudicado, porque o país não cresce, não desenvolve, tem dificuldade de fazer acordos internacionais, de atrair investimentos. Como não tem investimento, você tem dificuldade de gerar emprego. Então, a CNI olhou essa reforma com uma visão mais de país, de dar à população e à sociedade a transparência no pagamento de **impostos**, porque quem paga imposto é o consumidor.

Acho que tem alguns setores que, primeiro, estão olhando para o próprio umbigo. E não estão vendo o que isso pode trazer para o Brasil a médio prazo. Por exemplo, a estimativa da Universidade Federal de Minas Gerais é que o **PIB** possa crescer de 12% a 15% em um prazo de dez anos com a reforma. Isso vai beneficiar todo mundo. Então, você pode perder um pouco agora, mas vai ter um benefício de crescimento e desenvolvimento. Nesse estudo, existe a perspectiva de se gerar 8 milhões de empregos no Brasil.

Qual é a expectativa da CNI para a alíquota do IVA? O

que vimos que foi colocado é uma trava de que não pode haver aumento de carga tributária. Esse é o principal ponto. Hoje, a indústria paga, só dos **impostos** federais, em torno de 34%, e nós esperamos que isso caia para em torno de 25%.

E as exceções setoriais? Qual deve ser o impacto na alíquota? É claro que nas exceções você está falando de setores como saúde, educação, transporte coletivo. No mundo inteiro existe isso porque são setores que atendem à população, principalmente a mais carente. Tanto na saúde quanto na educação e transporte coletivo, é preciso ter um diferencial que é o de não onerar esses setores, senão, realmente, aumentaria o custo para a sociedade que nós queremos privilegiar.

Na sua opinião, o que pode ser aprimorado no Senado? Nós não estamos trabalhando com essa perspectiva de aprimorar no Senado. Nós tivemos no passado a discussão de duas PECs [propostas de emenda à Constituição]. A 45, que começou na Câmara, e a 110, no Senado. Hoje, essa proposta que foi aprovada na Câmara, na realidade, tem entre 60% e 70% da própria PEC 110. Ela é uma mistura das duas PECs muito bem preparada.

Nós não estamos preparando nenhuma proposta de mudança ou de alteração do que foi aprovado na Câmara para discussão no Senado. Nós vamos apoiar. Agora, caso os senadores apresentem, alguma discussão vai ter sobre desenvolvimento regional, sobre o fundo, principalmente para incentivos das empresas que estão instaladas no Norte e no Nordeste. Estamos abertos a discutir, com certeza. Mas não vamos preparar nenhuma proposta de alteração daquilo que foi aprovado.

Coino estão vendo os pontos que vão ficar para lei complementar, como a questão do crédito do imposto? A lei complementar realmente nos preocupa. Nós vamos ter que trabalhar muito nessa questão porque ela depende de um quórum não qualificado e nós vamos ter que discutir. Hoje a sociedade está madura para poder interferir.

O que a gente vê é que não se consegue colocar qualquer coisa goela abaixo. Então, vamos ter que discutir. É legítimo. Todos os setores vão ter de participar. E nós vamos participar defendendo o setor industrial e a geração de emprego.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Indústria, agro e construção veem espaço para juros caírem em agosto

Lucas Bombana

São Paulo

A aprovação da **Reforma Tributária** e do arcabouço fiscal, em conjunto com a divulgação recente de indicadores econômicos positivos, abre espaço para um corte da taxa Selic na reunião de agosto do Copom (Comitê de Política Monetária), do Banco Central, na avaliação de setor produtivo.

Representantes da indústria, do agronegócio e da construção civil esperam que o ciclo de cortes na taxa básica de juros impulsione a renda da população e permita a expansão dos investimentos produtivos.

Economista-chefe da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Igor Rocha afirma que a evolução do nível geral de preços corrobora a expectativa de início do ciclo de afrouxamento da política monetária a partir de agosto.

Ele diz que os preços no atacado têm mostrado expressiva descompressão, com queda de 1,3% do IGP-M na primeira prévia de julho, enquanto o IPCA teve deflação de 0,08% em junho.

Rocha acrescenta que o efeito negativo dos juros altos sobre a indústria de transformação é mais expressivo do que para a economia como um todo. "A indústria de transformação não possui, por exemplo, o Plano Safra, tampouco ferramentas de captação de mercado como LCI, LCA, CRI, CRA e debêntures incentivadas." Segundo estudos elaborados pela Fiesp, cada aumento de 1 ponto percentual da taxa real de juros tem impacto sobre o **PIB** da indústria de transformação superior a 50% ao que ocorre no **PIB** total.

"A redução da taxa de juros deverá melhorar o cenário prospectivo para a indústria de transformação. Com melhores condições financeiras, é possível colocar em prática novos planos de investimentos e estimular o consumo de bens mais sensíveis ao crédito." Segundo o economista-chefe da Fiesp, confirmado o início do ciclo de relaxamento da política monetária a partir de agosto, será possível projetar um resultado positivo para a produção industrial em 2024, interrompendo a sequência negativa dos últimos dois anos.

Diretora-executiva de competitividade, economia e estatística da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos), Cristina Zanella acrescenta que, desde o último trimestre de 2022, os fabricantes de máquinas e equipamentos observaram quedas contínuas nas suas atividades produtivas em razão da desaceleração do mercado doméstico e do encarecimento do custo do crédito.

A diretora da Abimaq diz que a queda da Selic abrirá espaço para a redução dos custos das dívidas e dos custos de financiamento. "Hoje a taxa de juros para investimentos, a depender do perfil da empresa, pode ultrapassar 20% ao ano, valor muito superior ao retorno do investimento. Nesse cenário, o investimento produtivo se torna inviável." Ela afirma também que, ao aliviar a renda das famílias, os juros mais baixos abrirão espaço para o aumento do consumo, que demandará mais produção e mais investimento. "Essas são condições desejáveis para o crescimento sustentável do país", diz a diretora.

Vice-presidente da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), Ingo Ploger afirma que a taxa de juros elevada atingiu diretamente as pequenas e médias empresas do setor, com aumento do endividamento e forte redução nos projetos de novos investimentos.

"Isso fez com que a evolução da produtividade fosse afetada. Investimentos em armazenagem que são urgentes no Brasil quase pararam, deixando o setor mais vulnerável a intempéries de mercado e do clima." O vice-presidente da Abag acrescenta que, enquanto os produtores agrícolas nos EUA estocam em suas propriedades quase 60% dos produtos, podendo calibrar melhor as suas vendas, o Brasil não chega a 30%. "Os juros altos afetaram muito o setor", diz Ploger.

Ele afirma que, na próxima reunião do Copom, as condições econômicas necessárias, como a **inflação** em queda e a redução das incertezas sobre a economia, devem estar pre-sentes para permitir o início do ciclo de redução da Selic.

"Haverá um alívio para o capital de giro, liberando recursos para investimentos, que se tornam mais viáveis, com os financiamentos para equipamentos e insumos mais adequados", diz o vice-presidente da Abag.

Economista da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Ieda Vasconcelos afirma que, em razão do patamar atual dos juros, o setor teve dificuldade de renovar seu ciclo de crescimento iniciado no segundo semestre de 2020.

A projeção de crescimento para o setor, que era de 2,5%, passou para 2% no primeiro semestre e deve ser revisada novamente para baixo no final de julho.

Além da redução sistemática dos índices de **inflação**, a aprovação do arcabouço fiscal e da **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados contribuem para melhorar o cenário de incertezas em relação ao futuro, diz a economista.

"Acreditamos que todos esses fatos serão considerados pelo Copom e que assistiremos o início da queda dos juros em agosto", afirma Ieda.

Presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney diz que a queda da **inflação** e o provável início da flexibilização da política monetária são notícias muito positivas para o mercado de crédito.

"A queda na **inflação**, particularmente dos alimentos, possibilita uma recuperação da renda real dos consumidores, em especial dos de baixa renda, que deve ter impactos positivos sobre a inadimplência desta faixa de renda, a mais penalizada justamente pela alta recente dos preços", diz Sidney.

A redução dos juros, prossegue o presidente da Febraban, reforça a estimativa de que a inadimplência no mercado de pessoas físicas está próxima ao pico e deve iniciar um processo de queda ao longo dos próximos meses.

"E a redução dos juros deve contribuir para uma melhora das condições financeiras, o que pode ajudar também numa recuperação na oferta e na demanda por crédito", afirma Sidney.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Lula pede descontos na linha branca e governo estuda nova rodada de ginástica tributária - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E
AUGUSTO TENÓRIO

O presidente Lula surpreendeu seus ministros ao defender um programa de incentivo à renovação da linha branca. Ninguém esperava que o petista abrisse a porta para desonerações em plena tramitação da **reforma tributária**, e no momento em que a equipe econômica ainda tenta recompor o Orçamento. Mas a possibilidade entrou no radar. Integrantes do governo disseram à Coluna que cortes temporários em IPI, PIS e Cofins podem ser a saída para fomentar a renovação dos eletrodomésticos.

Lula se empolgou com a repercussão popular do programa de desconto para a compra de carros novos, que já foi até ampliado, e agora fala na nova medida - sem nem ter cálculos de impacto fiscal.

I INVESTIMENTO. Menos de uma semana depois de a Avibras Indústria Aeroespacial aprovar seu plano de recuperação judicial, quatro representantes da Barzan Holdings, empresa do Catar, estiveram com o ministro da Defesa, José Múcio, na terça (11), e manifestaram o interesse em investir na companhia brasileira. A Barzan tem metas ambiciosas e informa no seu site que quer se tornar um "líder global de investimento em defesa e segurança".

I ATENÇÃO. O governo acompanha as negociações da maior empresa privada de sistemas de Defesa do País, que tem mais de R\$ 640 mi em dívidas.

I RESISTÊNCIA. Generais do Alto Comando do Exército mostram restrições a ter um parceiro estrangeiro na missile house do País. A Avibras fabrica o principal meio de dissuasão da Força, o sistema Astros 2020, e mísseis de longo alcance.

I NEGOCIAÇÃO. O Planalto mexeu mais peças para acomodar os interesses do Centrão. O deputado federal Danilo Forte (União- CE) foi chamado para discutir o decreto presidencial de reestruturação da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

A reunião será às 10 horas e a tendência é que o próprio partido controle a autarquia.

I ACORDO. O União sinalizou a Lula que aceita a Funasa como contrapartida pela manutenção de Marcelo Freixo na Embratur.

Nó da negociação, a agência é vinculada ao Ministério do Turismo. A Pasta foi prometida a Celso Sabino, mas a distribuição dos cargos gera uma intriga crescente na sigla.

I EXPLICAÇÃO. O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, pediu à PGR manifestação sobre a queixa-crime apresentada contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) por comparar professores a traficantes de drogas.

I BLINDAGEM. O governo Lula está tenso com a possibilidade de o ministro Rui Costa ser chamado à CPI do MST. A base foi mobilizada para fazer os acordos possíveis e evitar a convocação.

O motivo: o ex-governador da Bahia tem histórico conflituoso com o movimento e poderia municiar a oposição.

I ANTIPATIA. O reduto eleitoral de Rui Costa é palco de diversas invasões do MST e o ministro não esconde, nem de correligionários do PT, a pouca simpatia que nutre pelo movimento.

*

PRONTO, FALE!!

"Não agrada a falta de explicações sobre como as crianças que hoje estão nas escolas cívico militares terão segurança para encerrar o ano letivo".

José Nelto (PP-GO) Vice-líder da maioria na Câmara

CLICK

Recebeu os relatores da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), e na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), na residência oficial, ontem.

Rodrigo Pacheco Presidente do Senado

Notícias Relacionadas:

O LIBERAL - BELÉM - PA

Lula pede descontos na linha branca e governo estuda nova rodada de ginástica tributária

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Centrão como ele é (Editorial)

A declaração de inelegibilidade de Jair Bolsonaro pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se deu há duas semanas, mas já produziu consequências capazes de reequilibrar o cenário político nacional. Expoentes do Centrão, cujo apoio foi fundamental para a construção da base que sustentou o governo de Bolsonaro no Congresso, começaram oficialmente a abandonar a nau bolsonarista. Chama a atenção o momento político em que isso se torna público, logo após a decisão do TSE e em meio à discussão da **reforma tributária** pela Câmara, projeto contra o qual o ex-presidente se insurgiu de forma sectária - por julgar ser a "reforma do PT" - e foi fragorosamente derrotado.

O primeiro a se posicionar foi o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP). No dia em que Bolsonaro usou uma reunião do PL para hostilizar o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, por sua posição favorável à aprovação da **reforma tributária** pelos parlamentares, o deputado disse que o episódio, em si, não isolava Bolsonaro, pois seu próprio comportamento já o havia isolado antes.

"Entregou a eleição para o Lula por causa do comportamento dele. Vem se isolando quando começa a brigar com o Judiciário, quando lá no início do governo briga com o Parlamento, quando ele é contra a vacina", disse, ao jornal O Globo. Na mesma entrevista, Marcos Pereira disse que a sociedade brasileira "não é de direita nem de esquerda, é de centro, é equilibrada".

Horas antes da apreciação da proposta, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, liberou os membros da bancada do partido para se posicionarem como quisessem, à revelia de Bolsonaro. Afirmou que alguns deputados do partido "exageram", defendeu a aprovação de matérias de interesse do País e pregou que a sigla não é de extrema direita.

"Não queremos e nem o pessoal da direita pra valer vai querer. A extrema direita, no nosso entendimento, é o Hitler.

Eles são de direita e o partido vai caminhar nesse sentido, aumentando a nossa base com esse pessoal", disse Valdemar à GloboNews.

Em artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo nesta semana, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira (PP-PI), explicou o apoio da maioria da bancada a favor do arcabouço fiscal e da **reforma tributária** e declarou que "ser direita não é ser antiesquerda". "Ser

oposição não é tirar uma licença para ser irresponsável. Temos compromissos com o País e errar de propósito, como a esquerda já fez quando oposição, não é a oposição de que o Brasil precisa", afirmou o ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro.

Uma vez que o próprio Bolsonaro foi o primeiro a reconhecer que estava "na UTI" após a decisão do TSE, a posição de Marcos Pereira, Valdemar Costa Neto e Ciro Nogueira demonstra simples pragmatismo. Noves fora os interesses pessoais desses notórios caciques, trata-se de reconhecimento da realidade política do País, das relações entre os Poderes e da natureza do presidencialismo de coalizão.

Como já dissemos neste espaço (ver editorial O caráter do Centrão é definido pelo governo, de 7/11/2021), Centrão é sinônimo de governismo: não é bom nem ruim, mas é aquilo que o presidente da República quiser que seja. A maioria dos integrantes do grupo almeja emendas para levar recursos para suas regiões e divisão de poder com o Executivo por meio de cargos. Para coibir ilícitos, basta - ou deveria bastar - fiscalizar o uso dos recursos e a atuação dos agentes.

É muito positivo quando as bases da negociação entre governo e Congresso se dão em torno do apoio a projetos de interesse da sociedade, como a **reforma tributária**. O Centrão, por outro lado, demonstra ter limites nesse processo de convencimento, o que também é muito bom para o País. Para ficar no exemplo mais recente, o Executivo teve de desistir de desfigurar o marco do saneamento por decreto para não ser derrotado pelo Senado.

Isso indica um caminho seguro para o governo sempre que sua agenda de interesses focar mais na economia, menos na ideologia e coincidir com a da maioria do Centrão, isolando alas minoritárias mais à direita e mais à esquerda.

Foi assim sob Bolsonaro e tudo indica que assim será com Lula.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O imperativo da produtividade (Editorial)

Entre os anos 50 e 80, a economia brasileira cresceu em média 6% ao ano, pari passu com Japão ou Coreia do Sul. Mas, desde os anos 90, o País ficou para trás. Na última década, amargou os últimos pelotões das economias emergentes, frequentemente abaixo do Oriente Médio e da África.

Há duas maneiras de voltar a crescer: incorporando mais pessoas ao processo produtivo ou fazendo com que os trabalhadores gerem mais produtos por hora trabalhada. No primeiro caso, há margem para incorporar as mulheres.

Mas o Censo do IBGE mostra que o fim do bônus demográfico - quando a população economicamente ativa supera a de crianças e idosos - está mais próximo do que se imaginava. Resta aumentar a produtividade.

Neste ponto, o Brasil está abaixo da média dos emergentes, incluindo vizinhos como Argentina e Chile, e precisa de três trabalhadores a mais para produzir o mesmo que um trabalhador dos EUA. Desde os anos 90, o único setor que apresentou crescimento robusto de produtividade foi a agropecuária.

Como apontou em entrevista ao Estadão o economista Fernando Veloso, pesquisador do Observatório da Produtividade do Ibre/FGV, três fatores explicam a baixa produtividade no Brasil.

Primeiro, o capital humano, ou seja, a escolaridade e a experiência da força de trabalho. Nas últimas décadas, aumentou o número de pessoas escolarizadas.

Mas a qualidade do ensino deixa a desejar. O Brasil não gasta pouco em educação, mas o desempenho no ensino fundamental e no médio (onde há altos índices de evasão) é ruim e há defasagem em áreas cruciais, como o ensino superior e, especialmente, o ensino técnico. Em relação a este último, a chance de revigoramento com a Reforma do Ensino Médio não tem recebido a devida atenção.

Em segundo lugar, há o ambiente de negócios. Segundo Veloso, isso "envolve um sistema tributário caótico e cheio de insegurança jurídica; infraestrutura cara e precária; e economia fechada, em que o Brasil exporta e importa pouco". A indústria habituou-se a subsídios, isenções e barreiras protecionistas, um modelo intensificado nas gestões petistas. Para piorar, cerca de metade da força de trabalho está no mercado

informal. Trabalhadores informais são menos produtivos, e as empresas que se mantêm pequenas para voar abaixo do radar tributário não conseguem ampliar sua produção, o que diminuiria seus custos. Além de tudo, a corrupção inibe o apetite dos investidores.

Um sinal positivo tem sido o avanço da **reforma tributária**. Mas os velhos vícios do setor produtivo ameaçam desidratá-la. "O papel das empresas pode ser mais positivo se, em vez de brigarem pelo seu benefício individual ou setorial, elas brigarem por uma melhoria da economia como um todo", lembrou Veloso. "A competição com o mundo lá fora não deve ser na base da proteção.

Tem de ser na base da tecnologia, dos investimentos em capital humano." Por fim, há o fator macroeconômico, principalmente a questão fiscal.

Após a depredação do teto de gastos, o Congresso aprovou o novo arcabouço fiscal, mas também desidratado por exceções.

"O fato é que temos uma enorme dificuldade para encontrar solução que minimamente sinalize para a sociedade, empresários e trabalhadores que a nossa dívida pública vai ficar estável ao longo do tempo em relação ao **PIB**." Não faltam oportunidades. Tensões geopolíticas levam países desenvolvidos do Ocidente a engendrar estratégias para aproximar suas cadeias de suprimento.

Some-se a isso a transição energética: o Brasil tem reservas minerais cruciais, às quais se poderia agregar valor, se as multinacionais forem encorajadas a refinar esses recursos e produzir baterias, por exemplo, aqui.

Essas oportunidades podem ser um combustível para a retomada do crescimento.

Mas, sem um motor moderno - isto é, uma agenda de produtividade que fortaleça o Estado de Direito, qualifique a educação, ventile o ambiente de negócios e promova a abertura comercial -, o mais potente combustível é inútil.

Não há notícia histórica de um país que enriqueceu depois de envelhecer.

As oportunidades estão aí. Mas o tempo está se esgotando.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Fantasia de uma reforma tributária (Artigo)

José Serra

José Serra

ECONOMISTA

A Emenda Constitucional da **reforma tributária** institui um Imposto sobre Valor Agregado, o IVA, com regime dual: um na competência da União, a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá as atuais Cofins e PIS; e o outro atribuído aos Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal). Propõe-se, ainda, a instituição de um imposto federal seletivo (monofásico), com finalidade extrafiscal para gravar bens ou serviços com externalidade negativa.

Festeja-se, finalmente, a solução mágica para todos os problemas tributários do País. O novo modelo supostamente atenderá a todos os princípios que devem nortear um bom sistema de tributação do consumo: simplicidade, não cumulatividade, neutralidade, justiça fiscal, segurança jurídica, etc. Tudo isso, prometem, sem aumento de carga tributária e com ganhos de arrecadação de todos os entes federados.

A impossibilidade do alcance simultâneo de todos esses objetivos, no entanto, é explicitada de forma indelével no texto aprovado na Câmara dos Deputados e nas linhas e entrelinhas do debate sobre a nova votação, agora, no Senado Federal e, também, na Lei Complementar que deve dar operacionalidade ao novo sistema.

Até aqui tem-se, unicamente, um amontoado de lugares comuns sobre tributação e assustadoras ameaças federativas e operacionais. A definição do mecanismo de alocação da receita do IBS dos Estados e municípios exportadores líquidos para os Estados e municípios consumidores, bem como a alíquota necessária do IBS - questões centrais para a análise do modelo - são, ainda, um mistério.

A ideia da simplificação do modelo derrete a cada rodada de negociação, enquanto a lista de exceções à tributação uniforme aumenta a cada grito setorial. Já foram aquinhoados um sem-número de setores como saúde, educação, transporte público coletivo urbano, cesta básica, aviação regional, produção rural e por aí vai. A autonomia dos 26 Estados, do Distrito Federal e dos 5.568 municípios será preservada com competência para que cada um defina a própria

alíquota. Some-se a isso, potencialmente, mais 5.597 cotas de IBS. O discurso da alíquota única é, meramente, um discurso.

Outra extravagância conceitual é a implementação do IVA na competência municipal.

Não há no mundo experiência semelhante. **Impostos** de valor agregado têm natureza nacional e são geridos pelos governos centrais no mundo todo, com as notáveis exceções do IVA subnacional do Brasil, Canadá e Índia. Além disso, com a previsão da adoção do princípio de destino com cobrança na origem, o contribuinte, nas remessas interestaduais ou intermunicipais, deve aplicar na operação a alíquota adotada pelo Estado e pelo município de destino.

Serão 5.568 possibilidades de taxas municipais e outras 27 estaduais. Além do setor de serviços, que sofrerá óbvio aumento de carga tributária (serviços são majoritariamente consumidos por ricos, argumentam os formuladores), o setor rural, alavanca do **PIB** brasileiro, não ficará em boa situação: o enorme descompasso temporal entre a compra dos insumos agrícolas - tributados - e a venda da safra deixará estocado no celeiro enorme volume de saldo credor de IBS.

A cereja do bolo nesta confusão tributária foi a inclusão da competência para os Estados instituírem contribuição sobre produtos primários. As principais distorções do atual sistema tributário são mantidas intactas. O parecer garante os benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus até 2073, por meio de repasses da União. O Simples Nacional, outro aleijão do sistema tributário, também seguirá intacto.

A emenda aprovada prevê - corretamente - a adoção do princípio de destino do IBS, de forma que a totalidade da receita do imposto pertencerá ao Estado e ao município onde a mercadoria ou o serviço for consumido. Para tanto, é indispensável a mensuração instantânea do saldo líquido das balanças comerciais interestaduais e intermunicipais para a alocação da receita dos entes exportadores líquidos para os correspondentes entes consumidores. Essa tarefa, operacionalmente impossível, será executada por um Conselho Federativo, um simulacro de Governo Central, que coletará a totalidade da receita dos Estados e dos municípios e fará a partilha a partir do monitoramento da totalidade das operações interestaduais e intermunicipais. Percebe-se, aqui, a insanidade da proposta e o tamanho da ameaça ao

equilíbrio federativo.

Esse conselho, quarto poder da República (ou primeiro poder), será composto, sabe se lá por quais critérios, por 54 conselheiros, sendo 27 estaduais e outros 27 municipais, e arrecadará, gerirá e distribuirá receita tributária equivalente a 9% do **PIB** e quase um terço da carga tributária do País.

As administrações tributárias estaduais e municipais passarão a ter a função meramente burocrática de auditoria dos livros fiscais dos contribuintes, tendo estes de submeter sua escrita fiscal a duas diferentes administrações tributárias, que auditarão os mesmos fatos geradores. Certamente, essa não é uma boa ideia.

*

Até aqui tem-se, unicamente, um amontoado de lugares comuns sobre tributação e assustadoras ameaças federativas e operacionais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma tributária e ilusão

Aprovação da **reforma tributária** é uma aula magna sobre política brasileira. As coisas só se movem quando surge um consenso social por sua vez provocado por uma espécie de esgotamento da paciência coletiva.

Por mais que o peso da questão tributária fosse conhecido e debatido, e atravessasse diversos períodos políticos e de governos, no fim vira tudo uma corrida desesperada contra o relógio. Sem que soluções "definitivas" sejam adotadas.

O alívio do primeiro momento já cede lugar a uma série de dúvidas, algumas delas de ordem técnica (como as regras de transição e redução progressiva de alguns **impostos**). Mas as principais são bastante amplas, envolvendo aspectos "institucionais" e "setoriais", e são o retrato das dificuldades do próprio sistema político.

A discussão sobre a representação de Estados e municípios numa entidade a ser criada ("Conselho Federativo do IBS") sugere que a **reforma tributária** é refém de uma velhíssima disputa Norte-Sul sobre o peso político relativo de Estados e regiões "ricos" e "populosos" que o nosso sistema proporcional de escolha (que garante a desproporção) não consegue resolver - dependeria de uma ampla **reforma política** que não está em nenhum radar.

Críticos advertem que essa entidade a ser criada vai arrecadar, normatizar, regulamentar, distribuir créditos a contribuintes, partilhar receitas entre entes subnacionais e ainda ter a iniciativa de lei complementar, o que seria uma garantia de confusão geral. Na verdade, é uma geleia geral, expressão adequada da política brasileira, na qual as várias correntes se acomodam num centrão sem visão ou capacidade de pensar no conjunto do País.

Na questão tributária todos sabem que a famosa "meia-entrada" garantida a alguns significa que outros terão de pagar pela diferença. Daí a justificada preocupação com a acirrada disputa atual entre os diversos setores, regiões e segmentos da economia empenhados em escapar de pagar alíquota cheia (que ninguém sabe ainda qual será) ou se qualificar para algum imposto seletivo. A reforma, tal como está, não parece capaz de alterar fundamentalmente essas características do sistema.

Seria mesmo ilusório imaginar que uma **reforma tributária** "resolvesse" esse tipo de situação, a do

efeito na economia das distorções das distorções e dos puxadinhos dos puxadinhos nos ambientes fiscal e regulatório (mas não só).

Na sua essência, a reforma é apenas o que pode resultar de um sistema político acostumado desde sempre a acomodar todo tipo de interesse, antagônico ou não, à custa dos cofres públicos.

William Waack

JORNALISTA E APRESENTADOR DO PROGRAMA WW, DA CNN

*

O sistema político impede soluções realmente abrangentes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Prefiro apoiar alguém", afirma Zema sobre 2026

ELIZABETH LOPES

Uma das apostas da direita para ocupar o vácuo deixado por Jair Bolsonaro (PL), o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), afirmou ontem que não pretende focar nas eleições de 2026. "Eu prefiro apoiar alguém a ser candidato", disse ele, durante entrevista à GloboNews.

Zema e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), são cotados como nomes para disputar a Presidência em 2026 após Bolsonaro se tornar inelegível. O expresidente foi condenado por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação por causa da conduta dele no período pré-eleitoral.

Com a saída de Bolsonaro do cenário eleitoral, o grupo político que o apoiou passou a buscar herdeiros que possam representar a direita na sucessão presidencial. Foi nesse contexto que os nomes de Tarcísio e Zema surgiram.

A pouco mais de três anos do início da campanha, no entanto, muitos observadores julgam prematuro lançar nomes.

A essa altura, avaliam, lançar se cedo demais pode "queimar" um nome promissor. Tarcísio tem a possibilidade de concorrer a um novo mandato de governador; Zema, já em segundo mandato, não pode contar com isso.

RESISTÊNCIA.

Como mostrou a Coluna do Estadão, Zema enfrenta resistência de grupos bolsonaristas, que buscam opções para a disputa ao Palácio do Planalto. Segundo eles, o mineiro não demonstrou esforço para apoiar Bolsonaro em 2022, principalmente no primeiro turno das eleições.

Na entrevista, Zema declarou que não aposta em posições extremas, quando indagado novamente sobre ser um dos nomes que podem representar o campo na direita. Sobre Tarcísio, evitou falar sobre eleições, mas disse apoiar o projeto da direita, ainda mais no maior Estado do País.

Sobre a PEC da reforma tributária, que será

discutida a partir de agosto no Senado, Zema disse que não é contra reduzir **impostos** no País. "Se não aumentar a carga tributária, sou a favor." Segundo ele, se fosse parlamentar, teria votado pela aprovação da matéria, com a ressalva de que Estados não podem perder receitas. E lembrou que, antes de ser governador, era empresário e, portanto, é favorável aos avanços que a reforma vai trazer.

HOSTILIDADE.

Tarcísio passou a ser hostilizado por bolsonaristas após apoiar a reforma, contrariando o posicionamento de Bolsonaro, que defendia que deputados do PL não apoiassem o texto.

Já o Novo, partido de Zema, divulgou nota dando apoio institucional à proposta da reforma, mas liberou sua bancada.

Dos três deputados da legenda, dois - Gilson Marques, de Santa Catarina, e Marcel Van Hattem, do Rio Grande do Sul - foram contrários à proposta.

Adriana Ventura (SP) votou a favor do texto.

*

Falta de engajamento

Parte dos bolsonaristas não aceita apoiar Zema; diz que ele não se esforçou na campanha do ex-presidente

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Abrir exceções põe por terra ganhos da reforma"

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BIANCA
LIMA BRASÍLIA**

ENTREVISTA: Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento (MDB), foi prefeita de Três Lagoas (MS) e senadora pelo Mato Grosso do Sul

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, alerta que abrir demais o número de exceções na **reforma tributária** pode "pôr por terra" muitos dos benefícios diretos que a proposta gera para o Brasil.

Entre eles, ela cita um maior crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). "A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) pura geraria um crescimento real do **PIB** brasileiro de 1% ao ano a partir de 2026." Com as exceções, segundo ela, haverá aumento da alíquota geral, e esse ganho do **PIB** será reduzido para 0,5% ao ano, em cinco anos, a partir de 2026.

Para Simone, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não deve antecipar o envio da reforma do Imposto de Renda sem antes combinar com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

A aprovação da reforma na Câmara criou um ambiente favorável ao tema. Como a sra. vê esse momento?

Imagina você lutar por 30 anos por uma reforma. Todos os governos tentaram e não conseguiram.

Chega uma hora que até os mais crédulos se tornam céticos. Agora, por conta da capacidade de aglutinar duas reformas - a PEC 45 (Câmara) e a 110 (Senado) -, nunca vi um movimento tão propício para a aprovação.

Diferentemente da Câmara, no Senado os Estados têm peso igual. Entre os deputados, não houve consenso sobre a divisão do fundo regional e a governança do Conselho Federativo. Não teme que a reforma possa ser paralisada?

É verdade. Os problemas da reforma no Senado eram dois: pelo lado dos Estados, há o eixo Sul-Sudeste, que consome, e o eixo Norte-Nordeste-Centro-Oeste, que mais produz do que consome. A conta não fechava.

Precisaria de duas compensações.

A compensação de uma transição mais longa, em que nenhum Estado iria perder para os próximos 20 anos, criando um fundo. E também o Fundo de Desenvolvimento Regional. Isso foi construído no Senado e, agora, nessa PEC. Esse primeiro obstáculo nós já tiramos dentro do Senado. A outra pedra no caminho da reforma - essa, sim, ainda a depender de muita construção - é em relação a alguns setores dos serviços, que estão dizendo que teriam aumento da carga tributária. Nesse aspecto, os setores serão mais proativos do que os próprios governadores. Os setores que não foram contemplados na exceção poderão ter uma atuação maior no Senado.

Nesse aspecto, a reforma não poderia estar em melhores mãos: o senador Eduardo Braga (MDB) é um homem experiente, participou da discussão, e sem dúvida terá a capacidade de ouvir todos os setores.

Mas as exceções podem elevar a alíquota padrão. A única observação a fazer é que, quando a PEC 45 era pura, o estudo do Ipea, que saiu agora, mostra que sem as exceções a reforma geraria um crescimento real do **PIB** brasileiro, sozinha, de 1% ao ano a partir de 2026. Com as exceções - aí tem o aumento da alíquota geral para abarcar as exceções, legítimas -, reduz isso para 0,5% ao ano por cinco anos, a partir de 2026. Você diminui o crescimento do **PIB**, que é um dos pontos relevantes da reforma.

Vamos lembrar que os efeitos diretos da reforma vão muito além do **PIB**. Estamos falando de uma reforma que vai gerar ganhos de produtividade que a gente não consegue avaliar.

Que efeitos são esses?

Diminui a complexidade, reduz o Custo Brasil e o custo de conformidade, que é a questão das horas gastas (para que as empresas prestem contas ao Fisco). Além disso, a reforma vai diminuir o contencioso tributário, então vai diminuir a sonegação, aumentando a arrecadação sem aumentar imposto.

E ainda aumenta a capacidade de investimento. E o mais importante: a reforma vai melhorar a distribuição de renda. A única questão que fica é: abrir demais as exceções poderia pôr por terra muitos desses

benefícios diretos que a **reforma tributária** gerará para o Brasil.

A sra. acha que o envio antecipado da reforma da renda, como disse o ministro Fernando Haddad, pode atrapalhar a tramitação da reforma do consumo?

Se depender do governo, o ministro Haddad manda a reforma da renda neste segundo semestre.

Mas ele não vai mandar sem combinar, sem conversar com o presidente (da Câmara) Lira e com o presidente (do Senado) Pacheco. Se, porventura, ele sentir que isso vai atrapalhar a votação da reforma do consumo no Senado, ele aguarda. Ele estava manifestando um desejo da equipe econômica de já mandar em agosto, ou setembro, a reforma da renda.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O fígado da reforma tributária - ADRIANA FERNANDES

ADRIANA FERNANDES

Na semana em que o Senado recebeu da Câmara o bastão da **reforma tributária**, pegou mal a fala do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que enviará o projeto de reforma do Imposto de Renda (IR) ao Congresso para as duas propostas tramitarem ao mesmo tempo.

Embolar as duas etapas tira o protagonismo do Senado na reforma e é uma ameaça para a sua aprovação na velocidade que se espera. Se a Câmara pauta a segunda etapa da reforma, o foco pode ir para lá e acabar atrapalhando as duas.

Haddad disse que o projeto da renda vai com o Orçamento de 2024, que será enviado no dia 31 de agosto. Ele precisa da reforma para aumentar a arrecadação e sinalizar que irá zerar o déficit das contas públicas em 2024.

O projeto do IR tem como principal ponto o aumento da arrecadação com a taxação de lucros e dividendos, medida que, embora já aprovada na Câmara, em 2021, conta com forte resistência. Uma das razões, além da briga Senado-Câmara, de o projeto ter ido para a geladeira do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, há quase dois anos.

Não é errado dizer que as resistências à volta da tributação dos dividendos tenham até aumentado diante das incertezas da alíquota dos novos **tributos** com a reforma do consumo.

A incerteza do impacto das concessões feitas na Câmara para atender setores e segmentos específicos é o ponto mais sensível para o andamento da reforma no Senado.

Os senadores não vão aceitar votar o projeto sem saber qual alíquota está em jogo. A estimativa da PEC (pura) - antes das exceções aprovadas na Câmara - era de um valor de 25%; o Ipea previu 28%.

Com as exceções, comenta-se nos bastidores do Senado que ela pode até superar 30%. Esses valores não são aceitáveis para os senadores.

Haddad e Bernard Appy, secretário extraordinário de **reforma tributária**, estão sob pressão total. O Senado

cobra com urgência que os dois apresentem os dados do impacto das mudanças na alíquota.

A cobrança parte de senadores da oposição e aliados.

Sem os dados, como discutir as exceções e administrar os pedidos de novas?

Os senadores aprovaram requerimento pedindo a Haddad e Tebet os números da alíquota projetada para a CBS, o tributo do governo federal, e o IBS, que será o imposto dos governos regionais.

Não vai dar para Haddad dizer apenas que a reforma vai diminuir a sonegação e aumentar o potencial de arrecadação.

Embora tenha passado com folga na Câmara, a reforma está longe de ser concluída. E há também outros cuidados que precisarão ser tomados. Indicado para relatar a **reforma tributária** no Senado, o emedebista Eduardo Braga pisa em ovos.

Braga é líder do MDB na Casa - partido que também tem como uma das lideranças o senador Renan Calheiros, desafeto político do presidente da Câmara. Qualquer passo em falso, com críticas e muita alteração nos acordos feitos na Câmara, Lira pode reagir com o fígado.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O bom cenário e as perspectivas - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

A **inflação** vai subir nos próximos três meses, mas isso não vai alterar as projeções de queda no médio prazo. A pequena deflação de junho não surpreendeu, mas consolida outro cenário para a conjuntura, totalmente diferente de há um ano, com uma série de efeitos positivos e melhora nas perspectivas da economia. É em parte resultado da política monetária, mas não só. Tem também os vários acertos da política econômica que, aliás, provocaram uma reviravolta na perspectiva do mercado financeiro.

E, além disso, houve a safra agrícola. O economista José Roberto Mendonça de Barros avisa que há boas indicações para frente, com o derretimento dos preços no atacado.

-No nosso acompanhamento diário das cotações no atacado, a gente vê o quanto é importante mesmo essa evolução recente.

Só para você ter uma ideia, a variação até 10 de julho no atacado deste ano contra o ano passado mostra os seguintes números de queda de preços: algodão caiu 36%, café 22%, milho, 20%, trigo, 17%, boi gordo, 17% e bezerro, 21%. De relevante só o que subiu foi o arroz, 21% por causa da safra ruim no Rio Grande do Sul e o suíno que havia caído demais no ano passado. É impressionante a força da queda no atacado agrícola e é isso que está chegando no varejo e tem mais para chegar -me disse ele.

O IPCA de junho já trouxe queda de 0,66% nos alimentos e bebidas e de mais de 1% em alimento no domicílio. José Roberto chama a atenção para os efeitos na faixa mais pobre da população.

-Essa queda dos preços agrícolas é a coisa mais consolidada, além da aprovação da **reforma tributária**, para o processo de caminhar na direção da meta de **inflação**. É uma queda forte e consistente, porque se inicia na oferta, do custo de alimentação, o que equivale a um delta no salário para as classes, C-, D e E. E vai ter efeito para frente.

Na base da pirâmide social, os preços em queda provocarão melhora na qualidade de vida. Esse ambiente também permitirá a queda dos juros com todo o efeito positivo que isso passará a ter. No topo

da pirâmide, a Faria Lima começa a olhar o governo e, principalmente, o ministro Fernando Haddad com outros olhos. A virada de humor captada pela Genial/Quaest, que divulguei ontem cedo no meu blog, é impressionante. Em março, entre 94 gestores, economistas e analistas de mercado financeiro ouvidos na pesquisa, 90% faziam avaliação negativa do governo.

Em maio, 86%. Agora, 44%. Mas o recordista de salto olímpico foi o ministro da Fazenda.

Apenas 10% dos integrantes do mercado financeiro avaliavam positivamente o trabalho de Haddad em março. Esse número passou para 26% em maio e agora foi para 65%. Em março, 98% dos entrevistados diziam que a política econômica estava na direção errada, em maio, 90%, e agora 53%. Os que acham que a direção está certa eram 2%, agora 47%.

O que mudou tão radicalmente? Como eu escrevi quando saiu a primeira rodada da Genial/ Quaest, os operadores de mercado financeiro estavam se deixando levar por ideias preconcebidas do que seria a política econômica do ministro Haddad. Como a maioria do mercado votou no candidato que perdeu a eleição, estavam analisando com o fígado, ou, ideologicamente.

O que depõe contra a objetividade que devem ter os que administram o dinheiro alheio. Até porque eles tomam decisões com base em suas expectativas e acabam tornando realidade as profecias que fazem sobre os preços dos ativos. Em março, 78% achavam que a economia iria piorar, agora só 21%. Os que acham que vai melhorar são 53%.

E vai melhorar? A **inflação** vai subir nos próximos três meses porque houve deflação em julho, agosto e setembro do ano passado com a desoneração dos combustíveis feita como manobra para ganhar os votos da classe média para Jair Bolsonaro. Quando esses números saírem da conta, mesmo a **inflação** mensal sendo baixa haverá uma alta do acumulado. Mas o número do final do ano está ficando cada vez mais perto do teto da meta, 4,75%. Para 2024, as previsões são de **inflação** na meta. Os juros vão cair a partir de agosto em todas as reuniões do ano. Esse início do ciclo de afrouxamento da política monetária tem efeitos diretos na economia. A **reforma tributária**

passará agora pela etapa do Senado e é possível que seja aperfeiçoada.

Os preços de alimentos, como disse Mendonça de Barros, devem continuar cedendo, o que melhora a renda das famílias mais pobres. Sim, a economia pode ter um bom segundo semestre.*

A queda forte dos preços no atacado é parte da caminhada para a meta de inflação e da garantia de um bom segundo semestre

Notícias Relacionadas:

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA

O bom cenário e as perspectivas

O GLOBO - ON LINE - RJ

O bom cenário e as perspectivas

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Haddad defende redução de exceções no Senado

**RENAN MONTEIRO, JULIANA CAUSIN, VICTORIA ABEL
E JENIFFER GULARTE**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a definição da alíquota padrão dos novos **impostos** resultantes da **Reforma Tributária** vai depender da redução das exceções incluídas no texto da proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada na semana passada pela Câmara. Senadores pressionam para que o governo apresente uma projeção da futura alíquota para que possam aprovar a reforma com garantia de que não haverá aumento da carga tributária. Quanto mais setores tiverem isenção fiscal ou o direito de pagar a alíquota reduzida (40%), mais alto será o percentual da tarifa geral, indicou o ministro. Na contramão, parte do empresariado se mobiliza para ampliar a lista de desonerações e eliminar pontos que podem aumentar a taxa de setores.

-(A definição da alíquota) depende de duas coisas. Primeiro, quantas exceções vão ser mantidas no texto que for para o Senado. Segundo, as projeções de queda da evasão (fiscal esperada pela reforma). Com o IVA, cai muito a evasão -disse Haddad.

O texto aprovado pela Câmara prevê a fusão de cinco **tributos** sobre o consumo em um imposto sobre valor agregado (IVA) dual. Na prática, serão dois novos **impostos**. A Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) vai unificar os federais IPI, PIS e Cofins. O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) funde o estadual ICMS com o municipal ISS. Atualmente, o sistema de **impostos** brasileiro tem muitas alíquotas diferentes e exceções. Um dos objetivos da reforma é simplificar o sistema com a mesma alíquota para todos os produtos e serviços, mas, na negociação na Câmara, a lista de exceções cresceu, incluindo a isenção de produtos da cesta básica e a alíquota reduzida para produtos agropecuários, por exemplo.

ALCKMIN DEFENDE AJUSTES

Para Haddad, há duas "variáveis importantes" para garantir neutralidade da reforma sobre o peso dos **impostos** para negócios e consumidores: -O fim do gasto tributário (isenções fiscais), na ordem de 5% do **PIB**, e a quantidade de exceções: é isso que vai fazer com que a alíquota média para uma **Reforma**

Tributária seja neutra, que não aumente a carga tributária.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que a reforma ainda precisa de ajustes no Senado: -O projeto aprovado na Câmara foi um bom projeto. Não é perfeito, mas 95% (do texto) é avanço. Pequenos reparos serão feitos no Senado - disse Alckmin, em live da EBC, acrescentando não ver espaço para aumento nem redução da carga tributária no país.

O presidente Lula voltou ontem a elogiar a aprovação da reforma pela Câmara e fez uma defesa da tramitação do texto no Senado, mas lamentou não ter sido aprovada a inclusão da prorrogação de incentivos fiscais para montadoras de automóveis na PEC: -A Câmara fez uma votação excepcional, que quero que seja repetida no Senado.

Apesar de que eu, como pernambucano, ter ficado chateado porque não foi votado o negócio das indústrias de automóvel para Pernambuco e para Bahia, perdemos por um voto -afirmou Lula, em encontro com a governadora pernambucana, Raquel Lyra.

No Senado, a oposição reforça a cobrança da Fazenda de uma previsão de quanto será a alíquota padrão do IVA.

-Você tem uma proposta que ainda não trata de números -criticou o senador Marcos Rogério (PL-RO).

PRESSÃO PARA AMPLIAR LISTA

Outro ponto criticado pelos senadores é o formato do Conselho Federativo para gerir a arrecadação do IBS. O texto aprovado na Câmara dá mais poder aos estados mais populosos e o Senado tende a restabelecer peso igual para cada unidade da federação.

Líderes empresariais se articulam para convencer senadores a incluir mais serviços entre os considerados essenciais, para que possam ter alíquota reduzida. Também querem aumento dos créditos tributários para alguns setores.

Um das ideias a serem levadas aos senadores é uma espécie de "Simples do Agro", que permitiria isenção de IBS e CBS para pequenos agricultores.

O texto original previa isenção para produtores com faturamento anual de até R\$ 2 milhões. A pressão na Câmara elevou o teto para R\$ 3,6 milhões. O setor pede agora limite de R\$ 4,4 milhões.

SETORES FORMAM ALIANÇA

Renato Conchon, coordenação do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), diz que a entidade está fazendo cálculos para definir se a alíquota reduzida aprovada na Câmara "nos atende no sentido de não promover aumento de preço dos alimentos". A Confederação Nacional do Comércio (CNC) articula a proposta de um crédito presumido para empresas que têm a maior parte dos custos com mão de obra, incluindo setores, como comércio, indústria, agropecuária e transportes.

Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, o texto aprovado na Câmara ainda tem risco de aumento de carga tributária para empresas de serviços.

Setores como agronegócio, mineração e petróleo articulam uma aliança para pressionar o Senado pela retirada do artigo 20, incluído de última hora na Câmara, que abre a possibilidade de estados criarem novos **tributos** para produtos primários. Para o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o artigo é "desastroso para o setor produtivo". Para a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), traz insegurança jurídica para os maiores exportadores brasileiros.

*

"A Câmara fez uma votação excepcional, que quero que seja r_epetida no Senado" Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

*

Articulação.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu ontem os relatores da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro, e no Senado, Eduardo Braga

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Braga quer simulação para criar teto para alíquota de CBS e IBS

VICTORIA ABEL

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), disse ontem que vai cobrar do Ministério da Fazenda modelos matemáticos que simulem a aplicação de diferentes alíquotas para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unir os **tributos** federais IPI, PIS e Cofins, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que sairá da fusão do estadual ICMS e do municipal ISS. O senador quer usar esses cálculos para incluir no texto da proposta de emenda constitucional (PEC) um teto para a alíquota padrão.

A ideia do relator é colocar travas constitucionais que impeçam aumento da carga tributária, uma vez que a indefinição sobre qual será a alíquota dos **impostos** resultantes da reforma preocupa vários setores econômicos.

O texto foi aprovado em dois turnos na Câmara na semana passada sem essa previsão. O plano da Fazenda é definir essa alíquota somente após a aprovação da reforma.

"PRECISAMOS VER MODELOS"

Em conversa com O GLOBO, Braga avaliou que a Fazenda pode apresentar métricas a partir da retirada ou manutenção de exceções no texto.

-Precisamos ver os modelos rodados e vamos pedir isso oficialmente à Fazenda. O que faz as alíquotas aumentarem são excecionalidades -afirmou. -Se correr frouxo, vai ter aumento de 40% ou 50%. Queremos limitar a alíquota e queremos do governo uma simulação em cima do texto da Câmara. Em cima do impacto, podemos ver qual seria a alíquota necessária.

Eu vou apresentar uma emenda sobre isso.

O senador se reuniu ontem com o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Braga disse que pretende manter diálogo com os deputados, que terão de votar o texto de novo se houver alteração no Senado. Mais tarde, os dois relatores estiveram com o ministro Fernando Haddad, que se comprometeu a colaborar com as informações

pedidas pelo Senado: -Vamos abrir todos os dados necessários para o Senado.

Incluir no texto constitucional uma alíquota máxima agrada outros líderes partidários, inclusive da oposição.

-Seria uma boa notícia para evitar especulações de aumento de carga tributária. Poderemos inclusive simular com diferentes alíquotas para saber qual se aproxima mais do cenário de alíquota neutra -disse o líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Isenções fiscais e exceções da reforma têm que ser discutidas, afirma Bacha

A aprovação da **reforma tributária** é uma primeira vitória, mas as **isenções fiscais** e outras exceções precisam ser rediscutidas no Senado, na visão do economista Edmar Bacha, cofundador e diretor do Instituto de Estudos de Política Econômica Casa das Garças, no Rio. Bacha foi um dos vencedores do prêmio "Faz Diferença", do jornal "O Globo", junto com outros economistas que criaram e implantaram o real: André Lara Resende, Arminio Fraga, Pedro Malan e Persio Arida. Eles foram premiados na categoria economia, e foram reconhecidos por terem se manifestado em defesa do Estado de Direito na crise pré-eleições presidenciais, no ano passado.

Há muitas coisas a serem feitas."

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

"Eu acho que não ficou claro na Câmara, mas espero que fique no Senado.

Quanto mais exceções à regra básica você concede, maior o número da alíquota que todo mundo mais vai pagar. Então tem aí uma coisa de uma disputa entre interesses, lobbies, que são muito fortes no Congresso e o interesse geral de todos nós, que queremos pagar a alíquota menor possível", disse Bacha ao Valor, sobre a **reforma tributária**.

Para o economista, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), atuou de forma correta ao apressar a votação e concluí-la antes do recesso parlamentar: "Foi-se fazendo concessão atrás de concessão. Inclusive, no final, essa coisa que é totalmente fora de propósito, que pode permitir aos Estados criarem **impostos**. Então acho que tudo isso vai ter que ser **retrabalhado**." Em algum momento, segundo ele, não havia nem esperança de que o tema pudesse ser analisado. "Acho que foi um ganho substantivo mas certamente há um trabalho importante a ser feito no Senado." "É muito importante que tanto o Congresso quanto o Executivo deixem claro para a população como um todo que quanto mais bondades houver, pior é para a população, disse Bacha.

O economista defende uma postura do governo parecida com a que foi feita na reforma da Previdência, em 2016. Na ocasião, lembrou, o governo levou tempo para compreender que precisava vender a mensagem das melhorias esperadas com a mudança: "Agora precisa deixar claro que cada isenção que se dá é um dano contra o bem comum. Os prazos estão muito alongados, talvez não precise esperar tanto tempo de adaptação.

Senado vai aprimorar contribuição estadual, diz Alckmin

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, acredita que o Senado "vai se debruçar" sobre o artigo da **reforma tributária** que permite que Estados implantem uma contribuição específica para financiar investimentos em infraestrutura e habitação.

"É exatamente um dos pontos sobre os quais acho que o Senado vai se debruçar para poder aprimorar o finalzinho que falta na **reforma tributária**", disse nessa quarta-feira em entrevista concedida ao vivo à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

O trecho que cria a contribuição estadual sobre produtos primários e semielaborados foi aprovado pela Câmara dos Deputados junto com outras emendas, na reta final da votação, realizada na semana passada. Conforme publicado pelo Valor na terça-feira, o artigo recebeu apoio da maior parte dos Estados e foi incluído justamente como forma de diminuir resistências dos governadores, mas não recebeu apoio do Ministério da Fazenda.

Durante a entrevista, Alckmin destacou que "pequenos reparos [na **reforma tributária**] serão feitos no Senado". De acordo com o vice-presidente e ministro, a tendência é que também seja reanalisada, por exemplo, a retirada da prorrogação de incentivos para a indústria do Norte e Nordeste. A prorrogação dos incentivos até 2032 estava prevista no texto da reforma, mas foi retirada pela Câmara dos Deputados. A decisão dos deputados pode inviabilizar a instalação da montadora chinesa BYD (Beyond Your Dreams) na em Camaçari, na Bahia.

O vice-presidente e ministro reconheceu que é importante que o ponto seja revisto justamente "para trazer segurança jurídica a investimentos já realizados".

"A posição do governo não é tirar empresa de nenhum lugar, mas consolidá-las, promover o desenvolvimento regional", disse.

Sobre as críticas do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União), à reforma, Alckmin afirmou que todo o Centro-Oeste será "fortemente" beneficiado pelas mudanças. Isso porque as vendas para o exterior serão desoneradas, e o Centro-Oeste "é muito exportador".

Por fim, também rebateu críticas à criação do Conselho Federativo, afirmando que o novo órgão não atrapalhará a distribuição dos recursos entre os Estados, que será feita de maneira "automática".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187601>

Tarcísio enfrentará resistência da ala bolsonarista após embate com PL

Com problemas na articulação política na Assembleia Legislativa, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), terá de enfrentar a resistência da ala bolsonarista no Legislativo para aprovar projetos de interesse do governo, depois do embate com o PL pela **reforma tributária**. A avaliação de deputados da base de apoio é que o governador deve ter mais dificuldade para passar propostas no segundo semestre, com uma possível retaliação do grupo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O mal-estar de parte da legenda de Bolsonaro com Tarcísio deve ter reflexos sobre o governo paulista. O PL tem a maior bancada da Assembleia, com 19 dos 94 deputados. Cerca de um terço da bancada, ligados à família Bolsonaro, ameaça não apoiar o governador.

Entre as propostas que são prioridade do governo no segundo semestre - e que poderão ser afetadas por uma eventual retaliação - estão a reforma administrativa, para reduzir cargos no governo, e a flexibilização de recursos para saúde e educação, com a redução do percentual destinado para educação e o aumento dos recursos para a saúde. Há também projetos de concessão na área de transporte e a possibilidade de pedidos de empréstimo para ampliar os recursos para investimentos.

A aproximação de Tarcísio com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para aprovar a **reforma tributária** na Câmara gerou uma forte reação de bolsonaristas. Depois de ser vaiado em uma reunião do PL, o governador tem sido atacado por bolsonaristas radicais como "traidor".

Na Assembleia, Tarcísio já tem enfrentado o descontentamento da base aliada. Há reclamações até de deputados do Republicanos, partido do governador, que pressionam por mais cargos e maior participação nas negociações.

No primeiro semestre, o governador enfrentou problemas com bolsonaristas ao enviar uma proposta de reajuste salarial dos policiais, apesar de ser um projeto de interesse da "bancada da bala", base de Bolsonaro.

Houve reclamações sobre a falta de articulação política e de diálogo do governo.

Tarcísio conseguiu aprovar os projetos enviados ao Legislativo, mas teve dificuldades para passar o reajuste do salário mínimo regional, enfrentou um revés no debate sobre a contratação de empréstimo para o trem que ligará a capital à Campinas, e recuou da proposta de aumentar a contribuição previdenciária de militares, após críticas do PL e do PT.

Agora, segundo parlamentares da base aliada ouvidos pelo Valor, a tendência dos bolsonaristas é pressionar ainda mais o governador. A Assembleia está em recesso e os trabalhos serão retomados no começo de agosto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

Precatórios podem virar calote contra setor privado, diz Barroso

Samanta Sallum

O ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso adiantou que, ao assumir a presidência da Corte, a questão dos precatórios devidos pela União será um tema prioritário. Comparou a postergação do pagamento a um cadáver que o governo federal está guardando no armário. Segundo ele, a situação vai gerar uma bomba fiscal. O magistrado frisou que o atual procedimento é uma forma de calote que está sendo armado contra o setor privado.

Há um problema que precisa ser equacionado pelo governo e pela Justiça, no que diz respeito aos precatórios federais. Como se estabeleceu na legislação, ainda no governo passado, um teto máximo a ser pago, vem ficando um resíduo não pago de um ano para o outro. No ano seguinte, se acumula ainda mais, gerando mais dívida, explicou o ministro ao Correio. O volume dos precatórios do governo federal chega, atualmente, a R\$ 50 bilhões.

A previsão é de que o ministro Luís Roberto Barroso seja o próximo presidente do STF, quando terminar, em outubro, a gestão da ministra Rosa Weber. Ele foi painelistista de um evento organizado nesta quarta-feira (12/7), pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), em Brasília. O encontro reuniu 1,3 mil representantes de federações e sindicatos empresariais de todo o país.

Reforma Tributária

Barroso afirmou que o atual sistema tributário do Brasil é perversamente injusto, por dar ênfase à cobrança de **impostos** sobre o consumo e não sobre capital e renda. Avaliou que, apesar da **reforma tributária** aprovada na Câmara dos Deputados não ter enfrentado a tributação sobre o capital, o texto é um avanço. Só a simplificação já é grande coisa, porque precisamos diminuir a litigiosidade tributária no Brasil, que é fonte de imensa insegurança para as empresas e para o governo, afirmou.

Litígios trabalhistas

O magistrado enfatizou também a importância de se acabar com os litígios trabalhistas: há mais de cinco milhões de reclamações em trâmite no Judiciário brasileiro. Segundo ele, é preciso diagnosticar o

problema, pois o arcabouço legal do setor é muito difícil de ser cumprido.

O ministro apontou os direitos que devem ser assegurados aos trabalhadores, como pagamento do salário mínimo, férias remuneradas e direito à aposentadoria. Mas avaliou que proteção ao trabalhador não pode virar paternalismo. Ele argumentou que excesso de proteção acaba provocando efeito contrário, desprotegendo, pois leva à informalidade da relação de trabalho. Isso é ruim para todos, empregadores e empregados, reforçou.

Barroso defendeu a desoneração da folha de pagamento para gerar mais fôlego à empregabilidade. E reafirmou que, na relação trabalhista, o negociado entre ambas as partes deve prevalecer ao legislado, citando decisões que ele mesmo já proferiu judicialmente.

Diálogo

O anfitrião do evento, o presidente da CNC, José Roberto Tadros, lembrou, em seu discurso de abertura, a atuação da entidade nos temas de relevância para o país e para o setor. Contribuímos de forma significativa para aperfeiçoar a **reforma tributária**. Se não é a reforma ideal, tenham a certeza de que trouxemos avanços significativos, que beneficiam o setor terciário. E precisamos mostrar isso para as empresas. Também estamos convictos de que prestigiar o diálogo no ambiente negocial é a melhor solução para alcançar a paz social no âmbito das relações de trabalho, frisou.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

[http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/07/
5108722-ha-um-cadaver-no-armario.html](http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/07/5108722-ha-um-cadaver-no-armario.html)

CNI eleva previsão de crescimento do PIB deste ano de 1,2% para 2,1%

ROSANA HESSEL

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) elevou de 1,2% para 2,1% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023. Contudo, essa melhora na conjuntura não está relacionada com a recuperação da produção industrial e sim pelo impulso que o agronegócio deu no **PIB** do primeiro trimestre do ano, que avançou 1,9%, em relação aos três meses anteriores, acima das expectativas do mercado.

De acordo com as projeções da entidade, produção da indústria nacional segue em desaceleração neste ano e deverá crescer 0,6% neste ano, com queda de 0,9% na indústria da transformação.

Os dados fazem parte do Informe Conjuntural da CNI - 2º trimestre de 2023 divulgado, nesta quinta-feira (13/7), pela entidade. A instituição define o quadro como "particularmente desafiador para a indústria e para as atividades do varejo mais sensíveis ao crédito".

De acordo com a entidade, é preciso ter cautela ao analisar os novos dados para o **PIB** Brasileiro, porque a alta de 2,1%, neste ano, reflete a expectativa de aumento de 13,2% do **PIB** da agropecuária, no entanto, a indústria e o serviços desaceleraram, o que mostra uma economia menos saudável do que a desejada.

"A expansão de 2,1% é relevante, mas se isolarmos o resultado da agropecuária, o ritmo de crescimento do Brasil desacelerou. A indústria enfrenta os efeitos dos juros altos, com restrição no crédito bancário, o que vemos penalizar tanto empresários quanto consumidores. Além disso, o setor de serviços, que acumulou avanços expressivos desde 2020, também agora se encontra em movimento de desaceleração", explica o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, em nota da entidade.

A CNI prevê, por exemplo, crescimento de 1,5% na indústria da construção neste ano, após os avanços de 6,9%, em 2022, e de 10%, em 2021. "O forte aumento dos custos da construção e o ambiente de juros altos contribuíram para a perda de dinamismo em 2023. As alterações feitas ao programa Minha Casa Minha Vida anunciadas em junho deste ano devem ter efeitos em 2024", de acordo com a CNI.

"O Brasil tem dificuldades de crescimento porque, apesar de termos uma superprodução de produtos agrícolas, falta competitividade à indústria nacional, principalmente pela complexidade do sistema tributário. Os juros são exorbitantes, tornam o crédito mais escasso e prejudicam a indústria e os consumidores", destacou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, no **comunicado**. Segundo ele, as expectativas são positivas, com o avanço da **reforma tributária** no Congresso e a queda da **inflação**, "que permitirá ao Banco Central iniciar a redução dos juros". "Além disso, o governo precisa acelerar a implementação de uma política industrial, para que o país tenha uma maior inserção nas cadeias globais de produção, de forma inovadora e sustentável", acrescentou.

Pelas projeções da CNI, o consumo das famílias deverá crescer 1,8%, neste ano, sustentado pelo aumento de 6,8% na massa de rendimento real, "pois a concessão de crédito à pessoa física tem caído desde setembro de 2022, com avanço apenas em março de 2023". "Estímulos fiscais, como as mudanças no Bolsa Família em janeiro de 2023, também deverão contribuir com o avanço do consumo em segmentos como mercados e farmácias", acrescentou a entidade, que prevê ainda queda de 3,6% em termos reais no mercado de crédito.

A CNI estima uma taxa de desemprego de 8,3% no fim deste ano, decorrente do aumento de 2% no número de pessoas ocupadas no quarto trimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2022. Isso vai representar recuo de 1 ponto percentual na taxa de desocupação média.

Apesar de a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ter acumulado alta de 3,16%, no acumulado em 12 meses até junho, a CNI estima aumento do IPCA no encerramento do ano, de 4,9% - acima do teto da meta de 2023, de 4,75%. Assim como o consenso do mercado, a projeção da entidade para a taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% anuais, é de recuo até 12% ao ano, em dezembro.

A CNI ainda projeta aumento da dívida pública neste ano após dois anos de queda. Pelas estimativas da entidade, o setor público consolidado - que engloba

governos federal e regionais (estados e municípios) e as estatais - deve registrar um déficit primário de 1,1% do **PIB**, contra o saldo positivo de 1,3% do **PIB** de 2022.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/07/5108640-cni-eleva-previsao-de-crescimento-do-pib-de-12-para-21.html>

Jabuti fora de hora e na árvore errada é ameaça a avanços da reforma tributária

Por Míriam Leitão

A possibilidade de os estados criarem **impostos** sobre produtos primários e semimanufaturados, incluída de última hora na **reforma tributária**, abre várias discussões. Primeiro, hoje a reportagem de Alexa Salomão, na Folha de S. Paulo, mostra que há risco desse novo imposto encarecer os preços dos alimentos, portanto, vai na contramão da ideia da reforma.

É importante lembrar que a PEC prevê a criação da cesta básica nacional, com os mesmos produtos a serem desonerados e que substitui as muitas cestas básicas de cada estado. Ou seja, a reforma desonera e vem um imposto e onera novamente. Não faz sentido, essa foi uma péssima emenda.

A boa notícia é que o relator da PEC no Senado, Eduardo Braga, falou contra essa possibilidade. A má notícia é que essa emenda não apareceu lá por acaso.

O apelido desse tipo de acréscimo de última hora na crônica política é jabuti, que é uma matéria que de repente aparece em um projeto que está sendo aprovado.

O velho ditado diz que jabuti não sobe em árvore. Se está em uma árvore, alguém colocou, e quem fez isso? Foram os estados que hoje possuem fundos estaduais, que vão acabar com a reforma. A possibilidade de criação de um novo tributo é uma forma de compensação.

É fácil derrubar isso, porque é claramente inconstitucional. Só a União pode criar contribuição, e a emenda fala em contribuição. A questão complicada é que não basta tirar, tem que convencer quem colocou esse jabuti de que há outras formas de eles se compensarem.

São 17 estados que têm fundos estaduais e que se uniram para inventar essa fórmula. Será necessário um trabalho de convencimento dos governadores dos estados que possuem esses fundos.

Mas há outro ponto: não é tolerável que a cada lei aprovada no Congresso haja sempre um susto para se descobrir no dia seguinte. Esses truques de plenário têm que acabar porque não é forma mais democrática

de relação entre o legislador e o legislado, entre o representante e o representado. A transparência, o debate e o convencimento são a única forma de mudar e formular leis.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/post/2023/07/jabuti-fora-de-hora-e-na-arvore-errada-e-ameaca-a-avancos-da-reforma-tributaria.ghtml>

União Brasil dá novos passos na relação com o Planalto, que avalia ceder mais espaço para o Centrão

Por Jeniffer Gularte, Gabriel Sabóia, Lauriberto Pompeu - Brasília

O União Brasil deu mais alguns passos nesta quarta-feira no lento processo de estreitamento de laços com o governo ao ratificar a escolha do deputado Celso Sabino (PA) para o Ministério do Turismo, ainda oficialmente comandado por Daniela Carneiro, que perdeu o apoio da bancada. O líder do partido no Senado, Davi Alcolumbre (AP), reuniu-se com o presidente Lula no Planalto e assegurou o consenso em torno do parlamentar. Em frentes abertas de negociação, o partido também tem intenção de assumir os Correios e deve ser contemplado na escolha da chefia da Funasa, juntamente com outras siglas do Centrão.

O encontro entre Lula e Alcolumbre destravou o último nó para a troca no Turismo, que se arrasta desde abril. Rugas entre Sabino e o líder do União na Câmara, Elmar Nascimento (BA) fizeram com que alas do partido chegassem a cogitar outro nome para o posto. Na reunião, no entanto, Lula disse que Sabino será chamado ao Planalto para o convite ser oficializado.

Durante a votação da **Reforma Tributária**, circulou um documento de deputados do partido defendendo o adiamento da votação, e o nome de Sabino estava incluído. Depois, o projeto foi aprovado, com o voto do parlamentar, mas a situação desagradou Nascimento, que é próximo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) - o comandante da Casa se apresentou como uma espécie de "fiador" da reforma.

Elmar também defende que a legenda assumira o ministério com ingerência sobre a Embratur, hoje chefiada pelo ex-deputado Marcelo Freixo (PT). Freixo, por sua vez, agraciou o União Brasil com um cargo vinculado à presidência da Embratur e se articulou com outros caciques, inclusive o presidente do partido, Luciano Bivar (PE), para se sustentar no posto.

Para a chefia da Funasa, uma indicação política é tida como certa. A ideia é que o nome contemple PP, PSD e União Brasil e seja alguém que já tenha experiência de ter sido funcionário do órgão. Os senadores Hiran

Gonçalves (PP-RR) e Daniela Ribeiro (PSD-PB) e o deputado Danilo Forte (União-CE) estão à frente das negociações. Uma reunião com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) está prevista para hoje.

O governo ainda vai editar um decreto para definir a reestruturação da Funasa. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), desejam que a estrutura fique no Ministério das Cidades, comandado por Jader Filho (MDB). Já parlamentares do PP, PSD e União Brasil querem deixá-lo na Saúde. Um dos argumentos para isso é o fato de metade das emendas impositivas serem usadas na Saúde, o que permitiria aumentar o orçamento do órgão.

No Centrão, há quem defenda um pacto para que as trocas ministeriais sejam feitas em um "pacotão", para evitar que a oficialização de um nome emperre outras negociações. Na cota do União Brasil, também há a intenção de assumir os Correios, vinculado ao Ministério das Comunicações, que já está sob o comando da legenda, com Juscelino Filho. O posto é do advogado Fabiano Silva, do grupo Prerrogativas, que já começou uma ofensiva para mantê-lo no cargo. Interlocutores do Planalto afirmam que ele tem boa relação com Lula, que deverá mantê-lo. Além disso, é citado o fato de a legenda já comandar o Postal Saúde, que gerencia o plano de saúde dos funcionários dos Correios. Sindicatos de servidores da estatal também resistem a uma indicação do União Brasil.

Outra mudança bem encaminhada é na Caixa: o PP quer indicar Gilberto Occhi, que já foi ministro nas gestões de Dilma Rousseff e Michel **Temer** e presidiu o próprio banco. Atual presidente, Rita Serrano, vem perdendo apoio no governo para se manter no cargo.

Na Esplanada, ainda que a ministra do Esporte, Ana Moser, tenha dito que não tratou com Lula sobre uma possível saída, integrantes do Centrão afirmam que o deputado Silvío Costa Filho (Republicanos-PE) está próximo do posto - representantes da articulação política veem com bons olhos a operação. Governistas avaliam que a mudança pode trazer 35 dos 42 votos

do Republicanos na Câmara, com exceção de temas ligados a pautas de costume.

O parlamentar, que esteve com Lula nesta quarta-feira durante audiência do presidente com a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, é bem visto no Planalto por sempre caminhar ao lado dos petistas: apoiou Lula no ano passado, enquanto o partido estava com Jair Bolsonaro, e Fernando Haddad em 2018. Outro ponto a favor dele é o fato de Silvio Costa (Republicanos-PE), pai do parlamentar e suplente da senadora Teresa Leitão (PT-PE), ter feito diversos discursos contra o impeachment de Dilma, de quem foi vice-líder.

- Ele (Lula) tem interesse em trazer Republicanos e PP? Tem. Provavelmente em agosto vai ter que começar a negociar. É óbvio que vai ter que espremer dali e catar daqui e achar um espaço - resumiu Jaques Wagner.

No caso do PP, a costura é mais complexa. O partido deseja ver o deputado André Fufuca (PP-MA), próximo a Lira, no primeiro escalão, mas não há certeza sobre o espaço a ser ocupado.

Até o momento, os governistas resistem em ceder o Desenvolvimento Social, que tem Wellington Dias à frente. O ministério tem orçamento de R\$ 273 bilhões, montante superior ao da Saúde e Educação, por exemplo, além de coordenar o Bolsa Família. Auxiliares de Lula admitem que a pasta está nas negociações, mas enxergam com certo ceticismo a entrega ao Centrão de uma das principais bandeiras do governo.

Outro ponto em debate é o impacto negativo caso se concretizem as saídas de três mulheres: Daniela Carneiro, Ana Moser e Rita Serrano. Apesar da perda de representatividade, em um contexto em que os cargos de mais destaque já são dominados por homens, governistas dizem internamente que é necessário aguentar a repercussão negativa em troca de mais conforto no Congresso. Apesar de vitórias na área econômica, com as aprovações do arcabouço fiscal e da **Reforma Tributária**, o governo sofreu derrotas relevantes, como a desconfiguração da MP dos Ministérios e a derrubada dos decretos de saneamento.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/13/uniao-brasil-da-novos-passos-na-relacao-com-o-planalto-que-avalia-ceder-mais-espaco-para-o-centrao.ghtml>

Renúncias fiscais somam um terço das receitas da União, diz TCU

Por Geralda Doca e Victoria Abel - Brasília

Em meio às discussões sobre a **Reforma Tributária**, aprovada pela Câmara dos Deputados e encaminhada ao Senado, duas auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) apontam várias distorções no modelo de tributação federal, estadual e municipal. Um dos principais problemas é que a tributação sobre o consumo no Brasil é marcada pela falta de isonomia. Ou seja, está longe de prezar pela equidade na taxação de bens. De acordo com o TCU, esse cenário pode ser atestado pelos números: as renúncias fiscais, por exemplo, somam um terço das receitas da União.

"Em relação à proporção entre receitas e renúncias tributárias na União, as renúncias correspondem, em média, a um terço da arrecadação das receitas relativas à tributação sobre o consumo federal", afirma o relatório.

O documento trata da chamada falta de neutralidade, termo usado por economistas para explicar as desigualdades do sistema. A auditoria analisou um montante de R\$ 4,7 trilhões, que corresponde à soma da arrecadação e das renúncias de receitas dos **tributos** sobre o consumo entre 2015 e 2020. A **fiscalização** também teve participação de 17 tribunais de contas estaduais.

Para o TCU, falta transparência em relação aos resultados dos benefícios fiscais concedidos e não há tratamento igual entre os setores. Outro problema é a complexidade da tributação no Brasil, o que gera elevados custos para as empresas e para a fiscalização. Além disso, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), tem sido pouco efetivo no combate à guerra fiscal, apontou o TCU.

Entre as recomendações, o tribunal aponta a necessidade de uniformizar as renúncias tributárias, simplificar a tributação sobre o consumo e reduzir a quantidade de **impostos** e alíquotas.

A **Reforma Tributária** unifica três **impostos** federais (IPI, Pis e Cofins) que serão transformados na Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS) e dois estaduais e municipais (ICMS e ISS), que vão virar Imposto Sobre Bens e Serviços (ISS).

A tributação sobre o consumo deve ser neutra,

destacam os auditores, acrescentando a necessidade de reduzir a segmentação setorial.

A reforma foca o consumo no destino, mas abre exceções para subsectores de serviços e regimes diferenciados para várias atividades, como turismo, hotéis e aviação regional.

A auditoria lembra as dificuldades de aprovação de mudar o sistema tributário no Congresso e destaca a importância de simplificar a tributação sobre o consumo e a implantação de um imposto sobre o valor agregado, um dos princípios da **Reforma Tributária**. Também são citados a nota fiscal eletrônica e o governo digital.

As conclusões das auditorias foram apresentadas durante a sessão plenária do TCU nesta quarta-feira. Um dos objetivos é contribuir para o aperfeiçoamento do sistema tributário.

Sobre a complexidade do sistema, o trabalho a infinidade de normas editadas, entre 1998 e 2020: são 32.104 federais; 138.042 estaduais e 249.241 municipais.

O ministro relator do processo, Aroldo Cedraz, destacou que é preciso enfrentar o problema da elevada e complexa carga tributária, que raramente é convertida na oferta de serviços de qualidade, na educação, saúde e segurança.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/13/renuncias-fiscais-somam-um-terco-das-receitas-da-uniao-diz-tcu.ghtml>

Reforma Tributária vai alterar o imposto sobre herança? Veja o que diz o texto e saiba se é melhor doar os bens em vida

Por Carolina Nalin - Rio

Aprovado na Câmara dos Deputados e em discussão no Senado, o texto da **Reforma Tributária** prevê alterações no imposto que incide sobre herança e doações. Hoje, uma pessoa que recebe uma doação em vida, ou uma herança após a morte, paga o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD, também denominado ITCD e ITD) que pode ser de até 8% o valor do bem. A alíquota máxima não mudou, mas agora a regra dá uma diretriz para que estados possam aplicar uma tributação progressiva.

Entenda as principais mudanças e descubra se é melhor doar os bens em vida:

O ITCMD é um imposto recolhido a nível estadual e no Distrito Federal. A alíquota fica a cargo de cada estado e pode chegar até 8% do valor do bem, conforme definiu o Senado Federal. Há estados como o Rio de Janeiro em que já existe progressão de alíquota, indo de 4% a 8%. Em outros, como São Paulo, a alíquota é fixada em 4%.

Com a alteração nas regras, fica previsto na lei que os estados poderão ter uma tributação progressiva - ou seja, quanto maior o valor do bem transmitido ou doado, maior será a incidência do imposto.

Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados, explica que alguns estados já fazem esse tipo de cobrança progressiva. Mas agora a lei dá um maior respaldo para que todos os estados explorem o limite da alíquota máxima:

- Agora você tem uma espécie de diretriz constitucional para que a cobrança seja progressiva - explica Bichara.

O objetivo da progressividade é a possibilidade de aplicação de alíquotas mais altas em função do valor do bem transmitido em vida ou doado, segundo Luiz Rezende, sócio-líder de consultoria tributária da Deloitte.

O texto a ser incluído na Constituição não define, contudo, se haverá diferença na alíquota se a herança

vai somente para uma pessoa só ou se vai para mais de uma. Segundo Bichara, os estados têm regimes diferentes e a Constituição prevê que estes criem suas leis para regular a progressividade.

Outra mudança prevista no texto é que a cobrança do imposto vai ocorrer no estado de residência do falecido. Hoje, o imposto sobre bens móveis, títulos e créditos pode ser cobrado onde é processado o inventário ou onde mora o doador.

A mudança visa acabar com a guerra fiscal, uma vez que o inventário pode ser processado em estados com alíquota menor, mesmo que não seja o local de moradia de nenhuma das partes.

Hoje, se o falecido vive fora do Brasil e deixa uma herança, não há incidência de ITCMD pela falta de uma Lei Complementar definindo a cobrança, como prevê a Constituição. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022 anulou as leis estaduais que tratavam do tema pela falta de uma lei nacional que regulamentasse a cobrança.

Com o novo texto, será permitida a cobrança do tributo sobre heranças e doações do exterior. Mas esse recolhimento depende de ser editada uma Lei Complementar específica, e só será válido para sucessões ocorridas a partir da publicação da emenda.

Outro ponto, previsto de última hora no texto da PEC, foi a ampliação de isenção de **impostos** para entidades sem fins lucrativos. Nesse sentido, organizações ligadas a igrejas, assistenciais, beneficentes e institutos científicos e tecnológicos não terão incidência sobre as transmissões e doações.

Segundo tributaristas ouvidos pelo GLOBO, é preciso que sejam analisadas as leis estaduais para identificar a melhor maneira. Nesse sentido, vai depender de como cada um dos estados irão tratar as suas respectivas alíquotas. Vale lembrar que a pessoa responsável pelo pagamento do imposto é aquela que recebe ou herda o bem.

Hoje, no Maranhão, por exemplo, o imposto de doação

é de 2%. O percentual é inferior ao imposto sucessório (pago sobre herança, após a morte). Dessa forma, haveria economia fiscal na transmissão em vida, lembra Rafael Stuppiello, advogado da área de planejamento patrimonial e sucessório do Machado Meyer Advogados:

- Já em São Paulo, as alíquotas são iguais e poderão ser progressivas da mesma forma, não havendo ganho fiscal com a transmissão em vida - afirma.

Considerando a alíquota única de 4% que vigora hoje no estado de São Paulo, e com a previsão de que o imposto será recolhido no estado de residência da pessoa falecida, seria mais vantajoso envelhecer no estado paulista, já que em outros estados a alíquota pode chegar a 8%:

- Pela lógica, o estado de São Paulo seria melhor para morrer - exemplifica Bichara.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/07/13/reforma-tributaria-vai-alterar-o-imposto-sobre-heranca-veja-o-que-diz-o-texto-e-saiba-se-e-melhor-doar-os-bens-em-vida.ghtml>

Haddad demonstra confiança na aprovação da reforma tributária após reunião (Boletim JR 24H)

Boletim JR 24H

This is a modal window.

Beginning of dialog window. Escape will cancel and close the window.

End of dialog window.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que vai fornecer todos os dados necessários para a análise da **reforma tributária** no Senado. Ele se reuniu na tarde desta quarta-feira (12) com os relatores da reforma na Câmara e no Senado, e pareceu confiante após o encontro.

Site: <http://noticias.r7.com/jr-24h/boletim-jr-24h/videos/haddad-demonstra-confianca-na-aprovacao-da-reforma-tributaria-apos-reuniao-13072023>

Presente involuntário do MEC a reações e farsa das escolas cívico-militares

Ao anunciar a extinção das escolas cívico-militares, o Ministério da Educação (MEC) resolveu um problema dos bolsonaristas: a falta de agenda. Ultimamente, seus valentes vivem de produzir truculência, obscurantismo e misoginia na CPMI do Golpe e na CPI do MST. Quando não é assim, estão prestando contas à PF. Como já destaquei aqui, nada têm a dizer sobre questões realmente relevantes votadas no Congresso, como arcabouço fiscal ou **reforma tributária**. Quando um dos seus, como Tarcísio de Freitas , governador de São Paulo (Republicanos), faz a coisa certa, então é linchado pela delinquência do seu próprio campo ideológico. Tarcísio, diga-se, resolveu tirar uma casquinha da decisão do governo e usá-la para fazer as pazes com o bolsonarismo. Já chego lá.

Como se deu essa ajuda involuntária do MEC à extrema-direita e a bolsonaristas em conflito com a sua base? A pasta decidiu pôr fim a uma excrescência inventada por Jair Bolsonaro : o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Nota: elas nada têm a ver com os colégios realmente militares, mantidos pelo Ministério da Defesa ou pelas PMS.

Em 2019, Bolsonaro lançou o tal Pecim, que consiste na administração compartilhada de escolas públicas, estaduais ou municipais, entre civis e militares da reserva, sejam egressos das Forças Armadas ou das PMS. Ao todo, há 202 escolas listadas no programa, onde estudam cerca de 120 mil alunos. Há duas modalidades de adesão: 1) a que propriamente emprega os militares (120); b) a que recebe recursos do MEC para implementação própria (82). Na prática, só a primeira realmente está em funcionamento.

Na Saúde, sem dúvida, o bolsonarismo mostrou a sua face mais perversa. Nem preciso elencar os motivos. A Educação vem em seguida na escala da delinquência política, e as figuras exóticas que passaram pelo MEC falam por si. Essa foi a única ideia que o Coiso teve para a área. Insista-se: de verdade, há 120 escolas que teriam um perfil cívico-militar. Escrevo um teriam porque, a rigor, o que há de fato é um gigantesco cabidão de empregos para militares da reserva fazerem um bico, atuando como bedéis. Sim, acreditem: a sua função quase sempre se resume a manter a disciplina e a dar pitaco aqui e ali na gestão.

Ao todo, o programa emprega 892 militares, com

salários que vão de R\$ 2.657 - para terceiro-sargento - a R\$ 9.152, quando coronel. Os ganhos se somam ao que recebem das respectivas Forças. Fazem um bico nos estabelecimentos de ensino e têm, na média, um salário maior do que o dos professores. A eficácia do programa se limita à adoção de uniforme (às vezes), ao perfilamento de estudantes para cantar o Hino Nacional em datas específicas e à cara feia.

MEDIDAS DO ABSURDO

Acontece que essa pantomima custa caro ao MEC: no ano passado, foram R\$ 64,2 milhões; neste ano, R\$ 86,5 milhões. Dispensável dizer que esse dinheiro merece melhor destino. Só para que se tenha noção do ridículo da revolução bolsonariana na educação, há no país em torno de 50 milhões de alunos no ensino básico da rede pública. Como os militares custarão neste ano R\$ 86 milhões para cuidar de 120 mil alunos -- na prática, menos, porque esse é o número do total de escolas do programa (202), mas só 120 delas contam efetivamente com essa mão-de-obra --, qual seria o custo se o modelo valesse para todos? Ah, a bagatela de R\$ 35,8 bilhões só para pagar a milicada.

TARCÍSIO E A CASQUINHA

Bastou que o anúncio do MEC fosse tornado público, e Tarcísio de Freitas correu para as redes sociais. Anunciou no Twitter:

Fui aluno de Colégio Militar e sei da importância de um ensino de qualidade e como é preciso que a escola transmita valores corretos para os nossos jovens. O @governosp vai editar um decreto para regular o seu próprio programa de escolas cívico-militares e ampliar unidades de ensino com este formato em todo o Estado.

Ele foi aluno, como escreveu de Colégio Militar, não de escolas cívico-militares, que consiste na patacoada de militar da reserva atuar como bedel. Sentiu a oportunidade de refazer as pontes com o bolsonarismo.

Publicou o Estadão :

Após o anúncio do governo federal, a Secretaria de Educação do Estado (Seduc) chegou a dizer às 16h33 que não faz parte do projeto da atual gestão a

expansão das escolas cívico-militares . Em novo posicionamento, às 19h38, essa informação foi removida para dizer somente que esse modelo funciona em uma unidade de ensino vinculada à secretaria, em Guarujá e que a decisão do MEC de descontinuar o programa não altera o conteúdo pedagógico oferecido aos estudantes , acrescentou.

Informa Folha :

Além de São Paulo, os governos do Distrito Federal e do Paraná também anunciaram a manutenção do programa. O governador paranaense, Ratinho Júnior (PSD), seguirá com as 12 escolas ligadas ao Pecim (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares) e outros 194 colégios cívico-militares implantados pelo programa estadual.

Já no Distrito Federal, o governador Ibaneis Rocha (MDB) também anunciou que vai manter as 12 unidades de ensino da gestão compartilhada entre a secretaria de Educação e a Secretaria de Segurança Pública, além de quatro outras em parceria com o governo federal.

BAIXA EXPLORAÇÃO POLÍTICA

Extremistas de direita reagiram imediatamente à decisão:

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ):

A política do governo Lula é de revanchismo. A próxima vítima é a escola cívico-militar. Segundo levantamento do próprio MEC (2021), 85% dos gestores relataram redução nas faltas e na evasão e 65% apontaram diminuição nos índices de violência escolar. E o que Lula faz? Encerra um modelo educacional que estava dando certo. Para ele, o que interessa é a DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA!

Senador Ciro Nogueira (PP-PI):

O V da vingança venceu, mesmo que seja contra alunos inocentes e o lindo futuro que lhes está sendo tomado. Nossa solidariedade aos alunos, às mães e aos pais por esse atentado de um governo que mostra não ser capaz de se libertar dos radicalismos de ideologias contra o povo. Vai passar.

Senador Rogério Marinho (PL-RN)

Lamentável retrocesso de uma política pública ideológica, que teima em desconhecer os resultados excelentes da educação baseada na disciplina, valores, e conteúdos conectados com a sociedade .

Também os deputados Gustavo Gayer (PL-GO) e Bia

Kicis (PL-DF) protestaram. Daniel Freitas (PL-SC) disse que proporá um PLD (Projeto de Decreto Legislativo) para sustar a medida. O deputado estadual Rodrigo Lorenzoni (PL-RS) escreveu: Os indicadores educacionais nas escolas cívico militar (sic) são excelentes. Descontinuar esse programa exitoso, iniciado no governo do presidente @jairbolsonaro, é a prova de que Lula e a esquerda estão dispostos a destruir nosso país através da educação e da economia . Quem sai aos seus não degenera. Acha que a economia vai mal... Nota: inexistem os tais indicadores educacionais sobre essas escolas.

DE VOLTA AO COMEÇO

Reinaldo, fiquei com a impressão, no primeiro parágrafo, de que você achava que a decisão do MEC tinha sido um erro, mas, depois, você desceu o porrete no programa...

Minhas caras, meus caros, é claro que se trata do programa de remuneração de bedel mais caro da história da humanidade. Seu efeito educacional é nulo. Inexistem recursos públicos para universalizá-lo. Mesmo os Estados que o adotam o fazem apenas em algumas escolas. Então o certo é mesmo o governo federal pôr fim ao troço em sua esfera de competência.

Ocorre que, além do certo, há a hora certa. Num momento em que a extrema-direita zanza pra lá e pra cá, como barata tonta, eu não teria dado a ela a oportunidade de se agarrar a uma causa, a uma palavra de ordem, a uma falsa questão...

Sim, é preciso pôr fim ao programa. Pergunto-me se esse é o melhor momento. Acho que não. Quando menos, era preciso ter conversado mais com a população, deixando claro de que modo a educação e os cofres públicos estão sendo lesados por um capricho estúpido, por um cabidão de empregos. Essa iniciativa de Bolsonaro é um insucesso de público e de crítica entre educadores e junto às camadas progressistas da sociedade. Mas isso não basta. É preciso que mais gente conheça os fatos.

Quanto a Tarcísio, não sei se pretende manter a mesma remuneração aos militares. Ele ainda vai criar o troço. Se o fizer, restará aos professores uma reivindicação: Quero o mesmo salário de milico da reserva que vira .

Site: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2023/07/13/presente-involuntario-do-mec-a-reacas-e-farsa-das-escolas-civico-militares.htm>

Leilões já previstos podem levantar R\$ 126 bi até 2024

Érica Polo

Em leilões já anunciados até o ano que vem, o país vai demandar que os interessados em participar de projetos de transmissão de energia, rodovias, terminais portuários, mobilidade e saneamento invistam no mínimo R\$ 126 bilhões. A estimativa é da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) a partir de certames com informações definidas ou em estágios mais avançados (além da realização de anúncio de intenções) -, alguns dos quais já têm editais publicados.

Além da lista (ver quadro abaixo), há outros eventos previstos para 2023 e 2024 mas que ainda não tem a definição de capex (investimentos). Também existem projetos que estão em etapa de estudos, mas com realização "dada como certa" em curto prazo, os quais valem ser destacados por seu potencial de atratividade.

São citadas as privatizações da Sabesp e da Copasa (MG) em saneamento básico. Ademais, se destravadas discussões envolvendo aeroportos, Viracopos, em Campinas (SP), Santos Dumont e Galeão, no Rio, integram a lista de ativos sob observação, destaca a Abdib.

Embora na visão de algumas fontes o mercado de infraestrutura caminhe com alguma cautela, economistas enxergam potencial aumento de interesse dos investidores em certames próximos.

Na avaliação de Cláudio Frischtak, presidente da Inter. B Consultoria Internacional de Negócios, o segmento de infraestrutura ainda precisa enxergar melhor as intenções do governo federal após ruídos e sinais de insegurança jurídica dos primeiros meses da atualgestão. Declarações do primeiro escalão sobre revisão do marco do saneamento básico e da privatização da Eletrobras, deixaram potenciais investidos temerosos com a possível mudança nas regras.

Apesar disso o cenário macroeconômico vem animando agentes. Um dos fatores para isso é a sinalização de queda da taxa Selic pelo Banco Central a partir de agosto. Outro é o andamento da primeira etapa da **reforma tributária**, que já passou pela Câmara e pode ser votada no Senado em agosto.

São dois elementos que, apesar de ainda não estarem concretizados, já contribuem para uma mudança de ambiente no mercado financeiro. O investidor que olha para o longo prazo tem elementos para pensar em migrar parte dos recursos em títulos atrelados à Selic para ativos de infraestrutura.

"Projetos de infraestrutura, da economia real de longo prazo, que têm risco elevado, concorrem diretamente [pela atenção do investidor] com ativos do mercado financeiro", pontua Eric Brasil, sócio da Tendências Consultoria. "A sinalização do começo de um ciclo de queda da taxa básica de juros da economia e a aprovação de uma **reforma tributária** afetam as curvas de juros no longo prazo."

O fato de o setor estar animado não elimina questões a serem observadas"

- Roberto Guimarães

A **reforma tributária**, se aprovada - à parte o debate que ainda ocorrerá no Senado -, derrubaria imediatamente a curva dos juros futuros devido à expectativa dos agentes em relação ao impacto das mudanças sobre a economia, explica Brasil.

Na Abdib, há leitura similar. "O apetite é muito grande", acrescenta Roberto Guimarães, diretor do departamento de economia da entidade. A associação tem organizado workshops com participação de associados e agentes de governo e do mercado financeiro.

Guimarães diz que há um ano o cenário era mais nebuloso e havia então um movimento de "pé atrás" mais evidente. "Ali entre março e dezembro de 2022 houve um período de incertezas maior causado pela questão eleitoral, a alta taxa de juros, instabilidades internacionais e ainda o aumento do custo dos insumos", diz. Alguns leilões foram cancelados ou tiveram "pouquíssimos participantes".

Ainda assim, o volume de recursos que será efetivamente injetado em projetos em curso neste ano terá alta nominal de 11% em 2023 em comparação ao ano anterior, calcula a Inter.B. De acordo com a consultoria, os investimentos das vencedoras dos leilões devem alcançar R\$ 204 bilhões nos primeiros

cinco anos após o certame.

"Mas, o fato de [o setor] estar muito animado não elimina questões a serem observadas", pondera o diretor da Abdib. Guimarães cita desafios relacionados à mão de obra, engenharia e preço de insumos. Ademais, o apetite por cada segmento varia conforme os riscos embutidos em cada um deles. Quanto menor o risco de implantação (engenharia, licenciamento ambiental, demanda e financiamento), mais atraente é o projeto.

Por ora, observa-se mais competição em transmissão de energia. Bom indicador do interesse do mercado, diz Frischtak, é o grau de concorrência em leilões recentes. Ele cita a disputa vista no certame de sistemas de transmissão do último 30 de junho, que atraiu R\$ 15,7 bilhões em aportes. Já o leilão da rodovia Varginha-Furnas em Minas Gerais não teve disputa.

Transmissão tem menos risco, visto que a demanda por energia é firme. Não oscila mesmo com o debate relacionado à transição energética. Pelo contrário: o setor sinaliza alta de consumo com o uso de carros elétricos, lembra Brasil, da Tendências. "São projetos que consistem em botar o varal de pé. Funcionando e disponível, recebe-se receita fixa corrigida por **inflação**. É super previsível", resume Marcelo Girão, head de project finance do Itaú BBA. Segundo Girão, o setor de transmissão é um dos "mais bancáveis" do mercado de capitais.

Em rodovias e saneamento o risco também "é bom", avalia a Abdib. As rodovias 'brownfields' (já existentes), que precisam de ampliação, são mais atraentes, diz Guimarães. Saneamento é similar à transmissão energética: a demanda não oscila conforme a atividade econômica. O marco legal aprovado em 2020 contribuirá para atrair interessados. Isso não muda nem mesmo com os decretos apresentados pelo governo federal, em discussão no Legislativo, para rever parte das regras, mas isso pode atrasar projetos.

Já mobilidade urbana e ferrovias "estruturais" (de trechos longos) são menos atraentes pelas razões opostas: risco maior e demanda incerta. Ferrovias menores, com demanda definida, estão sob a lupa do setor privado, diz a Abdib. Ainda assim, a entidade defende a necessidade de "mitigadores de risco e participação de dinheiro público" para encorajar as empresas.

Frederico Barreto, coordenador do departamento de economia da Abdib, reitera a necessidade de ampliar o modelo das parcerias público-privadas (PPPs). O ministro dos Transportes, Renan Filho, disse

recentemente que o ministério trabalha em modelos para ampliar a participação do setor privado nas obras de ferrovias, hoje quase integralmente nas mãos do Estado.

Os projetos de mobilidade urbana sob gestão de Estados e municípios trazem ainda mais desafios. Contudo, há exemplos que estão dando certo. É o caso da PPP da linha 6 do metrô paulistano, dizem os economistas. "O setor público não tem capacidade sozinho e não pode ser só o privado por causa do retorno de investimento", completa Guimarães.

A aprovação do arcabouço fiscal deverá ampliar o caixa para investimentos do governo federal, que, nessa área, enfrentou "muito problema em função do teto de gastos", disse. Em portos, por ora, a expectativa é de que ocorram apenas leilões de terminais.

Os agentes financeiros que lidam com infraestrutura acrescentam a necessidade de fazer mudanças em modelos de financiamento diante de uma participação cada vez maior do setor privado nesses projetos.

É preciso ajustar o modelo de project finance, por exemplo, diz Edson Ogawa, head de project finance do Santander, para o molde do mercado internacional. No project finance "puro", o caixa do projeto paga a dívida tomada e há participação de seguradoras nos estágios iniciais, disse Frishtack.

O project finance é utilizado no país, mas com variações entre os modelos. As diferenças se resumem à exigência de garantias para a tomada de recursos em diferentes etapas da construção da obra. O BNDES trabalha em mudanças no modelo, disse recentemente ao Valor a diretora de infraestrutura do banco, Luciana Costa.

O banco já trabalha em alguns projetos com o molde "puro", e está trilhando um "processo de aprendizado" prático. A Abdib avalia que essas mudanças não ocorrerão rapidamente. "O importante é que as mudanças estão no radar do BNDES", disse Roberto Guimarães, diretor do departamento de economia da entidade. "O banco está trabalhando muito para destravar a pauta do financiamento da infraestrutura."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Leilões já previstos podem levantar R\$ 126 bi até 2024

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/07/13/leiloes-ja-previstos-podem-levantar-r-126-bi-ate-2024.ghtml>

Isenção para compra internacional de até US\$ 50 é alvo do varejo brasileiro

Vinicius Barboza

São Paulo

As novas regras de tributação para compras internacionais acenderam um alerta em consumidores e no setor varejista brasileiro, mas por motivos diferentes.

Para o público que consome produtos com frequência em plataformas como Shein e Shopee, o temor é pelo aumento dos preços. É que, além do Imposto de Importação federal de 60% -como já ocorre hoje em dia-, representantes dos estados anunciaram que compras internacionais terão a cobrança de uma alíquota fixa de ICMS.

Segundo anúncio feito pelo Comsefaz (Comitê Nacional de Secretários de Fazenda) no dia 1 de junho, a alíquota será estabelecida em 17%. Antes, o percentual variava em cada unidade federativa. Essa cobrança do ICMS já está valendo, e a expectativa dos estados é que haja efetivo recolhimento dos **impostos**, após a unificação da cobrança dos **tributos** federal e estadual.

Essa unificação se dará após a adoção do programa Remessa Conforme pelo governo federal. O programa começa em 1º de agosto e incentivará as plataformas a declarar a importação e o pagamento dos **tributos** antes do envio das mercadorias.

Outra preocupação dos consumidores está em uma possível tributação em cascata em compras acima de US\$ 50 (R\$ 241, na cotação atual). Ou seja, seria a cobrança de imposto sobre imposto: produtos poderiam sofrer aplicação do ICMS estadual sobre o preço já tributado pela União, pesando ainda mais no bolso dos consumidores. O Comsefaz nega que isso ocorrerá.

Do outro lado dessa disputa está o varejo brasileiro. Representantes das empresas nacionais criticam a isenção fiscal concedida pela Fazenda às estrangeiras nas compras abaixo de US\$ 50 (R\$ 241). As companhias temem que a medida afete a competitividade do mercado interno.

A alíquota zerada no Imposto de Importação para esses casos foi anunciada após a publicação da

portaria 612/2023, assinada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda). Isso vale para envios feitos tanto por empresas quanto por pessoas físicas.

Pela lei, remessas entre pessoas físicas são isentas de imposto, mecanismo mantido pela pasta. Plataformas estrangeiras usam essa brecha para driblar a tributação ao enviar produtos como se fossem pessoas físicas.

A isenção do imposto federal nas remessas de valor mais baixo é o grande trunfo do governo para conseguir a adesão das empresas estrangeiras ao Remessa Conforme. Para conseguirem essa isenção, as companhias precisarão recolher o imposto estadual.

A ideia é que os produtos com documentação correta entrem no Brasil sem a necessidade de a tributação ser feita no controle aduaneiro. Atualmente, o consumidor é notificado do bloqueio da remessa e apenas após pagar os **impostos**, a correspondência é liberada. A pasta também busca mapear todas as transações internacionais realizadas.

No centro desse cabo de guerra estão a Fazenda e secretários dos estados.

Procurado pela Folha, o Comsefaz disse que a alíquota de 17% do ICMS está em vigor e incidirá sobre qualquer remessa expressa importada, já incluindo o preço de produto, frete, seguro e eventuais encargos adicionais.

Dessa forma, compras abaixo de US\$ 50 feitas em plataformas do Remessa Conforme terão apenas a incidência do ICMS. Produtos acima de US\$ 50 seguem com aplicação tanto do imposto estadual quanto do imposto de importação (federal).

O comitê afirmou que a padronização da alíquota do ICMS em 17% visa garantir a eficiência do programa de conformidade do Ministério da Fazenda, além de dar celeridade às importações.

O Comsefaz negou a possibilidade de tributação em cascata nos casos de compras acima de US\$ 50 (em que serão aplicados **impostos** federal e estadual). Segundo o órgão, embora o ICMS incida após a aplicação do imposto federal, o ICMS incidirá "por

dentro", ou seja, sobre a base de cálculo do próprio imposto.

Vamos considerar dois exemplos. No primeiro, uma compra de produto com preço em R\$ 100 (abaixo de US\$50), já considerando frete e demais encargos. Essa mercadoria não sofrerá aplicação do imposto federal caso a empresa entre no Remessa Conforme. Com a aplicação de 17% de ICMS por dentro, o preço final do produto ficará em R\$ 120,48 -serão destinados R\$ 20,48 aos cofres estaduais. Na prática, a taxa efetiva que incide para o ICMS é de 20,48% (considerando o valor do produto).

Em um segundo exemplo, o produto custa R\$ 500 (acima de US\$ 50). O imposto federal de 60% irá aumentar o preço em R\$ 300. A aplicação de 17% de ICMS por dentro será feita sobre o valor de R\$ 800 e serão destinados R\$ 163,85 aos estados. Nesse exemplo, a taxa efetiva que incide para o ICMS é de 32,77% (em relação a R\$ 500, valor inicial do produto sem as tributações).

Em nota divulgada na terça (11), o IDV (Instituto para Desenvolvimento do Varejo) demonstrou preocupação com uma possível "onda de demissões e fechamento de lojas", após a portaria da Fazenda.

Segundo o instituto, a isenção fiscal de compras abaixo de US\$ 50 provoca uma desigualdade. "Enquanto uma compra feita por meio de plataforma digital de venda cross-border [via importação] será tributada em 17%, a indústria e o comércio brasileiros continuarão sujeitos a uma carga fiscal que varia de 80% a 130% em toda a sua cadeia produtiva e de distribuição", afirma no **comunicado**.

"Isso acaba incentivando o fechamento de empresas e a criação de empregos em outros países", diz a nota. Entre alguns dos varejistas representados pelo IDV estão Renner, C A, Via (Casas Bahia e Ponto), Magazine Luiza, Grupo Pão de Açúcar e Livraria Cultura. Ao todo, são 71 associados.

No **comunicado**, o instituto afirma que acionou os Correios e a Senacon. A entidade cobra a estatal por mais fiscalização das remessas ilícitas ou fraudadas. Quanto à secretaria, o IDV pede por maior proteção aos consumidores que podem ser lesados na compra de produtos falsificados.

Segundo o instituto, estimativas apontam que R\$ 137,7 bilhões deixaram de ser recolhidos em **impostos** nos últimos cinco anos.

A Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) também se posicionou contrária à adoção da portaria.

O presidente da federação, Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, entregou uma carta na sexta (7) ao vice-presidente Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, em que pede a revogação da portaria.

Como funcionará a tributação nas compras internacionais

A partir de 1º de agosto, compras internacionais de até US\$ 50 (R\$ 241) terão isenção do Imposto de Importação (II), que é federal. Compras acima desse valor pagarão alíquota de 60%

Para calcular o valor do produto com a incidência da alíquota de 60% do Imposto de Importação, é preciso multiplicar o preço por 1,6

A medida vale para empresas que aderirem ao programa Remessa Conforme e recolherem o ICMS (estadual)

Estados padronizaram a alíquota de 17% para o ICMS em compras internacionais, de qualquer valor. Antes, essa alíquota variava entre 17% e 19%, a depender do estado. A incidência do ICMS será por dentro, ou seja, sobre a base de cálculo do próprio imposto

Para calcular o valor do produto já com a incidência do ICMS por dentro, é preciso dividir o preço por 0,83 (100% - 17%)

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Mais de 130 países aprovam acordo para imposto global

Representantes de 138 países concordaram na terça-feira com a proposta conduzida pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para estabelecer uma taxa global, de 15%, pela qual as 100 maiores empresas do mundo pagarão **impostos** nos países em que atuam, e não apenas naqueles onde têm sedes. Esses países representam 90% do **PIB** global.

Além disso, ontem esses países também concordaram em adiar por mais 12 meses, até 31 de dezembro de 2024, os planos de adotar internamente **tributos** sobre empresas de tecnologia, medida adotada para evitar guerras fiscais internacionais durante o processo de implementação do imposto global.

O imposto global é uma iniciativa da OCDE com o G20, que reúne as maiores economias do mundo, no chamado Quadro Inclusivo sobre a Erosão da Base e Transferência de Lucros (Beps, pela sigla em inglês).

O acordo tem dois pilares para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia.

A introdução de uma série de **impostos** sobre serviços digitais seria um obstáculo à ratificação do acordo, já que a existência de uma colcha de retalhos de medidas nacionais anularia o objetivo de acordar uma solução global coordenada, afirmou a OCDE, conforme o diário britânico Financial Times.

PREOCUPAÇÃO DOS EUA

Segundo o FT, a diretora do Centro de Política e Administração Tributária da OCDE, Manal Corwin, considerou que a aprovação de 138 países demonstrou "uma concordância significativa e ampla".

Do total de 143 países reunidos no Quadro Inclusivo, Belarus, Paquistão, Rússia e Sri Lanka não aprovaram o imposto global. Já o Canadá foi contra o adiamento de um tributo sobre as empresas digitais.

O governo de Justin Trudeau já disse que pretende estabelecer um imposto digital em 2024, que seria retroativo a 1º de janeiro de 2022, se a taxa global não entrar em vigor este ano.

Caso avance com seus planos de tributar as big techs, o Canadá criará um conflito comercial com seu

vizinho, os Estados Unidos, onde estão sediadas muitas dessas empresas, como Google, Facebook e Amazon.

Após três dias de negociações na sede da OCDE em Paris, disse o FT, as conversas se concentraram em como implementar um elemento-chave do acordo tributário global, chamado de Pilar I, que levaria à redistribuição de US\$ 200 bilhões em lucros anuais das multinacionais para os países onde as vendas são feitas. Isso, no entanto, requer uma mudança na **legislação tributária** global.

O Pilar II da proposta prevê que os governos ponham fim à concorrência fiscal entre os países com o objetivo de atrair investimentos ao estabelecer um imposto mínimo global de 15% a partir de 2024. A base de cálculo será o lucro contábil financeiro.

ASSINATURA NO FIM DO ANO

Pelo acordo firmado no âmbito da OCDE, a nova proposta de imposto global só precisaria ser assinada por 30 países, desde que representassem no mínimo 60% das 100 empresas afetadas pelo novo imposto.

O acordo fechado esta semana será apresentado aos ministros de Finanças e presidentes de bancos centrais do G20, que se reúnem nos próximos dias 17 e 18 em Gandhinagar, na Índia.

As discussões técnicas continuam, e a expectativa é que a Convenção Multilateral esteja pronta no segundo semestre, com a assinatura oficial no fim do ano. A previsão é que a convenção entre em vigor em 2025, de modo a permitir que os países façam as consultas internas, bem como os processos legislativos e administrativos aplicáveis.

A OCDE vai preparar um amplo plano de ação para ajudar os países em uma implementação rápida e coordenada da proposta. Haverá assistência técnica e apoio adicionais para as nações em desenvolvimento.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Simplex terá duas opções de adesão após a reforma

IVAN MARTÍNEZ-VARGAS

A **Reforma Tributária** aprovada pela Câmara manteve os regimes especiais para microempreendedores individuais (MEIs), que têm faturamento anual de até R\$ 81 mil, e pequenos negócios com receita bruta anual de até R\$ 4,8 milhões adeptos do Simples Nacional. Mas, no caso desse último, há mudanças em relação aos créditos tributários gerados quando uma empresa fornece bens ou serviços a outra que não está no Simples.

A reforma vai unir cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) sobre o consumo em dois sobre valor agregado, o CBS (federal) e o IBS (estadual e municipal), cobrados no local do consumo. O novo sistema é desenhado para gerar créditos ao longo das cadeias para evitar a cobrança de **impostos** "em cascata".

O Simples atualmente reúne em uma alíquota única o pagamento de **impostos** sobre o consumo, renda e folha de pagamentos: PIS, Cofins, ICMS, ISS, CSLL, Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas (IRPJ) e contribuição previdenciária.

E tem seis faixas, com alíquotas que variam de 4,5% a 30%. Empresas que estão no programa poderão manter a alíquota única, mas terão a opção de pagar a alíquota padrão de IBS e CBS e tirar os **impostos** sobre consumo da cesta do Simples. A decisão vai depender do impacto que os créditos tributários poderão gerar para a empresa.

VANTAGENS REDUZIDAS

Fernando Facury Scaff, professor da Faculdade de Direito da USP, explica que hoje há a possibilidade de créditos tributários gerados por empresas do Simples, especialmente no âmbito federal. De uma alíquota única de 10% paga por uma empresa, por exemplo, 11,51% do valor são referentes à Cofins e 2,49% ao PIS.

-Quem não adere ao Simples hoje, mas compra de quem está no Simples, pode ter créditos plenos de **impostos** federais como PIS e Cofins.

Ou seja, a empresa que fornece paga uma alíquota menor, mas gera o crédito cheio (para seu cliente). É

uma distorção no sistema que tem a finalidade concorrencial de não prejudicar empresas do Simples - diz Scaff, explicando que esses créditos são interessantes porque podem ser usados para abater outros **impostos**.

Se o texto da reforma for confirmado pelo Senado, quem optar por recolher o IBS no âmbito do Simples, ou seja, dentro da cesta com alíquota única que já existe hoje, não poderá receber créditos e transferirá "como crédito apenas o que for recolhido no Simples", informou o Ministério da Fazenda. Isso poderá reduzir a atratividade da empresa para clientes interessados nos créditos totais.

-Após a reforma, quem se mantiver pagando os **tributos** dentro do Simples, só vai transferir créditos proporcionais para outras empresas, sendo que hoje transfere os créditos de PIS e Cofins como se o pagamento fosse pela alíquota cheia. Na nossa visão, vai deixar de ser interessante comprar de micro e pequenas empresas nesse regime - avalia Sarina Manata, assessora jurídica da Fecomércio SP, entidade que é crítica do texto.

"A situação das empresas enquadradas no Simples vai melhorar, pois elas poderão optar pelo recolhimento do IBS pelo regime normal, mantido o Simples para os demais **tributos**."

Neste caso, poderão transferir créditos no montante cobrado a título de IBS e CBS" afirmou a Fazenda, em nota.

-A avaliação deve ser no caso a caso. Uma empresa do Simples que optar por pagar o IBS por fora vai poder abater créditos de tudo o que ela compra de insumos, por exemplo - observa o tributarista Eurico de Santi, professor da FGV Direito e membro do Centro de Cidadania Fiscal.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Países prorrogam moratória sobre imposto digital até 2025

Mais de 130 países decidiram estender por mais um ano, para até 1o de janeiro de 2025, a polêmica moratória de **impostos** sobre serviços de gigantes da tecnologia, enquanto se esforçam para introduzir medidas importantes de atualização do sistema tributário internacional para a era digital.

Após três dias de discussões na sede da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris, a maioria dos países aprovou ontem uma declaração que revelou novos detalhes sobre os planos para fazer as 100 maiores companhias do mundo a pagarem mais **impostos** onde elas têm negócios.

Eles também concordaram em suspender planos para introduzir **impostos** nacionais sobre os serviços digitais por outros 12 meses, para ganhar mais tempo para ratificar um inovador acordo tributário global que eles assinaram no quarto trimestre de 2021, mas que ainda não foi aprovado.

A introdução de uma série de **impostos** sobre serviços digitais seria um obstáculo à ratificação do acordo, uma vez que ter uma colcha de retalhos de medidas nacionais anularia o propósito do acordo, que é promover uma ação global coordenada.

"Estamos entusiasmados por termos conseguido garantir a aprovação da declaração por 138 jurisdições", disse Manal Corwin, diretora do Centro de Política Tributária e Administração da OCDE.

Ela acrescentou que isso mostra "uma concordância significativa e ampla com a declaração".

No entanto, cinco países, incluindo o Canadá, se recusaram a aprovar a extensão. Isso cria um conflito com seu vizinho, os EUA, onde muitas das maiores empresas de tecnologia do mundo estão baseadas, e ameaça reacender as tensões comerciais se o Canadá seguir adiante com seus próprios planos de tributar as grandes empresas de tecnologia.

Outros quatro países envolvidos nas discussões não aprovaram a declaração: Belarus, Paquistão, Rússia e Sri Lanka.

Os debates se concentraram em como implementar um elemento-chave do acordo global de tributação.

O "Pilar 1" levará à redistribuição de lucros das multinacionais avaliados em US\$ 200 milhões por ano para os países onde suas vendas são realizadas e requer mudança na lei tributária global.

Mas os países continuam em disputa sobre a redação exata da linguagem jurídica. O chefe de tributação da OCDE admitiu que o texto não será mais publicado em julho, conforme planejado.

Corwin disse que isso aconteceu porque houve "algumas questões pendentes entre um pequeno número de países que precisam ser resolvidas".

No entanto, uma declaração divulgada ontem trouxe novos detalhes sobre as condições necessárias para tornar a planejada mudança das regras uma realidade legal, e a OCDE continua confiante de que uma cerimônia de assinatura pode ocorrer até o fim do ano.

Uma moratória para a introdução de **impostos** sobre os serviços digitais deveria expirar em 31 de dezembro deste ano. O Canadá aprovou uma lei para que um novo imposto para as big techs entre em vigor em 1o de janeiro de 2024.

Fontes próximas das discussões confirmaram que a recusa do Canadá em assinar a declaração se deveu à extensão da moratória.

Se o imposto sobre os serviços digitais do país for introduzido conforme planejado, Washington deverá retaliar em nome de gigantes tecnológicas americanas como Google, Facebook e Amazon.

Na semana passada, a representante comercial dos EUA (USTR), Katherine Tai, pediu ao Canadá para que adie a cobrança de um imposto sobre serviços digitais enquanto as negociações sobre o plano da OCDE continuam.

Os países também acertaram medidas elaboradas para assegurar que o acordo será aprovado na maioria das jurisdições, mesmo que ele não seja ratificado em todos os países que participam das negociações.

A polarização política nos EUA torna improvável que o país consiga ratificar o acordo no Congresso, onde mudanças em tratados fiscais exigem uma maioria de

dois terços no Senado, que hoje está dividido em 51 a 49 em favor dos democratas.

Mas de acordo com as medidas acertadas nesta semana, o tratado precisará ser assinado por apenas 30 jurisdições, desde que respondam por no mínimo 60% das 100 companhias afetadas pelas mudanças.

Os países terão ratificar o acordo até o fim de 2023.

"Tem havido muita especulação sobre as perspectivas de ratificação nos EUA", disse Corwin. "Mas essa é uma terceira providência [depois da conclusão do texto e da assinatura pelos países] e precisamos chegar às duas primeiras, para que a última seja relevante."

"Houve uma ampla e significativa concordância com a declaração" Manal Corwin

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

Fundos não são para fazer superávit, afirma Lula

Marianna Holanda

Brasília

O presidente Lula (PT) disse, nesta quarta (12), que não adianta ficar olhando só o **PIB** se não há distribuição equitativa do crescimento.

O chefe do Executivo também disse que fundos constitucionais não são para fazer superávit, mas para investir, e pediu à ministra do Planejamento, Simone Tebet, um levantamento geral dos fundos.

"Não adianta a gente ficar olhando apenas o **PIB**, cresceu 10%, 14%, 30%, se o resultado desse **PIB** não é distribuído de forma equitativa entre a totalidade da população. Se você cresce 1% e distribui 1%, vale mais do que ter 10% e não distribuir nenhum", afirmou o presidente em discurso.

Lula disse também, ao solicitar o levantamento a Tebet, que desde o seu primeiro governo, em 2003, falam em utilizar recursos de fundos constitucionais guardados para fazer superávit na balança comercial.

"Os fundos não foram criados pelo Senado Federal para fazer superávit, foram criados para investir em áreas. Vamos ter que começara rever, senão o Congresso Nacional não precisa mais criar fundo", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Petróleo supera US\$ 80, atinge o maior patamar desde abril e pressiona Petrobras

Nicola Pamplona Com Reuters

Num momento de recuo da inflação de 12 meses a níveis de 2020, a alta do preço do petróleo volta a ameaçar o bolso do consumidor e jogar pressão sobre a gestão da Petrobras, menos de duas semanas após a questionada redução no preço da gasolina.

Nesta quarta-feira (12), a cotação do petróleo Brent bateu a casa dos US\$ 80 pela primeira vez desde abril. O barril fechou o pregão a US\$ 80,11, diante de expectativas de interrupção do ciclo de elevação da taxa de juros nos Estados Unidos após bons dados sobre a inflação.

Especialistas acreditam que o cenário altista possa se manter, impulsionado por perspectivas de aumento do consumo e pelos seguidos cortes de produção em países da Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

A alta reforça questionamentos sobre a nova estratégia de preços da Petrobras, que abandonou o conceito de paridade de importação, conhecido como PPI, e vem praticando preços abaixo do mercado internacional desde maio.

Na abertura do pregão desta quarta, as defasagens entre os preços internos da gasolina e do diesel e a paridade internacional atingiram patamares observados pela última vez no fim de janeiro, quando a estatal promoveu o último aumento de preços.

Segundo cálculos da Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis), o preço médio da gasolina nas refinarias brasileiras está hoje R\$ 0,44 por litro menor do que a paridade de importação. No diesel, a defasagem é de R\$ 0,41 por litro.

Considerando apenas as refinarias da Petrobras, a diferença é ainda maior: R\$ 0,46 por litro na gasolina e R\$ 0,43 por litro no diesel. No caso da gasolina, a defasagem chegou a bater esse patamar no início de julho, logo após o corte mais recente promovido pela estatal. No diesel, é a maior desde janeiro.

A redução de R\$ 0,14 por litro, anunciada um dia antes da retomada integral da cobrança de impostos federais, derrubou o valor de mercado da companhia, diante de dúvidas sobre ingerência do governo na

gestão de preços dos combustíveis.

A queda nas refinarias, que compensou parcialmente a elevação dos impostos, havia sido antecipada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em maio, como uma estratégia para reduzir o impacto sobre o consumidor e a inflação.

A Petrobras negou qualquer acordo com o governo, mas baixou a gasolina na véspera do aumento do ICMS sobre o combustível e, depois, na véspera da retomada dos impostos federais.

A manutenção dos preços internos em um cenário alta do petróleo é considerada um dos principais riscos para investidores na empresa em relatório divulgado nesta quarta-feira pelo banco Goldman Sachs.

"Preços dos combustíveis significativamente abaixo das cotações internacionais podem desencorajar outras empresas a importar os volumes necessários para suprir o mercado", escreveram os analistas Bruno Amorim, João Frizo e Guilherme Costa Martins.

Assim, a Petrobras poderia se ver obrigada a garantir o abastecimento sozinha, com risco de prejuízos pela venda de produtos abaixo do preço de custo, como ocorreu durante o governo Dilma Rousseff (PT).

Eles calculam que, com o Brent a US\$ 80 por barril e gasolina e diesel a preços atuais, por exemplo, a área de refino da empresa tem Ebitda negativo de US\$ 1,2 por barril. Com o Brent a US\$ 85, a perda sobe para US\$ 4,5 por barril.

Os analistas ponderam, no entanto, que a estatal se beneficia dos altos preços do petróleo por ser uma grande produtora, o que mais do que compensa as perdas na venda de combustíveis abaixo das cotações internacionais.

Mesmo com a alta do petróleo nesta quarta, as ações da Petrobras fecharam estáveis.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50336>

Deflação abaixo do esperado (Editorial)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,08% em junho passado. Tratou-se da menor variação para o mês desde 2017, segundo o IBGE. Divulgado no último dia 11, o indicador trouxe mais substância às projeções sobre o possível início da flexibilização da taxa básica de juros, a Selic, em agosto. O resultado, grosso modo, mostrou-se positivo. Mas, a bem da verdade, a deflação foi menos robusta do que a esperada pelo mercado.

Esse desapontamento repercute na estimativa para a **inflação** de janeiro a dezembro de 2023. No meio desse caminho, o IPCA dos 12 meses encerrados em junho fechou em 3,16% e enquadrou-se no centro da meta de **inflação**, de 3,50%. Porém, ficou 0,02 ponto percentual abaixo da média das projeções de mercado, o que fará diferença. Como a expectativa é de avanço do IPCA a partir de agosto, o indicador anual pode até roçar o teto da meta inflacionária, de 4,75%. Mas dificilmente se aproximará de seu centro.

Cálculos como esse e outros bem mais complexos serão discutidos pelos diretores do Banco Central na reunião de 1.º e 2 de agosto, quando decidirão o rumo da Selic. A deflação de junho pode contribuir para a redução de 0,25 ponto percentual na atual taxa básica de juros, de 13,75% ao ano. Mas não seria suficiente, segundo análises de grandes bancos privados, para um corte mais incisivo. Como a cautela deve nortear a avaliação do Copom, poder-se-á comemorar se a Selic cair para 13,50% ao ano em agosto.

A deflação morna de junho deveu-se à queda menor do que a esperada no núcleo da **inflação** de serviços. Os dados do mês refletiram ainda dois fatores artificiais. O primeiro foi o programa federal de redução de preços de carros populares, que provocou recuo de 2,76% nos preços de veículos novos no mês. O segundo fator foi o efeito da redução da alíquota de PIS/Cofins sobre os preços da gasolina e do etanol. A medida, que vigorou até 26 de junho, puxou os preços desses combustíveis para baixo em 1,85% no mês.

Ao consumidor, a deflação de junho não poderia ter sido mais bem-vinda, depois de nove meses seguidos de avanço nos preços. Houve retração de preços em 4 dos 9 grupos de bens e serviços analisados e em 11 das 16 regiões metropolitanas incluídas na pesquisa do IBGE. A deflação foi puxada especialmente pelo recuo de preços nos setores de alimentos e bebidas e transportes, que pesam nos orçamentos familiares.

Diante da resiliência da **inflação** nas maiores economias globais, a tendência de o IPCA convergir pelo menos para o teto da meta fixada para este ano é boa notícia. O resultado favorável nos 12 meses encerrados em junho deve ser atribuído ao fato de o Banco Central ter resistido a apelos e gritarias políticas e mantido o trilho da gestão técnica da política monetária. Não se espera que a autoridade monetária mude essa diretriz, mas que o governo faça sua parte na área fiscal. Não há mágica.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação desacelera nos EUA e analistas esperam última alta de juros este mês

ALINE BRONZATI CORRESPONDENTE NOVA YORK

A **inflação** nos Estados Unidos desacelerou além do previsto em junho e deve encorajar o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) a encerrar o mais rápido ciclo de aperto monetário do país após o aumento de juros previsto para este mês. Depois da pausa no mês passado, Wall Street espera uma nova alta de 0,25 ponto percentual na reunião que acontece em duas semanas, mas vê esse como o último ato da autoridade na batalha contra a alta do custo de vida na maior economia do mundo - após os estragos deixados pela covid-19.

O índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos EUA apresentou uma alta de 0,2% em junho na comparação com maio, conforme dados com ajustes sazonais publicados ontem pelo Departamento do Trabalho americano. O aumento veio abaixo da mediana de analistas consultados pelo Projeções Broadcast, que apontava para alta de 0,3%.

No ano, o CPI americano subiu 3% em junho, com acentuada desaceleração frente a maio, quando ficou em 4%. Com isso, a **inflação** nos EUA desceu ao patamar mais baixo desde março de 2021.

Foco de preocupação do mercado, o núcleo do CPI, que exclui da conta itens voláteis como os preços de alimentos e de energia, também foi fonte de boas notícias. O indicador avançou 0,2% em junho contra maio e, assim como o índice cheio, ficou abaixo do consenso do mercado, de ganho de 0,3%. Na comparação anual, o núcleo do CPI também perdeu força, para 4,8% contra 5,3%.

A surpresa positiva do CPI americano em junho teve como pano de fundo a desaceleração em itens essenciais para o Fed, como serviços básicos e moradia, além de uma forte contribuição de passagens aéreas. Apesar da melhora, a **inflação** nos EUA segue acima da meta do Fed, de 2% ao ano, o que mantém as expectativas de Wall Street quanto a uma nova alta de 0,25 ponto percentual na reunião daqui a duas semanas. Em junho, o Fed manteve inalterados os juros entre 5% e 5,25% ao ano.

MAIS AUMENTOS.

O Fed e seus dirigentes já tinham sinalizado - e

reiterado - a possibilidade de realizar mais dois aumentos neste ano. No entanto, a moderação do CPI e um mercado de trabalho que começa a dar sinais de esfriamento confirmam os efeitos do aperto monetário no país e reforçam as expectativas de que esse ciclo pode ser encerrado antes.

As chances de o Fed manter as taxas em setembro, após o aumento em julho, foram a 78,8% depois dos novos dados da **inflação**, mostrou o levantamento do CME Group. Ontem, estavam em 72,4%. Apontando o holofote para o fim do ano, a manutenção dos juros nos EUA também ganhou força, para 55,5% contra 51,5%, na mesma base de comparação.

"A fraqueza no núcleo da **inflação** e a moderação no setor de serviços, excluindo habitação, reduziram nossas chances subjetivas de um aumento adicional de juros após julho.

Portanto, esse ciclo de aperto do Fed provavelmente está chegando ao fim", diz o economista-chefe da Oxford Economics para os EUA, Ryan Sweet.

A consultoria britânica espera que o Fed suba os juros em julho, para 5,25% a 5,5% ao ano, e vê essa como a faixa terminal das taxas em 2023.

RECUO.

Até os mais céticos já questionam um segundo aumento em setembro, como indicou o Fed antes dos dados recentes. É o caso do Citi, que projeta dois aumentos nas taxas, em julho e setembro, mas já considera a possibilidade de a segunda elevação vir apenas em novembro.

"Embora apenas um mês de desaceleração do CPI indique que uma alta em julho ainda é muito provável, um CPI mais suave eleva a barreira para uma alta em setembro, que poderia ser adiada para novembro", diz o Citi, em comentário a clientes.

Na visão da Pimco, maior gestora de renda fixa do mundo, com US\$ 1,8 trilhão em ativos sob gestão, o CPI hoje aumentou a confiança em que a decisão deste mês será o último ato do ciclo de alta das taxas no país. "A impressão de **inflação** de hoje reafirmou nossa visão de que a economia dos EUA caminha para uma segunda metade do ano muito diferente",

avalia a economista da casa, Tiffany Wilding.

Em queda

0,2% foi alta da **inflação** nos EUA em junho, abaixo das projeções, que esperavam 0,3%

3% é o índice de **inflação** no ano dos EUA, acima da meta de 2% estabelecida pelo Fed

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Serviços reagem e crescem acima das previsões em maio

Após um tombo registrado em abril, os serviços prestados no país tiveram uma recuperação parcial, mas acima do esperado em maio. O avanço foi praticamente generalizado entre as categorias, com destaque para o transporte de cargas, e sugere resiliência maior para o segmento e para a atividade como um todo no segundo trimestre.

Segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), o volume de serviços prestados no país teve alta de 0,9% em maio frente a abril, quase o dobro da mediana das projeções colhidas pelo Valor Data, de alta de 0,5%. Este é o melhor resultado para o mês de maio desde 2021 (1,8%).

Na comparação com maio de 2022, o indicador teve alta de 4,7%, também acima da mediana de 3,9% das projeções do Valor Data.

O IBGE informou ainda que a receita nominal caiu 0,5% na passagem entre abril e maio. Na comparação com maio de 2022, a receita de serviços teve alta de 7,1%.

Quatro das cinco atividades acompanhadas pela pesquisa tiveram alta: transportes liderou os ganhos com alta de 2,2%, recuperando-se parcialmente do tombo de 4,3% verificada em abril. Já os serviços prestados às famílias (1,1%) avançou pelo segundo mês consecutivo. A categoria outros serviços avançou 0,6% e os serviços de informação e comunicação, 0,2%.

A única retração ficou com os serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,0%) que tiveram o segundo revés seguido e acumularam 1,5% de perda.

Segundo o gerente da PMS, Rodrigo Lobo, apesar da volatilidade das leituras mensais, dois pilares têm sustentado o setor nos últimos dois anos: transporte de cargas e tecnologia de informação.

Ele lembrou que o transporte cresceu muito desde a pandemia, com a ascensão do comércio online e, este ano, com a necessidade de escoamento da safra recorde.

Em maio, o transporte rodoviário de cargas registrou alta de 17,3% ante o mesmo mês do ano passado e atingiu o maior patamar de série iniciada em janeiro de

2011. O segmento tem o segundo maior peso no cálculo do volume de serviços, representando em torno de 14,3% do resultado total.

Segundo a economista sênior da AZ Quest, Mirella Hirakawa, o transporte de carga deve se beneficiar da safra de milho, cuja colheita é concentrada no segundo trimestre. Ela nota que a produção do grão deve crescer 12% este ano, na comparação com o ano passado.

"Historicamente, os números de atividade não dessazonalizada mostram um forte avanço no primeiro trimestre por causa da safra de soja e um rebote no segundo.

Este ano, esse rebote pode ficar bem menor por causa da safra de milho", diz Mirella.

Os serviços de tecnologia de informação, por sua vez, também tiveram forte avanço após a pandemia em 2020, que exigiu isolamento social para prevenir contágio.

Isso favoreceu encontros e trabalho em modo virtual providos pelas novas tecnologias.

Outro segmento que teve bom desempenho em maio foi o turismo.

O Índice de Atividades Turísticas, calculado dentro da PMS subiu pelo segundo mês consecutivo em maio, acumulando ganho de 4,7%.

Para Rodolpho Tobler, economista do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre FGV), o desempenho de maio sinaliza uma perspectiva melhor para o segmento ao longo do ano.

"A gente tem visto uma clara desaceleração do setor, mas maio trouxe uma melhora observada em vários setores. Se não crescer nada em junho, o setor já fica no zero a zero no trimestre", diz. "As sondagens indicam aquecimento da demanda em junho. Ainda é preciso cautela mas, olhando esse quadro, e o cenário macroeconômico de **inflação** comportada e juros começando a cair, diria que os serviços podem ver uma luz no fim do túnel após um fim de 2022 e início de 2023 ruim." Depois de divulgada a PMS, XP e Santander elevaram suas estimativas de alta

frequência para o resultado do **PIB** no segundo trimestre.

Na XP o tracking passou de alta de 0,3% para 0,4%. Já no segundo, passou a apontar alta de 0,1%.

"Reiteramos nosso cenário de que a maioria das atividades de serviços perderá fôlego daqui para frente, sobretudo devido à dissipação do impulso pós-covid, ao enfraquecimento do setor manufatureiro e alguma estabilização das condições do mercado de trabalho. Isto posto, as receitas reais de serviços devem crescer 3% este ano (após 8,3% no ano passado), escreve o economista Rodolpho Margato.

"Maioria das atividades perderá fôlego daqui para frente" Rodolfo Margato

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>

A fome continuou a aumentar em 2022, segundo a FAO (Artigo)

José Graziano da Silva

José Graziano da Silva é diretor do Instituto Fome Zero; foi diretor geral da FAO, 2012-19

O relatório "O Estado da segurança alimentar e nutricional no mundo" (SOFI, pela sigla em inglês), uma produção conjunta da FAO, Fida, PMA, OMS e Unicef, traz informações preocupantes.

A proporção da população brasileira em insegurança alimentar grave ou moderada atingiu o recorde 32,8% no triênio da pandemia 2020/22, afetando um contingente estimado em mais de 70 milhões de pessoas, praticamente um de cada três brasileiros. Isso representou um aumento de quase 60% em relação ao triênio pré-pandemia de 2017-19, quando a insegurança alimentar grave e moderada já afetava mais de 20% da população - ou seja, um de cada cinco brasileiros. Ou ainda um aumento de 13% em relação ao triênio anterior 2019-2021.

O SOFI-2023 traz os dados anuais apenas para as regiões e para cada país, apenas a média trienal, o que é uma forma de atenuar possíveis distorções de uma amostra pequena. Mesmo assim, a proporção da população brasileira em insegurança alimentar grave ou moderada atingiu o recorde 32,8% no triênio 2020/22, afetando um contingente estimado pela FAO em mais de 70 milhões de pessoas, praticamente um de cada três brasileiros. Isso representou um aumento de quase 60% em relação ao triênio pré-pandemia de 2017-19, quando a insegurança alimentar grave e moderada já afetava mais de 20% da população - ou seja, um de cada cinco brasileiros no triênio 2017/19.

Os números divulgados para o Brasil no SOFI-2023 surpreenderam, pois se esperava uma atenuação no aumento da fome com a inclusão dos dados de 2022 no cálculo da média trienal.

O fato é que o forte aumento da insegurança alimentar grave e moderada mostrado no SOFI- 2023 para o Brasil no triênio 2020-2022 levanta a questão de quais políticas utilizar para reverter o crescimento da fome.

Já tivemos oportunidade de dizer que as políticas de transferência de renda, dada a condição de insegurança alimentar generalizada na população de menor renda no país, tem apenas um "papel

coadjuvante" de atenuar o problema para os beneficiários; e que as políticas principais devem ser as que possam impactar a base da pirâmide ocupacional, como as de geração de emprego e o aumento do salário mínimo acima da inflação por exemplo.

A melhoria da merenda escolar, não apenas pela sua abrangência mas sobretudo pela importância do público atingido: crianças na escola que vão poder melhorar seu aprendizado com acesso a uma comida saudável.

Os dados da fome no Brasil são tão impactantes que o SOFI-2023 mostra também a América do Sul - considerada o celeiro do mundo - como uma das regiões com maiores níveis de insegurança alimentar grave e moderada: quase 40%, valor inferior apenas ao da África onde essa proporção infelizmente passa dos 60%.

O Brasil aparece entre os países vizinhos, atrás apenas da Argentina que apresentou 37% de insegurança alimentar moderada e severa em 2020/22. Esse crescimento contínuo da insegurança alimentar moderada e grave no Brasil vai na contramão das tendências verificadas para grande parte do restante do Mundo. Segundo o SOFI- 2023, a prevalência de insegurança alimentar moderada e grave em nível mundial (indicador 2.1.2 dos ODS) manteve-se inalterada pelo segundo ano consecutivo, depois de ter aumentado acentuadamente no início da pandemia. Cerca de 30% da população global - 2,4 mil milhões de pessoas - estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave no ano de 2022, dos quais 11% (ou seja, cerca de 900 milhões das pessoas no mundo) estavam em situação de insegurança alimentar grave, o que significa que passaram pelo menos um dia sem comer na época da pesquisa.

O SOFI-2023 revela ainda que um número ainda maior - cerca de 3 bilhões de pessoas no mundo, ou mais de 40% - não tinham condições para pagar por uma dieta saudável em 2021, uma demonstração inequívoca de que a má alimentação decorre do baixo poder aquisitivo de grande parte da população . E mostra ainda que em 2022, quase 150 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade (22% do total) eram raquíticas e 37 milhões (6%) tinham excesso de

peso. Os números para o Brasil revelam que mais de 10% das crianças com menos de 5 anos tinham excesso de peso, inferior apenas aos vizinhos Argentina (13%) e Uruguai (11%).

Sobrepeso e obesidade são elementos que reforçam a gravidade da má alimentação da nossa população. De fato, o SOFI- 2023 mostra que a fome no mundo ainda está muito acima dos níveis pré- pandêmicos. Estima-se que 735 milhões de pessoas no mundo passavam fome em 2022, o que representa 120 milhões de pessoas a mais do que antes da pandemia da covid-19. No entanto, uma boa notícia: para o mundo a fome parou de aumentar pois em 2022, havia cerca de 4 milhões a menos de pessoas a passar fome do que em 2021.

A avaliação geral do SOFI- 2023 é o retrato de um mundo ainda em lenta recuperação após o fim da pandemia. Os sinais encorajadores do crescimento econômico imediatamente - e as consequentes projeções de um declínio da pobreza e da fome - foram logo atenuadas pelo aumento dos preços dos gêneros alimentícios e da energia em parte impulsionados pela guerra da Ucrânia.

Com isso, o ano de 2022 terminou sem registrar progressos significativos rumo ao objetivo "fome zero" a nível mundial; e piorou muito aqui no Brasil, país que já mostrou que alcançar esse objetivo é possível. Tem razão o presidente Lula ao afirmar que retirar o país do Mapa da Fome é sua prioridade maior!

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187601>